

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PLANO DE PORMENOR DE ALCABIDECHE

Maio de 2008

Elaborado para a
Câmara Municipal de Cascais por:

Departamento de Engenharia Civil
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

ÍNDICE

I.	Enquadramento territorial	5
1.	Caracterização do município de Cascais.....	5
1.1.	Enquadramento no contexto nacional, regional e metropolitano	5
1.2.	Localização e Caracterização	7
1.3.	Cascais e o Parque Natural Sintra Cascais	10
1.4.	Breve caracterização histórica de Cascais	12
II.	Caracterização da área de intervenção	16
1.	Enquadramento no PNSC	16
2.	Património histórico-cultural.....	18
2.1.	Enquadramento patrimonial	18
2.2.	Valores histórico-culturais na área do plano de pormenor.....	18
2.2.1.	Património edificado.....	18
2.2.2.	Património oral e imaterial	20
2.3.	Património arqueológico	21
3.	Enquadramento urbanístico e regulamentar.....	22
3.1.	Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra Cascais (POPNSC)....	22
3.2.	Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)	23
3.3.	Plano Director Municipal de Cascais (PDMC)	25
3.4.	Agenda Local XXI	26
3.5.	Rede Natura 2000	29
3.6.	Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública	30
3.7.	Índices e parâmetros urbanísticos	30
4.	Análise ambiental	33
4.1.	Estrutura biofísica e antrópica.....	33
4.1.1.	Altimetria / MDT / Hipsometria	33
4.1.2.	Declives / Exposição de vertentes	35
4.1.3.	Geologia e litologia.....	38
4.1.4.	Hidrografia.....	41
4.1.5.	Tipo de Solos	41
4.1.6.	Biogeografia	43



4.1.7.	Clima	44
4.1.7.1.	Temperatura.....	45
4.1.7.2.	Precipitação	47
4.1.7.3.	Humidade do ar.....	48
4.1.7.4.	Nebulosidade	49
4.1.7.5.	Evapotranspiração	50
4.1.7.6.	Radiação solar	50
4.1.7.7.	Vento.....	52
4.1.8.	Diagnóstico bioclimático.....	53
4.1.9.	Ocupação do solo	55
4.2.	Sínteses biofísicas	57
4.2.1.	Humidade do solo	57
4.2.2.	Valor ecológico do solo	60
4.2.3.	Permeabilidade	62
4.2.4.	Erosão potencial	63
4.3.	Riscos naturais.....	64
4.3.1.	Riscos de erosão	64
4.3.2.	Riscos de Cheia	65
4.3.3.	Risco Sísmico	66
4.3.4.	Risco de Incêndio.....	67
4.4.	Recursos e valores naturais.....	68
4.5.	Constrangimentos ambientais.....	70
4.6.	Ruído.....	71
5.	Demografia	72
5.1.	Evolução e distribuição demográfica	72
5.2.	Níveis de instrução da população	76
5.3.	Projecção Demográfica.....	77
6.	Socio-economia	81
6.1.	Estrutura da população activa e taxa de desemprego.....	81
6.2.	Actividades económicas na área do Plano de Pormenor	82
6.3.	Caracterização do parque habitacional.....	83
7.	Sistema urbano.....	87
7.1.	Estrutura urbana	87
7.2.	Edificado	88
7.3.	Espaço público.....	94



8.	Equipamentos colectivos	101
8.1.	Equipamentos na área do Plano de Pormenor	101
8.2.	Equipamentos com influência na área do Plano de Pormenor	101
9.	Mobilidade	104
9.1.	Sistema e ligações viárias.....	104
9.2.	Rede de transportes colectivos.....	106
10.	Infra-estruturas.....	107
10.1.	Água.....	107
10.2.	Saneamento.....	107
10.3.	Gás.....	108
10.4.	Energia.....	108
10.5.	Telecomunicações	109
11.	Participação da população e actores locais.....	110
11.1.	Inquéritos realizados à população	110
11.1.1.	Enquadramento.....	110
11.1.2.	Caracterização da população inquirida.....	110
11.1.3.	Relações sociais e propriedade	112
11.1.4.	Local de trabalho / residência e deslocações	115
11.1.5.	Considerações sobre o local.....	118
11.1.6.	Ambiente e relacionamento com PNSC.....	128
11.2.	Audição pública.....	131
11.3.	Sessões públicas com a população.....	131
11.3.1.	Enquadramento.....	131
11.3.2.	Sessão pública de apresentação	131
11.3.3.	Sessão pública de trabalho.....	135
11.3.4.	Sessão pública de discussão dos objectivos de referência	135
11.4.	Conclusões	137
III.	Análise e Diagnóstico	138
1.	Síntese da análise	138
2.	Diagnóstico da base SWOT	140
3.	Definição de estratégias e critérios de intervenção	142



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXOS:.....	148
I. Ficha de inquérito (modelo)	148
II. Fichas de caracterização (modelos).....	148
III. Ficha de dados estatísticos (DGOTDU)	148
IV. Audição pública.....	148
V. Ortofotomapa com limite de intervenção	148
VI. Extracto de Planta do PDM.....	148
VII. Extracto de Planta do Plano de Ordenamento do PNSC	148

I. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

1. Caracterização do município de Cascais

1.1. Enquadramento no contexto nacional, regional e metropolitano

O município de Cascais situa-se no litoral do país, sendo limitado a sul e a poente pelo Oceano Atlântico, a norte pelo município de Sintra e a nascente pelo município de Oeiras. Está integrado na Região de Lisboa e Vale do Tejo e inserido na NUTIII – Grande Lisboa, fazendo parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa (ver Figura 1).

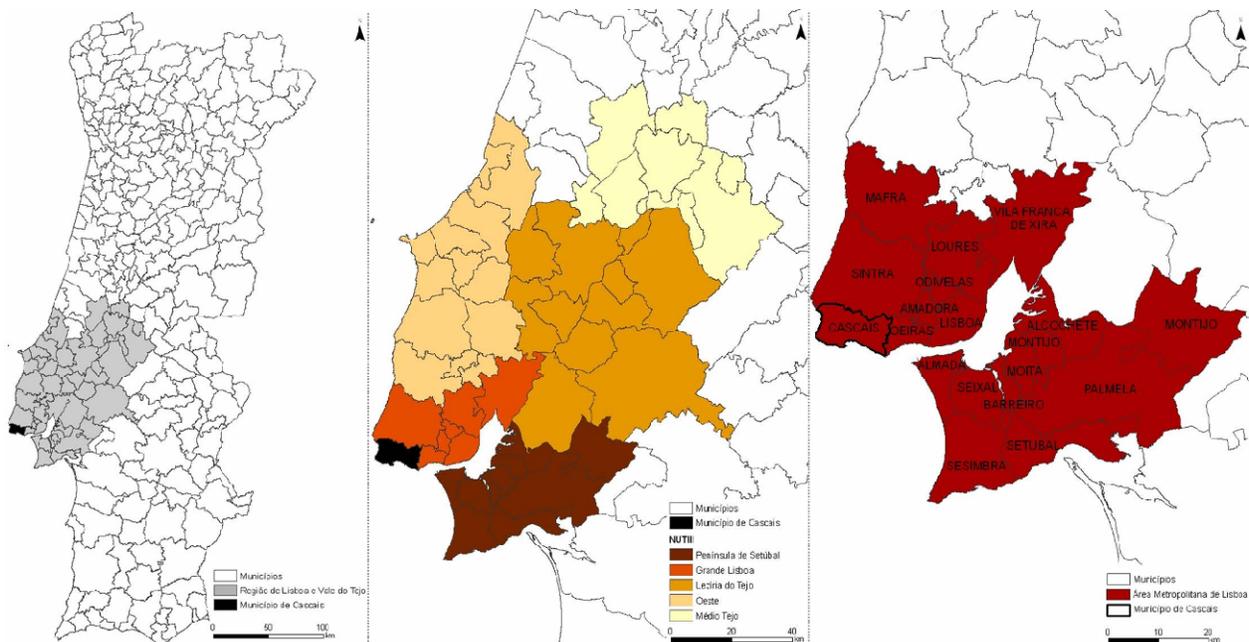


Figura 1 – Localização do Município de Cascais na Região de Lisboa e Vale do Tejo, NUTIII – Grande Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa

Situado a ocidente do estuário do Tejo, entre a Serra de Sintra e o Oceano Atlântico, o município de Cascais desfruta de uma localização privilegiada, usufruindo de importantes valores naturais e paisagísticos, não só devido à proximidade ao mar, mas também ao Parque Natural Sintra Cascais.

Outro factor que faz de Cascais um território de localização privilegiada, é a sua proximidade a Lisboa, enquanto grande centro económico, cultural e de serviços e onde se localizam as grandes infra-estruturas de transportes (portuárias, aéreas, ferroviárias). De referir ainda que o Município de Cascais apresenta boas acessibilidades rodoviárias não só a Lisboa (A5/IC15), mas também ao Norte e Centro do país (A1/IP1), à zona do Ribatejo (A9/IC18) e ao Sul (A2/IP7 e A21/IP1), como se constata pela análise da Figura 2.

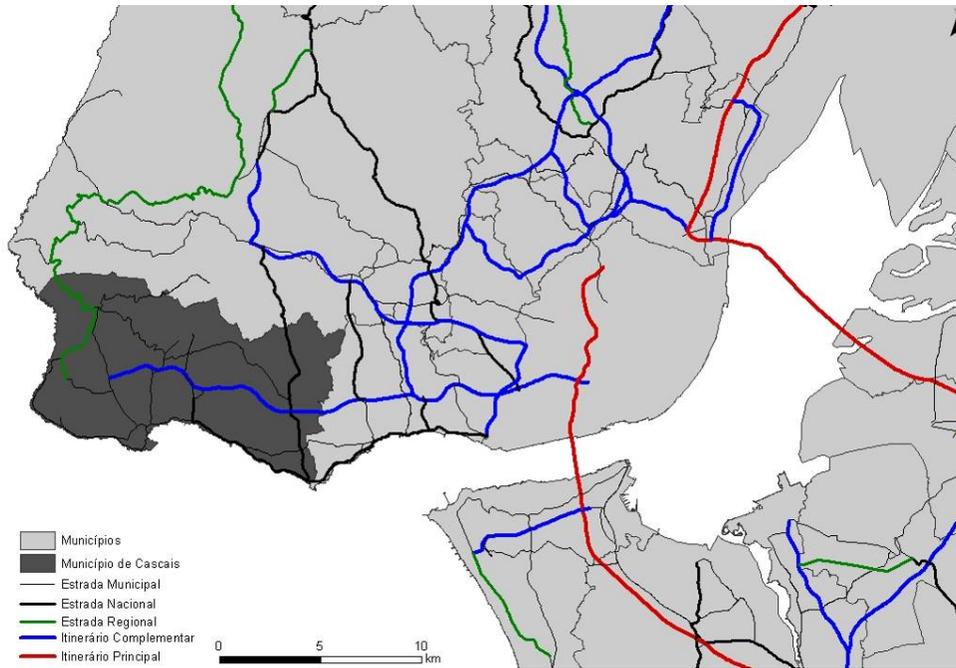


Figura 2 – Acessibilidades – Rede Rodoviária Principal

1.2. Localização e Caracterização

O município de Cascais situa-se a Sudoeste da Área Metropolitana de Lisboa Norte, localizado entre o Oceano Atlântico e a Serra de Sintra.

Cascais constituiu-se administrativamente como Concelho desde o século XIV, não tendo desde então sofrido alterações significativas ao nível dos seus limites. A sua área total é de aproximadamente 97 Km², sendo actualmente habitado por cerca de 185.000 habitantes (INE, 2006). O município é dividido administrativamente em seis freguesias: Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e São Domingos de Rana.

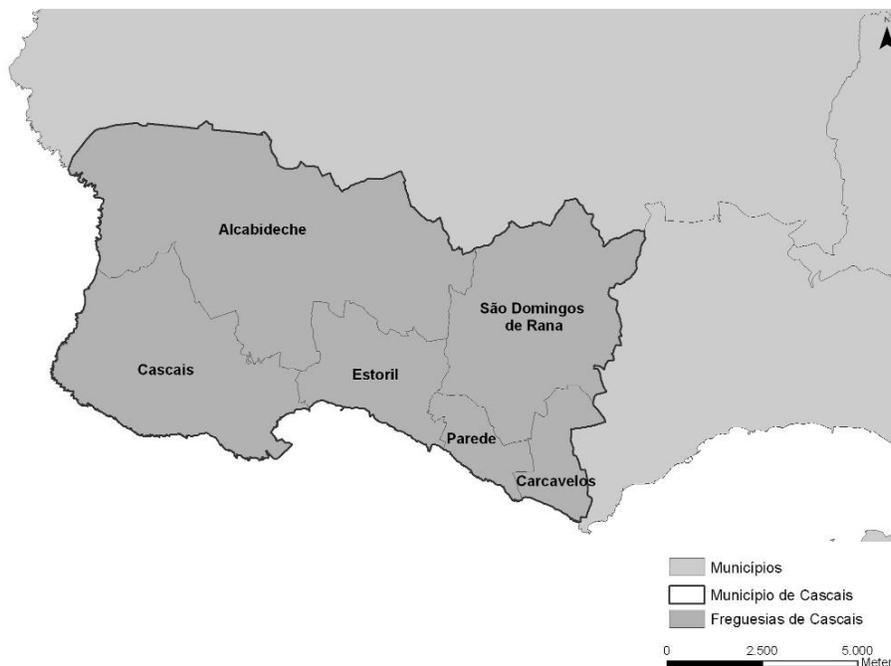


Figura 3 – Divisões administrativas do Município de Cascais – Freguesias

A população do município de Cascais tem vindo, globalmente, a crescer nas últimas décadas (ver Quadro 1), notando-se que a maior taxa de crescimento em todas as freguesias se deu no período entre 1970 e 1981, associada à grande expansão urbana que se verificou nesta altura, no concelho. Refira-se que entre 1991 e 2001, esta tendência de crescimento se inverteu nas freguesias de Estoril e Parede, freguesias que apresentam já taxas de crescimento negativas de -1% e -14%, respectivamente.

Freguesia	População				Variação da População		
	1970	1981	1991	2001	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Alcabideche	17195	25473	26897	31801	48%	6%	18%
Carcavelos	7170	12888	18014	20037	80%	40%	11%
Cascais	20735	29389	27741	33255	42%	-6%	20%
Estoril	15440	24312	23962	23769	57%	-1%	-1%
Parede	13950	20094	20742	17830	44%	3%	-14%
São Domingos de Rana	18140	29342	35938	43991	62%	22%	22%
Município de Cascais	92630	141498	153294	170683	53%	8%	11%

Quadro 1 – Evolução da População do município de Cascais por freguesia
Fonte: INE, Censos 1970, 1981, 1991 e 2001

Como se pode verificar pela da leitura da Figura 4, a população de Cascais é maioritariamente jovem, com 57% entre os 24 e os 64 anos, sendo de salientar que a percentagem de crianças (dos 0 aos 14 anos) é igual à percentagem de população idosa (maiores de 65 anos).

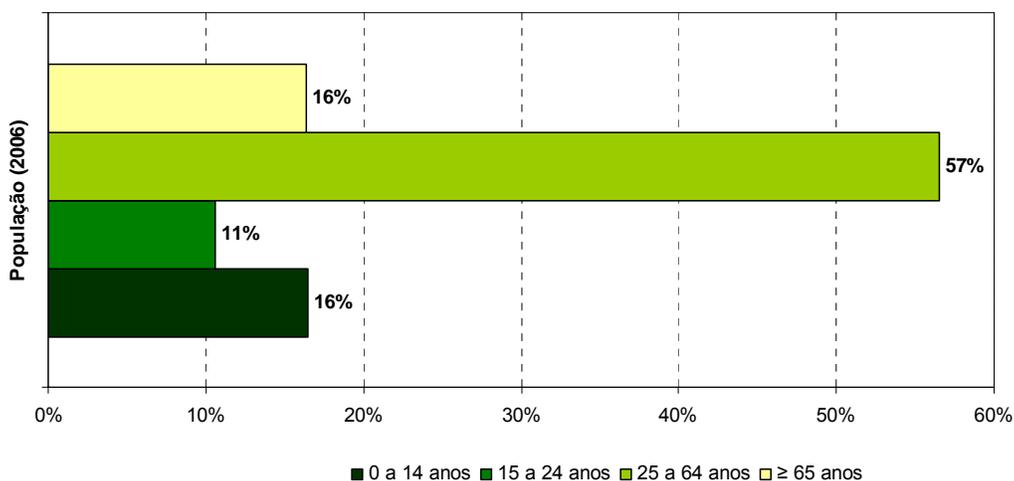


Figura 4 – População do município de Cascais por grupos etários (2006)
Fonte: INE, dados estatísticos 2006

No que se refere à ocupação do território de Cascais em termos populacionais (Figura 5), as freguesias da Parede e de Carcavelos são as mais densamente povoadas (49 hab/ha e 45 hab/ha, respectivamente), seguindo-se as freguesias do Estoril e São Domingos de Rana (26 hab/ha e 22 hab/ha) e por último Cascais (16 hab/ha) e Alcabideche (8 hab/ha). Estas duas últimas freguesias (Alcabideche e Cascais) são as que apresentam menor densidade populacional, uma vez que se encontram parcialmente integradas no Parque Natural Sintra-Cascais, que sendo uma área protegida, apresenta restrições à construção, valorizando por seu lado a paisagem natural e a biodiversidade.

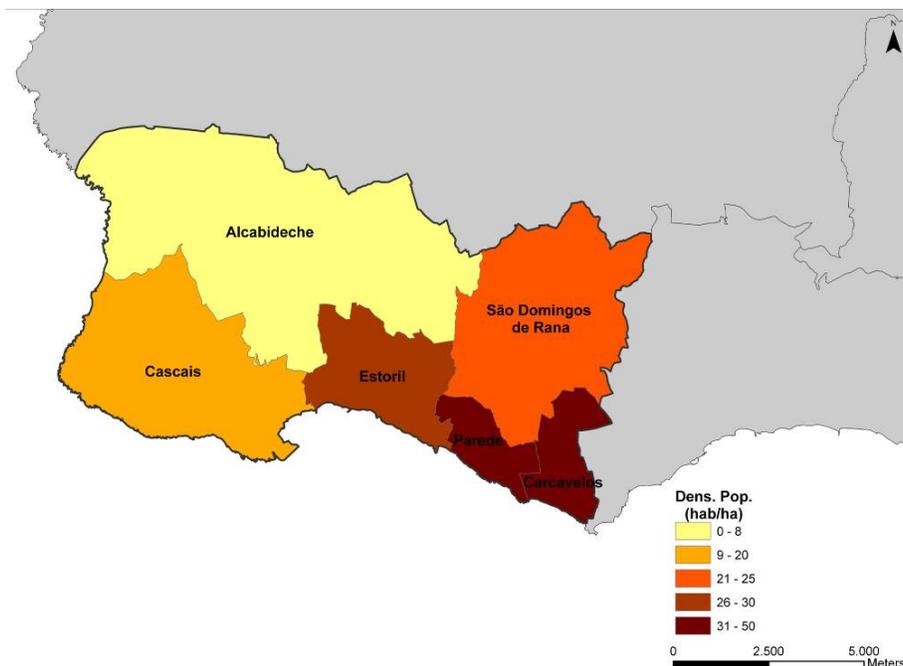


Figura 5 – Densidade populacional do município de cascais – por freguesia (2001)

Neste âmbito de caracterização geral do município de Cascais importa salientar alguns indicadores de índole socio-económica. Neste sentido é de referenciar, (ver Quadro 2), que o município apresenta uma taxa de actividade média de 53%. No que se refere à taxa de desemprego, verifica-se que na globalidade do município, bem como nas suas freguesias, os valores são da ordem dos 7%, sendo que na freguesia de São Domingos de Rana, uma das mais populosas, a taxa se aproxima dos 8%.

Freguesia	Taxa de Actividade População Total	Taxa de Desemprego População Total
Alcabideche	53,4%	6,9%
Carcavelos	54,5%	6,9%
Cascais	51,0%	7,0%
Estoril	51,2%	6,7%
Parede	50,3%	6,8%
São Domingos de Rana	55,9%	7,7%
Município de Cascais	53,1%	6,8%

Quadro 2 – Taxa de actividade e taxa de desemprego (2001)
Fonte: INE, Censos 2001

No respeitante às tipologias de empresas sedeadas no município de Cascais, nota-se uma clara predominância do sector terciário com 82% sobre o total de empresas instaladas no ano de 2004, seguido do sector secundário com 17% e por último o sector primário com apenas 1% (Figura 6). Este facto é demonstrativo de que o sector do comércio e serviços têm um peso muito forte na economia do município de Cascais, factor que deve ser entendido como estratégico para o concelho.

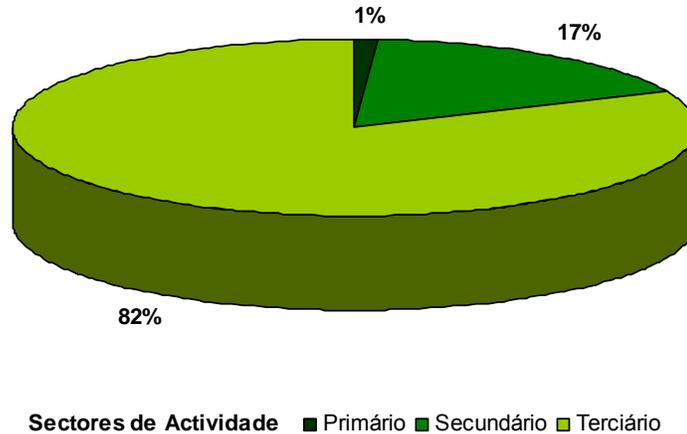


Figura 6 – Total de empresas sedeadas no concelho de Cascais por sector de actividade (2004)
Fonte: INE, Portugal, empresas sedeadas 2004

1.3. Cascais e o Parque Natural Sintra Cascais

Portugal apresenta características geológicas e geomorfológicas de grande interesse, quer do ponto de vista científico, quer de beleza paisagística, sendo importante preservá-los. O Parque Natural Sintra-Cascais, contrastando com a zona de colinas baixas que o rodeiam e mergulhando sobre o mar, é desta realidade um óptimo exemplo.

O Parque Natural Sintra-Cascais situa-se no distrito de Lisboa estendendo-se por uma área de 14.583 hectares, situada entre na zona ocidental dos municípios de Sintra e Cascais (ver Figura 7), está em contacto directo com o Oceano Atlântico. Estende-se do limite norte do concelho de Sintra, junto à foz do rio Falcão, para sul até à Cidadela de Cascais. No município de Sintra abrange as freguesias de São Pedro de Penaferrim, Santa Maria e São Miguel, São Martinho, São João das Lampas e Colares. Em Cascais inclui as freguesias de Cascais e Alcabideche, integrando-se neste município cerca de 3.300 hectares da área do Parque.

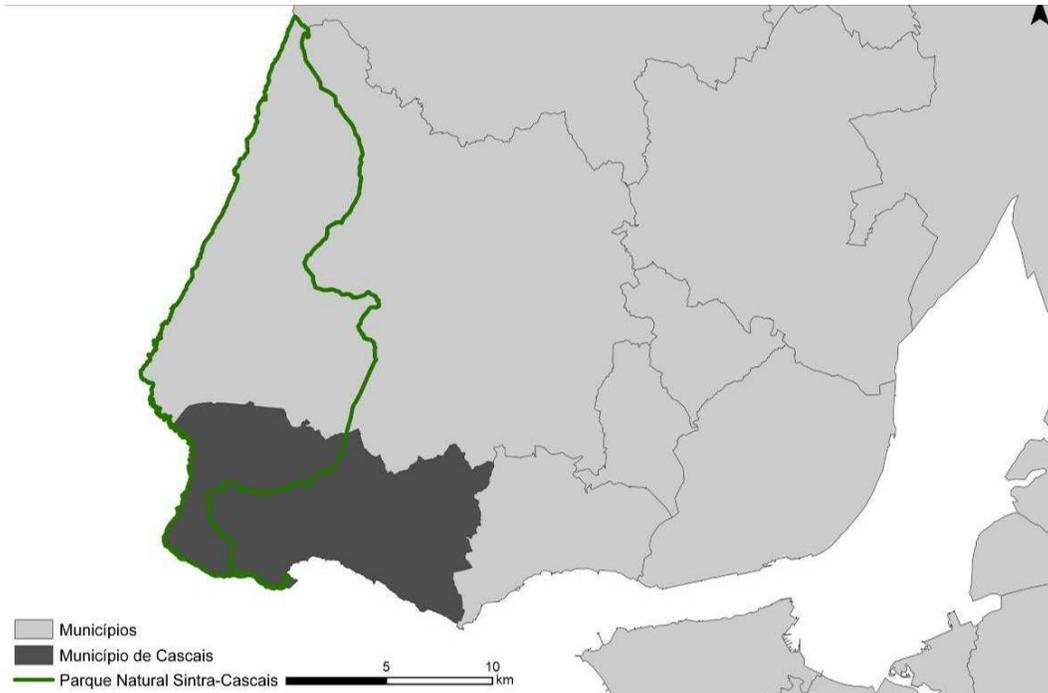


Figura 7 – Localização do Parque Natural Sintra-Cascais

O Parque Natural Sintra-Cascais constitui uma costa de arribas baixas e altas, integrando zonas dunares, praias de seixos, cachopos e farihões, destacando-se principalmente as dunas fosseis de Magoito e Oitavos, o promontório do Cabo Raso, as dunas do Guincho e também as arribas da Roca que se prolongam até à Ericeira.

A zona do Parque Natural era antigamente uma zona desnuda, de intenso pastoreio, que se foi transformando ao longo do tempo, sendo actualmente densa e exuberante, coberta de carvalhos, medronheiros e sobreiros, contrastando com o planalto de São João das Lampas, plataforma calcária de solos pobres. Para além dos habitats atlânticos encontra-se neste local um elevado número de habitats mediterrâneos e macaronésicos com grande percentagem de espécies endémicas (de distribuição restrita) e espécies-reliquia. São características deste local também as árvores de fruto, a horticultura, a videira, conferindo-lhe particular atractividade.

De notar, que dispersas por toda a serra existem construções diversas, entre elas: monumentos e quintas onde se podem vislumbrar inúmeros edifícios de arquitectura popular. Estando localizado numa área metropolitana com um elevado crescimento demográfico, e elevados índices de construção, Parque Natural Sintra-Cascais constitui-se hoje como um importante destino turístico e a sua envolvente, nitidamente urbana, alberga indústrias e serviços variados, sendo o estatuto de Parque Natural que o tem defendido de uma transformação de uso.

O Parque Natural Sintra-Cascais integra um regime de propriedade pública e privada, sendo dependente do Instituto de Conservação da Natureza e da Natureza.

O Parque Natural enquanto entidade tem como principais objectivos:

- A gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos;
- A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações;
- A salvaguarda do património arquitectónico, histórico ou tradicional da região;
- A promoção da integração da arquitectura na paisagem.

O Parque Natural surge assim como um espaço de elevada complexidade, sendo atractivo para as populações, devido à grande concentração de recursos paisagísticos, culturais, de acessibilidades, habitats e biodiversidade, e também à ampla possibilidade de usos do litoral, factores esses que determinam a necessidade de ordenar territorialmente as suas áreas através de planos de ordenamento do Território.

1.4. Breve caracterização histórica de Cascais

O município de Cascais revela vestígios de ocupação humana que remontam ao período pré-histórico. Os achados arqueológicos mais remotos existentes neste território são atribuídos ao Paleolítico Inferior. Durante o período Neolítico, são fixados os primeiros povoamentos e verifica-se a utilização de grutas naturais e artificiais para práticas votivas de culto dos mortos, nomeadamente em Poço Velho, Cascais, em Alapraia e São Pedro.

Da ocupação histórica de Cascais, a presença romana e árabe constituem importantes referências legando uma diversidade tipológica de testemunhos. Destacam-se no período romano as *villae*, existentes em Freiria (S. Domingos de Rana) e Casais Velhos (Charneca), os vestígios de estrutura para salga de peixe (no centro da vila de Cascais), e numerosas peças epigráficas. A toponímia árabe está ainda presente em abundantes localidades do município, nomeadamente em Alcabideche, lugar de origem do poeta árabe Ibn Muqãna, que testemunhou a sua vivência agrícola, no século XI.

Apesar da ocupação histórica do território, no início do século XII, o espaço da vila de Cascais correspondia a uma pequena aldeia piscatória que se mantinha política e administrativamente dependente de Sintra até ao século XIV. A importância da sua situação geográfica e o seu crescimento enquanto porto de pesca granjeiam-lhe a elevação a Vila, concedida por D. Pedrol, a 7 de Junho de 1364. A autonomia administrativa do lugar marca o início de um novo desenvolvimento urbano, com o afluxo de população rural proveniente do território circundante.

O final do século XVIII e o início do século XIX são contudo marcados por acontecimentos particularmente lesivos para a estrutura urbana e socio-económica do município. O terramoto de 1 de Novembro de 1755, a ocupação durante a primeira invasão francesa (1807-08) e o período das lutas liberais, deixaram a vila quase totalmente destruída.

A partir do século XIX, a descoberta de Cascais como destino turístico motiva um novo período de crescimento urbano e aumento demográfico, que se acentua nos séculos seguintes. Em 1859, dá-se início à construção das estradas de ligação de Cascais à vila de Oeiras e à vila de Sintra, quebrando o isolamento e a inércia em que se encontrava o município. Em 1870, a Família Real adopta os aposentos do Governador da Cidadela, adaptando-os a Paço Real, durante as férias, e impulsionando a moda do veraneio e dos banhos de mar em Cascais. O desenvolvimento do litoral concelhio é acelerado, suportado pela construção da linha de caminhos-de-ferro, cujo primeiro troço – entre Cascais e Pedrouços –, é inaugurado em 30 de Setembro de 1889. Este período, ligado ao florescimento dos Estoris, aos seus empreendimentos construtivos e infraestruturais, de arquitectura de veraneio, lançam Cascais como principal área de praia portuguesa, mas também como centro urbano de grande importância, na proximidade da capital.

Nas primeiras décadas do século XX, Cascais assume-se como estância turística de projecção internacional, atraindo uma população de elevado poder económico de cariz aristocrático, polarizado em torno do projecto do Casino Estoril, lançado em 1913. Com a eclosão da II Guerra Mundial, a vila de Cascais atinge o auge do seu cosmopolitismo e internacionalização. O desenvolvimento cosmopolita do litoral contrasta ainda com o cenário rural das áreas do interior do município, onde o tecido social agrícola e a cultura popular “salóia” subsistem preservados, deslocados e afastados dos fluxos de turismo internacional e da vida citadina dos centros balneares.

Na segunda metade do século XX, assiste-se a um novo período de desenvolvimento que irá modificar o território municipal, alterando substancialmente as suas características demográficas e urbanísticas. Durante as décadas de 60 e 70 regista-se um aumento das migrações para Lisboa, acompanhado de uma fase de expansão suburbana do município de Cascais. O aumento da mobilidade, suportado pela melhoria das acessibilidades a Lisboa, permite que Cascais passe a assumir-se como um dos espaços de residência periférico da população empregada na capital. A faixa litoral é rapidamente urbanizada, permitindo e incentivando novos empreendimentos com a funcionalidade de dormitório de Lisboa. Este intenso crescimento urbano, acompanhado por alterações na estrutura demográfica, acabou naturalmente por descaracterizar a paisagem natural e rural do interior do município.

Após a tomada de consciência patrimonial que atravessa a sociedade ocidental em finais do século XX, dá-se início a uma estratégia concertada de reabilitação do património histórico-cultural do município. Actualmente, o território de Cascais apresenta-se como um espaço essencialmente urbano e multicultural, apostado em estabelecer na diversidade dos seus testemunhos históricos a sua identidade colectiva e um recurso para as gerações futuras.

II. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

1. Enquadramento no PNSC

O núcleo urbano de Alcabideche localiza-se no município de Cascais, freguesia de Alcabideche sendo que apenas parte deste aglomerado se encontra inserido no Parque Natural. O presente PP encontra-se delimitado por terrenos do PNSC a norte, e a nascente, e a poente e sul pelos limites do PNSC (Figura 9).

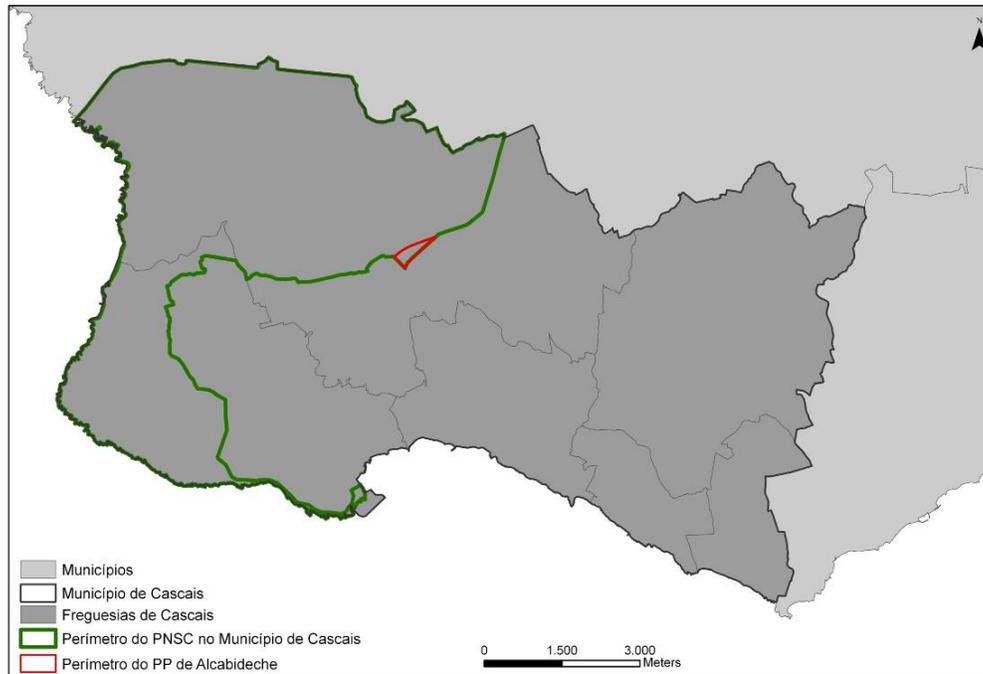


Figura 9 – Localização do Plano de Pormenor de Alcabideche

A parcela de Alcabideche abrangida pelo PP, com uma área de 13,1ha, representa apenas 0,40 % do total da área do PNSC. Comparando a população residente na totalidade do PNSC com a de Alcabideche, verifica-se que a representatividade deste núcleo para a população do Parque não atinge os 10% (9,2%). A densidade populacional apresenta um valor de 43,24 habitantes por hectare, por contraponto com o PNSC, cujo valor é de apenas 1,82hab/ha.

Do total do núcleo urbano de Alcabideche só 14,4% da população é que se encontra no PNSC. Alcabideche (PNSC) possui 557 indivíduos para uma área de 12,88 hectares o que confere uma densidade populacional de 43,24 hab./ha.

A maior parte dos alojamentos são de tipo familiar, ou seja, destinam-se a acolher aglomerados familiares. Alcabideche (PNSC), com 239 alojamentos familiares, concentra cerca de 8% do total do PNSC – Cascais. A área do núcleo urbano de Alcabideche inserido no Parque Natural Sintra-Cascais apresenta uma densidade urbana média/baixa com 18,48 Aloj. Cláss./ha, reflexo de uma ocupação menos intensiva do solo.

Considerando as licenças de construção para habitação, verifica-se uma dinâmica muito reduzida do parque habitacional. Nos inquéritos efectuados, o tempo médio de residência mais frequente é há mais de 21 anos.

2. Património histórico-cultural

2.1. Enquadramento patrimonial

O espaço do presente PP abrange apenas uma pequena franja do Núcleo Histórico da povoação. Trata-se de uma área que não inclui os principais espaços de vivência e de memória histórica de Alcabideche, concentrados em torno da igreja matriz e da sua área de influências de sociabilidade e de memória, onde ainda perduram/persistem ainda alguns exemplares de arquitectura popular saloia.

A localização geográfica (proximidade da auto-estrada de Cascais) juntamente com as acessibilidades e as diferentes infra-estruturas de apoio às populações têm potenciado um enorme crescimento urbano da localidade que se vai expandindo a partir do núcleo da Igreja Matriz.

A povoação de Alcabideche regista a seguinte evolução demográfica:

- Em 1527 tinha 13 vizinhos.
- Em 1758 tinha 93 homens e 92 mulheres¹.
- Em 1843 - Freguesia possuía 1980 habitantes, sendo 985 sexo masculino e 995 do sexo feminino e a localidade de Alcabideche apresentava um total de 222 habitantes².
- Em 1911 Alcabideche tinha 143 fogos e 456 habitantes³.
- Em 1960 - 1428 habitantes (população da freguesia 12 725 habitantes)⁴.
- Em 1981 – A população da freguesia era de 25 473 habitantes.

2.2. Valores histórico-culturais na área do plano de pormenor

2.2.1. Património edificado

No domínio do património edificado destaca-se como um dos principais espaços do Núcleo Histórico a região de implantação da Igreja Matriz onde se concentram vestígios da presença de diferentes povos que testemunham a antiguidade da ocupação/fixação humana neste local.

¹ Cf. CORREIA (1964).

² Cf. VENTURA (1990).

³ Cf. HENRIQUES (2000).

⁴ Cf. CORREIA (1964).

A Igreja de S. Vicente, situada na parte sul do planalto de Alcabideche, vislumbra grande parte da ribeira da Caneira, que desagua a poente do antigo mosteiro dos frades franciscanos de Santo António do Estoril. Daí avista-se o povoado da amoreira, o Bairro de Santo António (antigo casal do Geraldo) e a parte superior do Estoril.



Figura 10 – Igreja de São Vicente de Alcabideche

De cariz rural, a Igreja de S. Vicente de Alcabideche encontra-se no lado meridional da povoação inserida num pequeno espaço envolto pelo antigo casario de arquitectura popular saloia, descaracterizada pela presença de modernos edifícios de betão⁵, que alteram a leitura arquitectónica de todo um conjunto homogéneo, pela Escola Primária do Estado Novo e pelo coreto de sociabilidades oitocentistas.



Casa saloia
(Alcabideche)



Fonte e chafariz
(Charneca)



Pátio de arribanas
(Janes)



Casal saloio
(Janes)



Moinho de vento
(Malveira da Serra)



Tanques e lavadouros
(Birre)

Figura 11 – Tipologias de arquitectura popular presentes na área do Parque Natural Sintra-Cascais.

Fonte: CMC/GEOTPU

⁵ No espaço da antiga Quinta de São Martinho, pertença da família de Fausto Figueiredo, está a surgir um novo condomínio fechado. Cf. www.casasparaviver.com/quintasaomartinho.

Para além das memórias da Matriz outro legado de relevância em Alcabideche são os Moinhos que constituem o ex-líbris da povoação, referência a outro legado civilizacional – o legado árabe.



Figura 12 – Moinho de vento, Alcabideche

2.2.2. Património oral e imaterial

Do conjunto de eventos de motivação religiosa destacam-se as festividades em honra de Nossa Senhora da Conceição realizadas em Dezembro. Iniciam-se normalmente a 7 de Dezembro, com uma procissão pelas ruas da povoação, que se repete no dia 8. A iluminação das ruas (arraial) é uma prática que acompanha e concede um tom colorido à celebração. Trata-se de uma festa que se realiza há várias décadas. Inicialmente era feita na Capela de Nossa Senhora da Conceição, que existia no actual Largo de 5 de Outubro e que foi destruída pela Câmara Municipal de Cascais, para poder alargar o referido largo, em 1939. Esta ermida era de construção pobre, de pequenas dimensões, com chão de terra batida, que habitualmente era forrado a junco.

A devoção à Nossa Senhora do Cabo encontra-se, desde há vários séculos, ligada à povoação de Alcabideche. As origens destas festividades remontam ao século XV. Trata-se de um evento que envolve habitantes de várias localidades devido à romaria que Ihe está associada. Actualmente procura-se reatar a tradição.

Como símbolo dos novos tempos de sociabilidade e de novos envolvimentos culturais, assim como de outros mecanismos culturais e de hábitos culturais, patrocinados por um forte incentivo do poder central e do poder local destaca-se a nova Biblioteca Municipal de Alcabideche, cujas instalações foram inauguradas em 2003, o projecto Armazéns de Sons, destinado a apoiar a gravação de trabalhos de bandas amadoras existentes no concelho.

2.3. Património arqueológico

A descoberta de uma tampa cuneiforme de sepultura encontrada na parede norte da igreja durante as obras de restauro realizadas em 1895, datada do séc. I d.c, revela a utilização sagrada da igreja de S. Vicente na época romana⁶. Segundo Guilherme Cardoso os vestígios da ocupação romana encontram-se presentes também no espaço circundante da igreja. O autor destaca um elemento encontrado na parede de uma antiga casa saloia da banda sul do adro e os vestígios existente na zona do poço do Geraldo hoje entulhado, onde se abastecia a população de Amoreira antes de ter água canalizada, situado a cerca de 400m a sul da igreja.

O cemitério associado à igreja surge no período medieval, com sepulturas do tipo caixa delimitadas por esteios de calcário, orientadas este-oeste, bastante semelhantes às sepulturas das primeiras necrópoles cristãs encontradas noutras partes do concelho. O único elemento novo é a utilização de estelas discoides, talhadas em calcário e grés, que eram colocadas à cabeceira das sepulturas.

De acordo com o testemunho de Guilherme Cardoso, dos vestígios da antiga Igreja de S. Vicente de Alcabideche, anteriores ao terramoto de 1755, restam alguns elementos lapidados dos séculos XV-XVI: uma verga de porta decorada, além de alguns objectos de culto cristão. Segundo os dados disponíveis a igreja de S. Vicente ficou arrasada com o terramoto de 1755.

Do século XVII existem dois fragmentos de uma inscrição que se encontram nas duas ombreiras da porta do coro.

A Ermida de Nossa Senhora da Conceição foi utilizada como local de culto pela população no período que antecedeu a reconstrução da igreja de S. Vicente.

De salientar o sitio arqueológico de Salgadas II, situado a poento do depósito de água de Alcoitão. Trata-se de um afloramento de grés, parte de um conjunto de pequenos tanques e fossetas escavados na rocha.

⁶ Cf. CARDOSO (1990); ENCARNAÇÃO (2002).

3. Enquadramento urbanístico e regulamentar

No contexto do actual quadro legal, vários Instrumentos de Gestão Territorial têm expressão na área do plano de pormenor a desenvolver, através da definição de estratégias, directrizes e medidas. Importa salientar que os referidos instrumentos têm âmbitos diversos, estabelecendo orientações tanto à escala regional, como é o caso do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), onde se definem estratégias para a globalidade da Área Metropolitana de Lisboa, como à escala municipal, através do Plano Director Municipal (PDM), onde se definem as orientações e medidas de Ordenamento do Território para o município de Cascais. É pertinente referir ainda a existência do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC), que enquanto instrumento de natureza especial estabelece directrizes específicas para a área do parque natural, e em particular para a área do presente PP.

Dada a relevância para o estudo em curso, referem-se as orientações definidas nos citados Instrumentos de Gestão Territorial, que detêm influência na área do Plano de Pormenor de Alcabideche.

3.1. Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra Cascais (POPNSC)

O POPNSC, aprovado pela Resolução de Concelho de Ministros n.º 1-A/2004, publicada no Diário da República, I Série – B, N.º 6 de 8 de Janeiro, enquanto Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT) e Plano de Ordenamento de Área Protegida (POAP), visa, fundamentalmente, estabelecer um regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território.

Na medida em que o Parque Natural Sintra-Cascais se constitui como uma área de património nacional, torna-se necessário criar um instrumento de planeamento que defina medidas de protecção adequadas. É neste sentido que surge o POPNSC, tendo por objectivos fundamentais a conservação da natureza, a protecção dos espaços naturais e as paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e protecção dos recursos naturais, o assegurar da integração da construção na paisagem, e a promoção do desenvolvimento sustentável das populações e do desenvolvimento rural.

O POPNSC formula a sua estratégia à luz da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), publicada pela Resolução de Conselho de Ministros N.º 152/2001 de 11 de Outubro, que formula as seguintes opções estratégicas (consignadas no POPNSC):

- *Constituir a Rede fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;*
- *Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;*
- *Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;*
- *Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.*

O presente plano de ordenamento define áreas tipológicas para o Parque Natural Sintra Cascais, apresentando-as na sua planta síntese. Estes espaços têm implicações específicas na área do plano de pormenor, verificando-se apenas uma tipologia de espaço definida para esta área, (apresentada no regulamento do POPNSC), que se enuncia de seguida:

- Áreas urbanas – Como se apresenta no artigo 29º, estes são espaços que não se encontram abrangidos por qualquer regime de protecção no âmbito do regulamento do POPNSC. Refere-se ainda no presente artigo que estas áreas, enquanto solos urbanos, deverão ser submetidas a plano de pormenor, devendo estes incidir sobretudo sobre as áreas não urbanizadas dos perímetros urbanos e sobre solos urbanos classificados como tal no PDM de Cascais.

3.2. Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)

O PROTAML, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002, publicada no Diário da República, I Série – B, N.º 82 de 8 de Abril, enquanto instrumento legal com incidência na Área Metropolitana de Lisboa, constitui-se como vinculativo para as acções promovidas pela Administração Pública na área de intervenção do presente Plano de Pormenor.

Este Instrumento de Gestão Territorial tem por base a clarificação das políticas para o território, assentando em princípios de desenvolvimento sustentável, de coesão socio-territorial, de contenção da expansão urbana, de reestruturação e melhoria da mobilidade territorial. Deste modo, as políticas estabelecidas pelo PROTAML procuram alicerçar-se no equilíbrio de um desenvolvimento harmonioso e sustentado, a diversos níveis (social, ambiental e cultural), apoiando-se em medidas como:

- a) qualificação do território, elegendo o ambiente e o património como factores de competitividade;
- b) requalificação socio-urbanística de áreas degradadas;
- c) reforço das acessibilidades internas;
- d) qualificação dos serviços de saúde;
- e) promoção habitacional enquadrada em planos de ordenamento e padrões construtivos qualificados;
- f) integração urbana e social de grupos sociais e economicamente desfavorecidos;
- g) qualificação dos sistemas de educação, formação e inserção profissional;
- h) incremento do lazer e do turismo;
- i) realização e promoção de eventos multiculturais e desportivos;
- j) reforço do sistema de produção e difusão científica e tecnológica.

O PROTAML apresenta um Esquema de Modelo Territorial, definindo como uma área prioritária da Rede Ecológica Metropolitana a Serra de Sintra e Litoral de Colares a Cascais. A generalidade da área do Parque Natural Sintra-Cascais está também englobada como Área Estruturante Primária, da Rede Ecológica Metropolitana (REM) proposta pelo PROTAML. A área específica do Plano de Pormenor de Alcabideche situada no limite do PNSC encontra-se abrangida por áreas da Rede Primária da REM, no sentido de “garantir que as intervenções na orla da serra ou junto aos limites do Parque Natural não descaracterizam o espaço da serra”, de “garantir o desenvolvimento [...] de acordo com padrões de elevada exigência urbanística, arquitectónica e paisagística”, e de “controlar e definir o remate urbano no contacto com o Parque Natural”.

Para a área do Parque Natural Sintra-Cascais são ainda definidas medidas específicas, algumas com influência directa na área onde se insere o PP em apreço, tais como:

- Promover a preservação e valorização do espaço florestal e natural da Serra de Sintra.
- Garantir que as intervenções na orla da serra ou junto aos limites do Parque Natural não descaracterizam o espaço serra;
- Garantir a manutenção de percursos lentos nas estradas panorâmicas de fruição paisagística. Tratam-se de percursos com grande interesse turístico;
- Garantir que a ocupação turística seja consentânea com áreas de elevado interesse paisagístico, ecológico e patrimonial;
- Conter a edificação dispersa.
- Garantir padrões de elevada exigência urbanística, arquitectónica e paisagística para os núcleos urbanos.
- Garantir níveis e padrões de ocupação edificada e turísticos consentâneos com a salvaguarda e valorização paisagística, ecológica e patrimonial.

3.3. Plano Director Municipal de Cascais (PDMC)

O PDM de Cascais ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/97, publicada no Diário da República I Série – B, N.º 139 de 19 de Junho, estabelece uma base estratégica para o desenvolvimento local, através da construção de uma estrutura espacial, que engloba a classificação básica do solo, bem como os respectivos parâmetros de ocupação.

Deste modo, as classes de espaço definidas pelo ordenamento do território expresso no PDM de Cascais, face à relação hierárquica entre os Planos Municipais, condicionam as intervenções na área do Plano de Pormenor de Alcabideche. O PDM define para esta última área as seguintes classes de espaço (descritos no regulamento do PDM de Cascais):

- Espaço urbano histórico – Segundo o disposto no artigo 24º, os espaços urbanos históricos são integrados na categoria de espaços urbanos, constituídos pelas malhas urbanas existentes, para as quais se definem normas específicas quanto a actuações de edificabilidade, tais como obras singulares ou operações de loteamentos, melhorias na estrutura interna, requalificação e valorização. Nos termos dos artigos 74º a 88º, estas áreas estão sujeitas a um regime de protecção e valorização, que estabelece normas quanto à sua imagem global, regime de usos, novas construções, demolições e alterações e ampliações, isto porque estes espaços constituem referências de identidade histórica do concelho.

- Espaço urbano de baixa densidade – Conforme o disposto no artigo 25º para esta categoria de espaços são também definidas normas específicas quanto à construção de novos edifícios, ampliação, reconversão e beneficiação de imóveis existentes, bem como para os respectivos usos. No presente artigo é referido que as operações enunciadas ficam sujeitas a condicionantes como, garantir as características morfológicas dominantes, ou quanto não existam características bem definidas, respeitar os índices urbanísticos definidos na alínea c) do n.º 5 do presente artigo. Reporta-se ainda para a elaboração de planos de pormenor quando seja necessário regular a intensificação do uso habitacional, a mudança de usos e a construção de novos edifícios.
- Espaço de equipamento – Segundo o apresentado no artigo 51º, estas são áreas onde existem ou podem vir a existir estabelecimentos de carácter público, mutualista, cooperativo ou privado, destinando-se fundamentalmente, a satisfazer procuras e necessidades da população. Refere-se ainda no presente artigo, que nesta tipologia de espaços as alterações de usos só são admissíveis mediante a prévia aprovação e ratificação de Plano de Pormenor, nos termos do DL nº 69/90, de 2 de Março. É ainda de referir que a programação e localização dos equipamentos de nível local devem ser definidas nos planos de urbanização e de pormenor, “pelo processo de planeamento induzido por loteamentos de expressão significativa ou através de programas municipais sectoriais...”.

3.4. Agenda Local XXI

A Agenda 21, não podendo ser vista como um Instrumento de Gestão Territorial, constitui-se como um compromisso resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento / Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em Junho de 1992. Tendo o Estado Português aderido a este compromisso, cabe aos municípios, garantir a sua execução, promovendo a implementação dos princípios de desenvolvimento sustentável que aí foram definidos na sua área territorial. Assim, na elaboração do Plano em apreço, este documento será tido em consideração.

O Relatório Preliminar da Agenda Local 21 de Cascais, foi aprovado em Reunião de Câmara de 11 de Novembro de 2005 e apresentado na Assembleia Municipal de 5 de Dezembro de 2005, tendo como objectivo a melhoria da qualidade de vida das populações num envolvimento justo e equilibrado das componentes ambiental, social e económica.

O presente Plano de Pormenor deverá poder contribuir para a implementação da Agenda Local 21, dando cumprimento aos seus objectivos e propostas de acção, dos quais se destacam os seguintes, por assumirem maior relevância para a área em questão:

▪ Qualidade do Ar

Objectivos: contribuir para a boa qualidade do ar; reduzir as emissões de gases e partículas poluentes que afectem a qualidade do ar e o clima.

Propostas de acção: contribuir para o plano de mobilidade sustentável; elaborar estudo de tráfego; adaptar as soluções arquitectónicas de modo a promover a qualidade de ar (interior).

▪ Ruído

Objectivos: promover um ambiente calmo e não ruidoso; melhorar a satisfação da população relativamente ao ambiente sonoro; fortalecer as medidas de prevenção para evitar conflitos entre as actividades.

Propostas de acção: elaborar mapa de ruído; promover soluções de planeamento de modo a reduzir os impactos do ruído; aplicar isolamento acústico nos edifícios.

▪ Estrutura Ecológica Municipal

Objectivos: aumentar a oferta de jardins e parques urbanos; promover espaços verdes públicos facilmente acessíveis e próximos da população; garantir o uso racional de água de rega; aumentar a quantidade e qualidade das árvores de arruamento do tecido urbano.

Propostas de acção: aumentar a oferta de espaços verdes urbanos; adequar a existência de equipamentos nos parques e jardins municipais; aferição da disponibilidade de terrenos para a construção de parques urbanos; gestão sustentada das áreas verdes, promovendo o controle do consumo da água de rega e utilização de água reciclada; salvaguarda dos leitos de cheia; realização de planos de plantação e substituição de árvores.

▪ Resíduos Sólidos

Objectivos: reduzir a quantidade de resíduos sólidos urbanos indiferenciados; aumentar a percentagem de resíduos sólidos urbanos valorizados (reutilizados e reciclados); melhorar a limpeza e higiene no espaço público.

Propostas de acção: planificar os espaços reservados à implementação de estruturas para recolha de resíduos sólidos urbanos recicláveis; aumentar a eficácia da recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos.



- Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais
Objectivos: utilizar eficientemente o recurso natural água; implementar um sistema de drenagem pluvial eficiente e sem contaminações; reduzir impactes negativos dos esgotos domésticos e industriais.
Propostas de acção: criar sistemas de redução de consumo de água e redes de águas secundárias, com redução do volume de recolha de “esgotos” e o seu aproveitamento para reciclagem; adoptar soluções de aplicação e aproveitamento da água da chuva.

- Principais Actividades Económicas e o Ambiente
Objectivos: promover o turismo sustentável; ordenar a localização das actividades industriais; reduzir os impactes ambientais das unidades industriais.
Propostas de acção: implementar unidades turísticas compatíveis com os objectivos de preservação e valorização ambiental e patrimonial; modernizar o sector comercial e de serviços; fomentar a prática de agricultura biológica.

- Transporte e Ambiente
Objectivos: aumentar a segurança rodoviária; fomentar a utilização da bicicleta e o deslocamento a pé; fomentar o uso dos transportes colectivos; alterar as frotas de veículos motorizados para sistemas mais ecológicos.
Propostas de acção: aumentar as áreas pedonais e ciclovias; promover o correcto ordenamento espacial das actividades de modo a fomentar a utilização dos transportes públicos colectivos.

- Estrutura Urbana, Uso do Solo e Ambiente
Objectivos: aumentar a qualidade do parque habitacional e serviços; controlar a pressão imobiliária garantindo a elevada qualidade urbana; criar um sistema urbano eficiente de reduzido impacte ambiental; eliminar depósitos de sucata e entulhos; garantir a recuperação paisagística das pedreiras.
Propostas de acção: implementar um sistema de planeamento sustentável e favorecendo soluções arquitectónicas minimizadoras do impacte ambiental; reabilitar do edificado com valor patrimonial.

- Energia
Objectivos: aumentar o recurso a fontes de energias renováveis; diminuir consumos de energias fósseis.
Propostas de acção: fomento do uso de energias renováveis nas soluções arquitectónicas, conforme a directiva de desempenho energético dos edifícios.



- Informação e Educação Ambiental

Objectivos: aumentar o conhecimento da população sobre o estado do ambiente; melhorar o comportamento ambiental e cívico da população escolar; fomentar boas práticas ambientais através da promoção de projectos de demonstração e acções de educação ambiental; garantir a participação da população nos processos de desenvolvimento local.

Propostas de acção: adaptação ou instalação de equipamentos municipais, com vista à realização de acções e projectos de educação ambiental envolvendo da população na resolução dos problemas do desenvolvimento local.

3.5. Rede Natura 2000

No âmbito do Plano de Ordenamento do PNSC, está identificada na Carta de Condicionantes, e abrangida pelo Plano de Pormenor de Alcabideche um sitio de Rede Natura 2000:

- Rede Natura 2000 – Sítio PTCO0008 Sintra/Cascais

Legislação Base: Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto (Homologa o Parque Natural Sintra-Cascais como Sítio da Lista Nacional), Decreto-Lei 140/99, de 24 de Abril, e Decreto-Lei 49/2005, de 31 de Janeiro (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99 que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE relativa à conservação das aves selvagens (directiva aves) e da Directiva n.º 92/43/CEE relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

Na Carta de Habitats Naturais do POPNSC, não surgem referenciados vários habitats integrantes da Rede Natura 2000, considerando o Relatório do Plano de Ordenamento do PNSC apenas os habitats avaliados com elevado valor conservacionista.

Na área de intervenção do Plano de Pormenor de Alcabideche não foram identificados quaisquer habitats, enunciados na Directiva n.º 92/43/CEE, e sujeitos às medidas de conservação enunciadas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (em discussão pública de 26 de Janeiro a 10 de Março de 2006).

3.6. Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

Na área de intervenção do presente PP vigoram as seguintes Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, constantes na legislação em vigor:

- Rede de Baixa-tensão – EDP

Decreto-lei nº 26 852, de 30 de Julho de 1936; Decreto-Lei nº 43 335, de 19 de Novembro de 1960; e, Decreto-Lei nº 182, de 27 de Julho de 1995.

- Rede Viária Municipal existente – EN9 e EN247.5

Lei n. 2110, de 19 de Agosto de 1961, alterada pelo Decreto-Lei n. 360/77, de 1 de Setembro, e Decretos-Leis n. 13/71, de 23 de Janeiro e 13/94, de 15 de Janeiro.

3.7. Índices e parâmetros urbanísticos

A existência de índices e parâmetros urbanísticos constitui um valioso instrumento para o Ordenamento do Território e Planeamento Urbano, permitindo a quantificação do uso do solo bem como das volumetrias de edificação no âmbito dos vários Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), entre eles o Plano de Pormenor. De salientar no entanto, a possibilidade de estes poderem ser aplicados e utilizados como referências de função supletiva no desenvolvimento dos PP.

No âmbito da elaboração do Plano de Pormenor de Alcabideche, é fundamental o conhecimento dos índices e parâmetros urbanísticos definidos para esta área, pelos IGT hierarquicamente superiores. Neste caso específico do território do Município de Cascais, apenas o PDM define índices urbanísticos, dado que não cabe no âmbito do POPNSC a definição deste tipo de parâmetros (mas antes apenas a concretização de orientações estratégicas), e que não existem Planos de Urbanização (PU) com incidência na área de intervenção.

Neste sentido, o Plano Director Municipal de Cascais define para os vários usos do solo por ele delimitados, índices e parâmetros urbanísticos adaptados às actividades para aí previstas desenvolver. Os índices e parâmetros urbanísticos definidos para a área do Plano de Pormenor de Alcabideche, agrupados por tipologia de uso do solo definido no PDM Cascais, (os artigos, respectivos números e alíneas apresentados correspondem ao regulamento do PDM Cascais em vigor), são:

Espaços Urbanos Históricos:

- O nível de protecção destes espaços determina que seja preservada e valorizada a imagem global construída, de forma a garantir a permanência e enriquecimento progressivo das suas características morfológicas (estrutura urbana, formas de agregação, tipologias construídas, materiais e cores, ritmos e dimensão de vão) (art. 76°).
- O regime de usos deve corresponder à preocupação de compatibilização exigível com os usos residenciais e de actividades existentes; as novas intervenções devem conduzir ao reforço e valorização da actividade global destes espaços (art. 77°).
- São permitidas obras de demolição, restauro, alterações e ampliações, adaptação, conservação, reconstrução, reformas exteriores e obras novas (art. 78°).
- A construção de novos edifícios consequentes à demolição de edifícios existentes fica sujeita a (art. 80° n° 1):
 - Manutenção dos alinhamentos dos planos de fachadas sobre a via pública;
 - A altura e o número de pisos decorrem do nivelamento da cêrcea determinada pela média das alturas das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra o novo edifício no troço da rua entre as duas transversais;
 - Quando não existam edifícios confinantes, a profundidade máxima das empenas é de 15m.
- A construção de novos edifícios não decorrentes da demolição de preexistências fica sujeita a (art. 80° n° 3):
 - A altura e o número de pisos determinam-se conforme o estabelecido para a categoria de Espaços Urbanos de baixa Densidade;
 - Nas praças ou largos, a altura máxima da fachada não poderá ultrapassar a altura média das fachadas dos edifícios neles existentes.
- São permitidas alterações e ampliações dos edifícios existentes, desde que, simultaneamente, sejam efectuadas obras de recuperação e restauro de todo o edifício, seja garantida a estabilidade e condições de segurança de todos os seus elementos e seja, igualmente, garantida a estabilidade dos edifícios ou arruamentos confinantes (art. 81° n° 1).
- É interdita a ocupação dos logradouros com construções, exceptuando as actuações de ajardinamento, equipamentos de jardim, arborizações ou construções destinadas a instalações sanitárias ou pequenas cozinhas. Também a pavimentação de logradouros é sujeita a licenciamento municipal (art. 82° n°s 1 e 3).
- Deve ser dada especial atenção aos projectos de instalação de superfícies de comércio, de forma a adequarem-se à expressão arquitectónica das edificações em que se integram e contribuirão para a sua valorização estética (art. 83°).

Espaços Urbanos de Baixa Densidade:

- Altura máxima da fachada = 7,5m (art. 25º nº 1 a.1)).
- Nas obras de beneficiação, reconversão e ampliação que se destinem ou não à intensificação do uso habitacional é permitido um acréscimo até 20% do Índice de Utilização Líquido existente nos edifícios (art. 25º nº 2).
- É permitida a mudança de uso habitacional ou a construção de novos edifícios, para terciário ou equipamentos colectivos, nas parcelas cujo dimensionamento suporte o novo uso (art. 25º nº 3).
- Nas operações de loteamento os parâmetros urbanísticos a respeitar são (art. 25º nº 5):
 - Índice de Utilização Bruto máximo de 0,50;
 - Índice de Ocupação máximo de 35%;
 - Índice de Utilização Líquido máximo:
 - Lotes com área igual ou inferior a 150 m² – 1,00
 - Lotes com área entre 150 m² e 500 m² – 0,80
 - Lotes com área superior a 500 m² – 0,60
 - Lotes com área superior a 1.000 m² – 0,50.

Espaços de Equipamentos:

- Nos edifícios existentes ou nas parcelas inseridas nestes espaços são admissíveis as operações de reabilitação, reconstrução, ampliações ou obras novas que se conformem complementarmente ou supletivamente com os usos existentes no edifício e ou na parcela e sujeitas às seguintes condições:
 - Garantir uma superfície de terreno a destinar a áreas verdes ou áreas permeáveis num valor próximo de 25% da superfície total do terreno ou da parcela;
 - Respeitar um Índice de Utilização Líquido máximo da ordem de 1;
 - Respeitar as dotações de estacionamento exigidas / necessárias.

4. Análise ambiental

4.1. Estrutura biofísica e antrópica

4.1.1. Altimetria / MDT / Hipsometria

O relevo é um parâmetro fundamental para a interpretação e estudo de um território. Podendo ser caracterizado em diferentes modelos de dados:

- tema vectorial de linhas, representando curvas de nível, linhas de água e festos; tema vectorial de pontos, representando pontos cotados. Estes temas são geralmente designados por Altimetria;
- Modelo Rede Triangular Irregular (“Triangulated Irregular Network” ou TIN), em que as entidades são triângulos num espaço 3D definidos pelas três coordenadas de cada um dos seus vértices. Partindo do conhecimento das coordenadas tridimensionais destes três pontos é calculada uma equação do plano que contém cada triângulo. Conhecida esta equação, é possível calcular a altitude de todos os locais situados no interior e na fronteira desse triângulo. Este modelo é gerado a partir da Altimetria;
- modelo raster (geralmente designado por Modelo Digital de Terreno ou MDT), em que as entidades são pixeis que correspondem a valores de altitude;
- modelo vectorial de polígonos (também denominado Hipsometria), em que as entidades são polígonos que correspondem a classes de altitude.

As curvas de nível bem como os pontos cotados assinalados foram utilizados para gerar uma Rede Triangular Irregular (TIN) com uma resolução espacial de 1m, a partir da qual se elaborou um modelo raster do relevo – Modelo Digital de Terreno – também com a resolução espacial de 1m.

O Mapa da Hipsometria foi obtido através do MDT, tendo sido definidas cinco classes de altimetria:

- 0 - 50m;
- 50 - 100m;
- 100 - 150m;
- 150 - 200m;
- 200 - 300m.

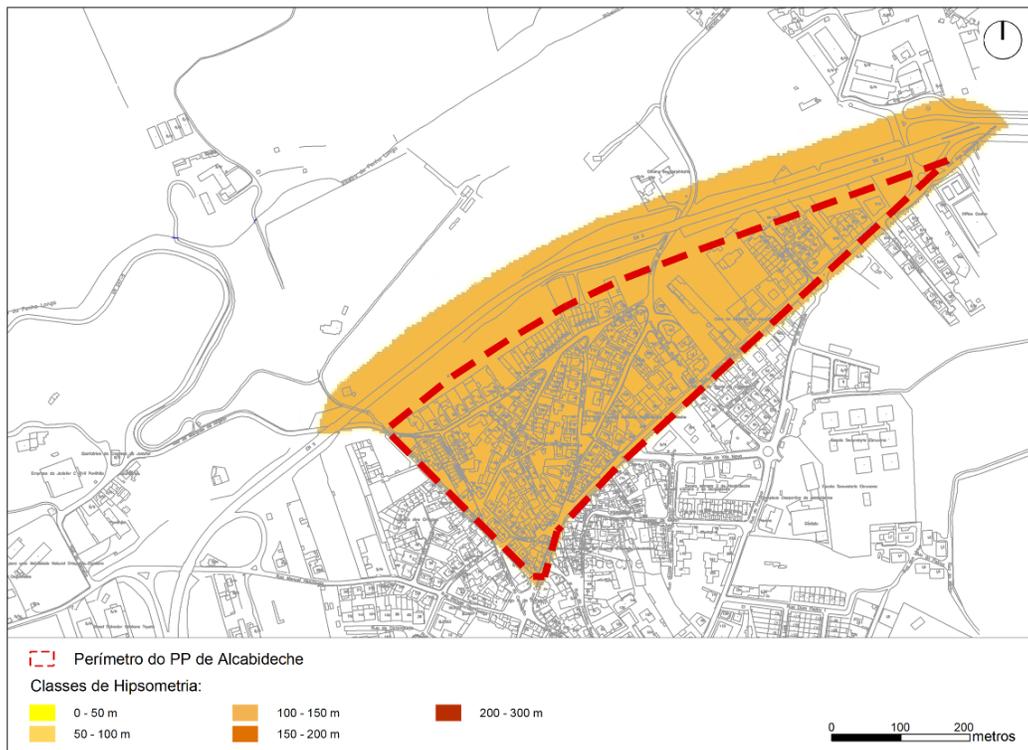


Figura 13 – Mapa de hipsometria da área do PP de Alcabideche

Calculou-se a representatividade, em percentagem, das várias classes de Hipsometria em relação à área total do presente PP. Os resultados são apresentados na Figura 14.

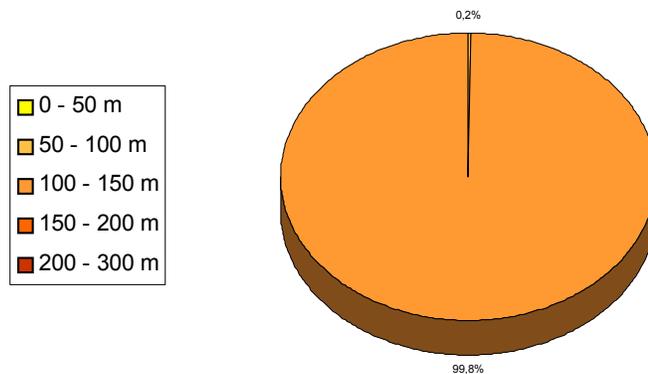


Figura 14 – Representatividade, em percentagem, das classes de Hipsometria em relação à área do PP de Alcabideche

Praticamente toda a área de Alcabideche se situa entre os 100 e os 150 m (99,8%), apenas uma área mínima (0,2%) tem altitude inferior.

4.1.2. Declives / Exposição de vertentes

O declive é uma variável basilar para o estudo sobre qualquer tema relacionado com a morfologia do território, uma vez que é o principal elemento restritivo às actividades humanas e aos processos físicos. Para Ferreira (1999), este é o factor determinante nas taxas de perda de solo, sendo portanto um óptimo descritor da morfologia do território. Na análise do risco de erosão do solo os declives surgem como um dos mais importantes parâmetros morfológicos a considerar. O Mapa de Declives foi gerado a partir do Modelo Digital de Terreno em formato raster.

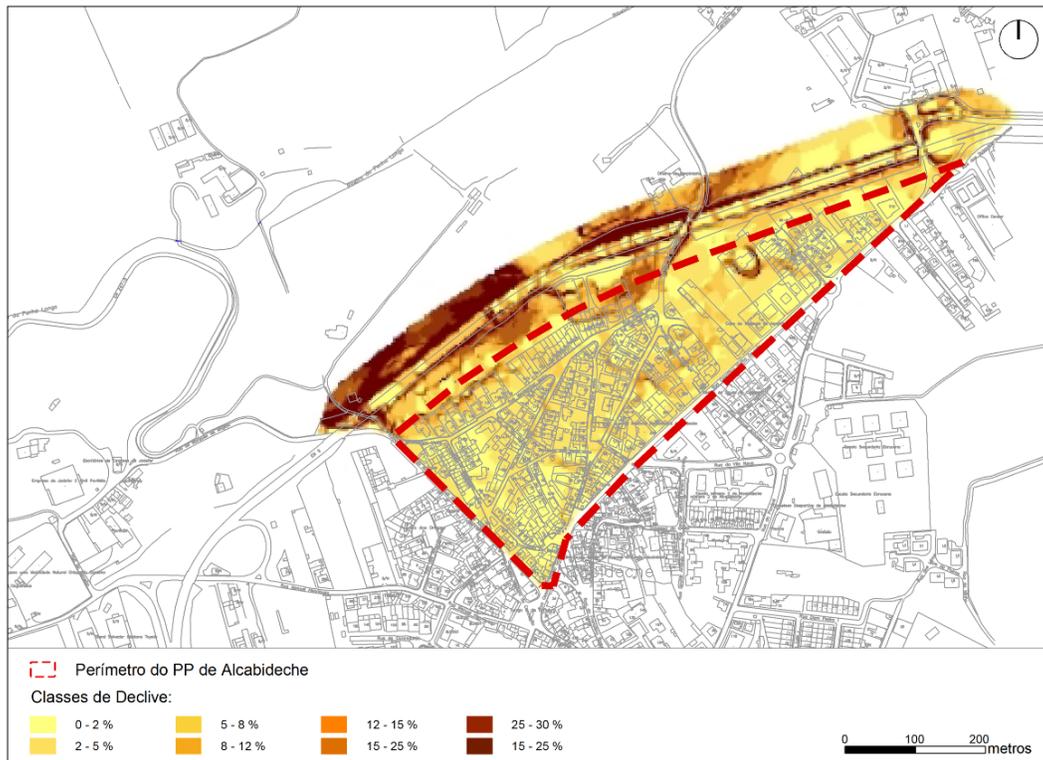


Figura 15 – Mapa de declives da área do PP de Alcabideche

Foram definidas oito classes, cujos intervalos de representatividade foram escolhidos tendo em consideração a relação entre o declive e a sua adequação com o espaço edificado, agrícola ou florestal:

- 0 - 2 %;
- 2 – 5%;
- 5 – 8 %;
- 8 – 12 %;
- 12 – 15 %;
- 15 – 25 %;
- 25 – 30 %;
- > 30 %.

Na Figura 16 apresenta-se, em percentagem, as várias classes de declive em relação à área total em estudo.

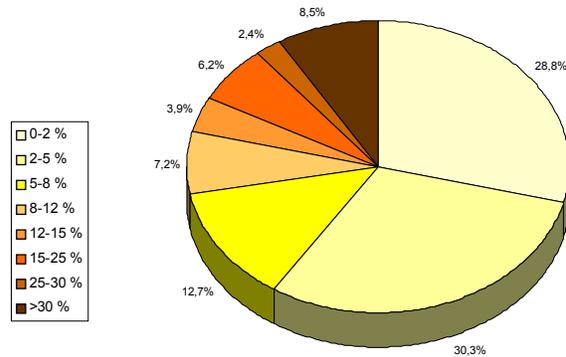


Figura 16 – Representatividade, em percentagem, das classes de Declive em relação à área do PP de Alcabideche

Na zona de estudo os declives suaves (0-8%) constituem a classe dominante com 71,8%. Segue-se, em termos de representatividade (11,1%), os declives moderados (8-15%). Os declives acentuados (15-30%) e os declives muito acentuados (>30%) constituem, cada uma, apenas cerca de 8,5% da área do PP de Alcabideche.

A Exposição de vertentes assume grande significado ecológico, pois determina directamente a temperatura e a humidade do solo e, indirectamente o tipo de coberto vegetal. O mapa de Exposição permite diferenciar, relativamente à insolação, a melhor localização para as várias actividades humanas, nomeadamente para a construção de habitações ou equipamentos.

Com base no modelo raster foi gerado um mapa de Exposição de vertentes. As classes definidas para a Exposição são as seguintes:

- Plano;
- Norte;
- Nordeste;
- Este;
- Sudeste;
- Sul;
- Sudoeste;
- Oeste;
- Noroeste.

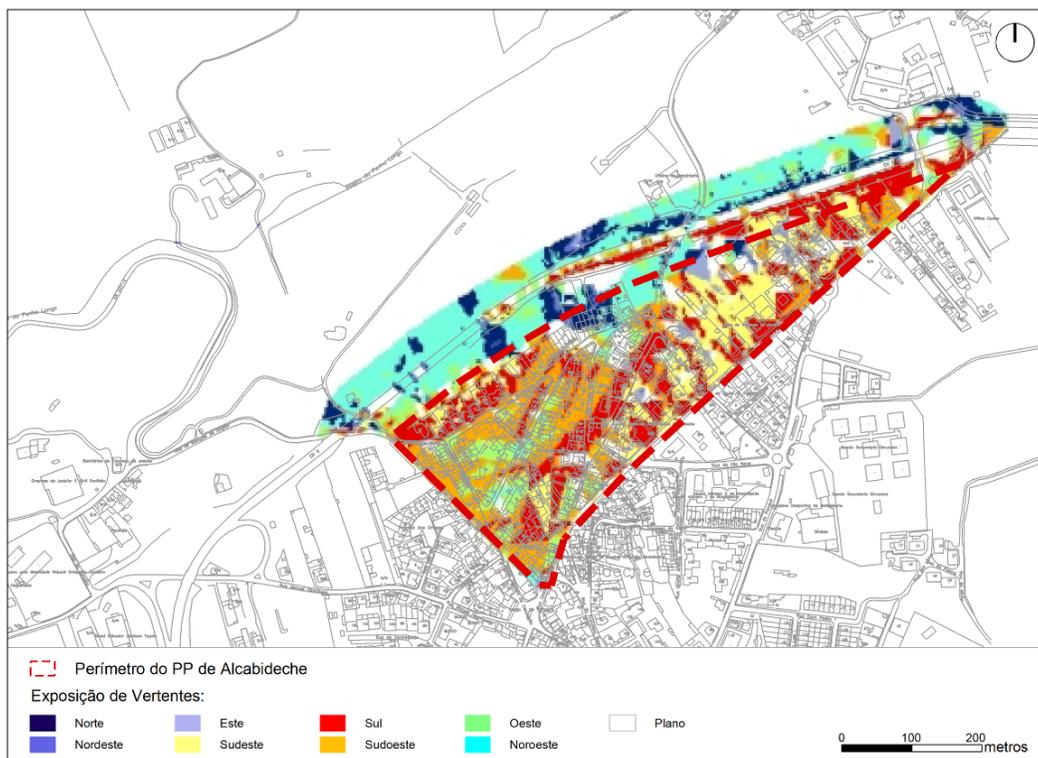


Figura 17 – Mapa de exposição de vertentes na área do PP de Alcabideche

Na Figura 18 apresentam-se, em percentagem, as várias classes de Exposição em relação à área total em estudo.

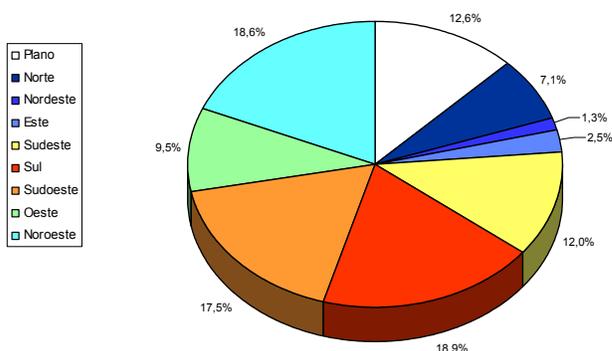


Figura 18 – Representatividade, em percentagem, das classes de Exposição em relação à área do PP de Alcabideche

As exposições Sul, Sudoeste e Sudeste são as mais favoráveis no que diz respeito à radiação recebida ao longo do ano e portanto em relação ao conforto bioclimático (AML, 2003). Grande parte da área de Alcabideche apresenta exposição destes quadrantes (48,4%): Sul (18,9%), Sudoeste (17,5%) e Sudeste (12%). A classe noroeste também tem uma representatividade elevada (18,6%). As exposições Norte, Nordeste e Este, desfavoráveis no que respeita ao conforto bioclimático, estão pouco representadas (10,9%).

4.1.3. Geologia e litologia

A temática em análise resulta na apresentação de elementos geológicos e litológicos que fundamentem opções de ordenamento do território e de requalificação ambiental bem como de reordenamento da actual forma de ocupação do solo no perímetro definido para o Plano de Pormenor em elaboração.

Os estudos geológicos preliminares foram preferencialmente orientados para os aspectos de carácter estrutural e consistiram basicamente na recolha e reinterpretação de informação proveniente de bibliografia diversa, desde relatórios técnicos, cartas geológicas, interpretação de fotografia aérea e em observação *in situ*.

A área a W de Cascais, que se estende até ao Guincho, é uma região relativamente plana, correspondente a uma antiga plataforma de abrasão marinha, levemente basculada para S e SW, indiciando uma ligeira deformação regional (MONIZ, 1992). Esta plataforma encontra-se limitada a Norte pelo maciço subvulcânico de Sintra, a Este pelo Complexo Vulcânico de Lisboa e a Sul e Oeste pelo Estuário do Tejo e pelo Oceano Atlântico, respectivamente.

De acordo com a Carta Geológica de Portugal à escala 1/25.000 (Folha 429, Cascais), na área em estudo e do ponto de vista litológico afloram sobretudo calcários, margas e dolomitos datados do Cretácico inferior (do Valanginiano ao Hauteriviano). A estratificação apresenta atitude média aproximada de N60°E15°SE. Ocorrem ainda formações de origem magmática, tanto no maciço eruptivo de Sintra como sob a forma de “tufos basálticos” bastante bem delimitados.

O concelho de Cascais está maioritariamente inserido na classe hipsométrica dos 50 a 100m apresentando-se apenas mais elevada na zona da Serra de Sintra que atinge as cotas de 100 a 400m.

As unidades litostratigráficas identificadas são (da mais antiga para a mais recente) a Formação da Guia, a Formação de Maceira e a Formação de Cabo Raso, abrangendo as divisões (sequências) Va7, Ha1 e Ha2 (REY et al., 2003; CAETANO, 2004). Estas formações compreendem, genericamente, os seguintes tipos litológicos (dos mais antigos para os mais recentes):

- Calcários gresosos cinzentos (1,5 m) ou Calcários amarelos e violáceos ligeiramente margosos (4 m), Calcários amarelos e violáceos ligeiramente mais margosos que os precedentes (2 m) ou Margas calcárias violáceas ou amarelas com leito fóssilífero de oólitos ferruginosos (0,8 m) ou Calcários amarelos com hard-ground de braquiópodes (1 m) – Fm. da Guia;

- Margas cinzentas azuladas (5 m) e Calcários e Margas calcárias cinzento azuladas (10 m) – Fm. Maceira;
- Margas amarelas pulverulentas (0,35 m) ou Calcários amarelos, cinzentos ou azulados, dolomíticos, compactos (1,5 m) ou Margas amarelas com romboedros de dolomite (1,5 m), Calcários dolomíticos maciços (≥ 8 m), Dolomitos sacaróides epigenizados (apresenta espessura de 50 m nas imediações do Cabo Raso) – Fm. Cabo Raso.

Resultado destas características litológicas os tipos de solos existentes no concelho de Cascais são na sua maior parte, solo calcários prados e vermelhos. Ainda que em dimensão e número reduzido verifica-se a existência de solos basálticos. Como referência apresenta-se a Figura 19 na qual através de um corte estratigráfico realizado na zona das falésias é possível verificar a sucessão das unidades referidas e a respectiva coluna litológica.

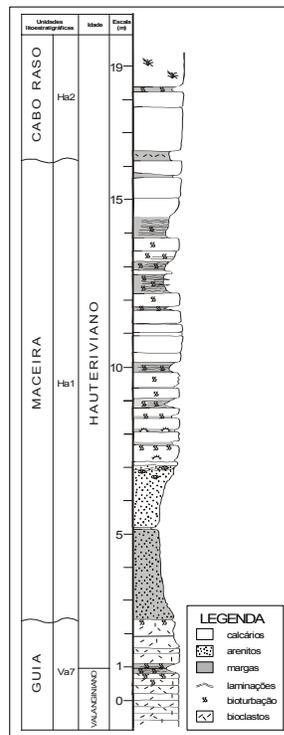


Figura 19 – Corte estratigráfico realizado nas falésias a SE da área estudada (adaptado de CAETANO, 2004)

O mapa da geologia resultou da análise da informação proveniente das cartas geológicas 34-C Cascais (Ramalho et al., 1993)). Na área de Alcabideche foram identificadas 3 formações geológicas e ainda uma classe para os filões de rocha alterada e ou não identificada:

- filões de rocha alterada e ou não identificada;
- formação de Caneças: calcários e arenitos;
- formação de Cresmina: calcários e margas;
- formação de Rodízio: pelitos, arenitos e conglomerados.

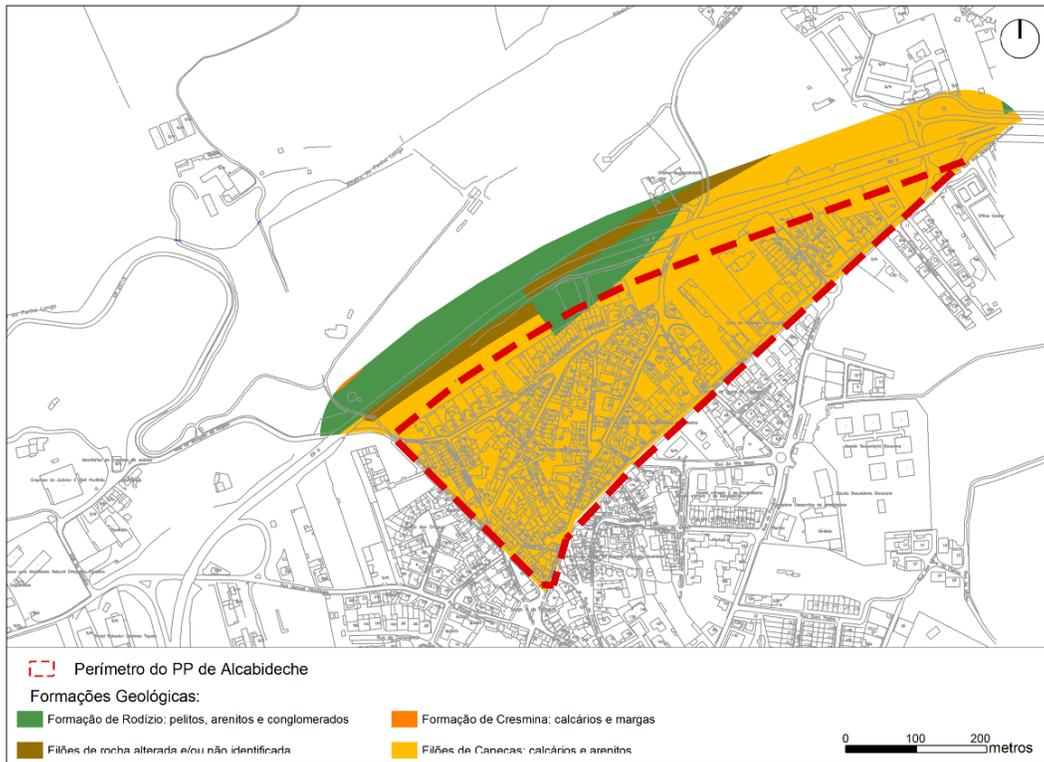


Figura 20 – Mapa de geologia da área do PP de Alcabideche

Na Figura 21 apresenta-se, em percentagem, as várias formações geológicas em relação à área total em estudo.

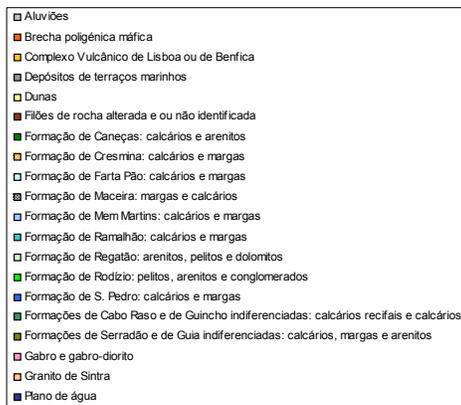


Figura 21 – Representatividade, em percentagem, das classes de Geologia em relação à área do PP de Alcabideche

A classe de geologia dominante corresponde à “Formação de Caneças: Calcários e arenitos (80,5%). A classe “Formação de Rodízio” ainda tem uma representatividade significativa (14,7%).

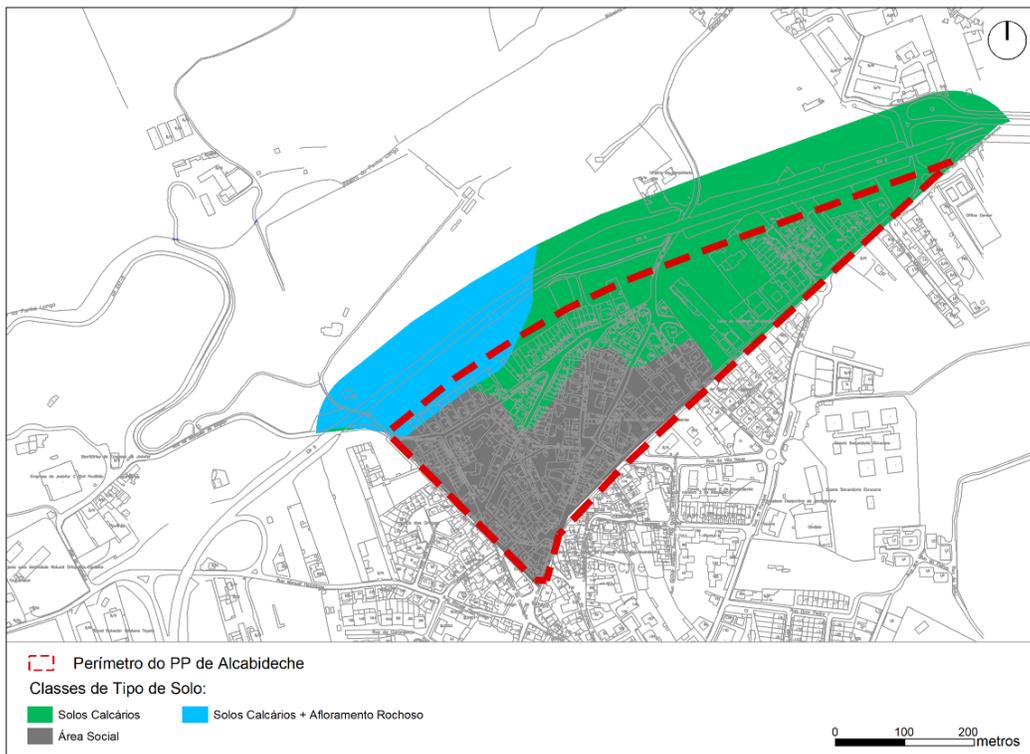


Figura 23 – Mapa do tipo de solos na área do PP de Alcabideche

Na Figura 24 apresentam-se, em percentagem, as várias Ordens de Solos, em relação à área total em estudo.

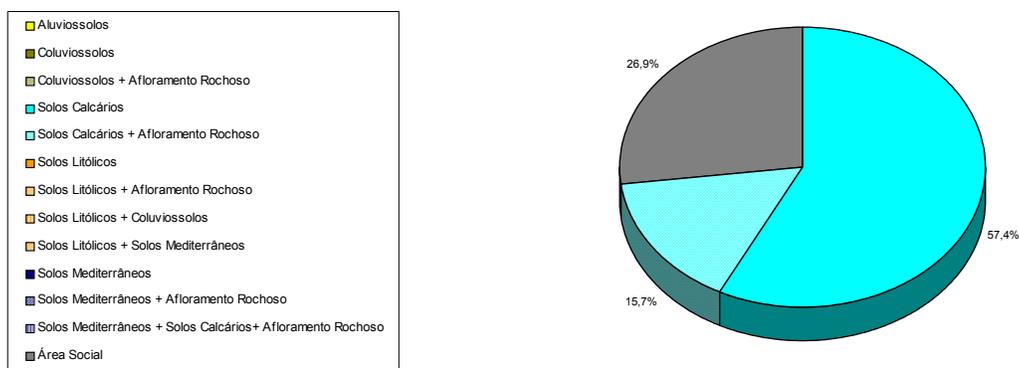


Figura 24 – Representatividade, em percentagem, das classes de Tipo de Solo em relação à área do PP de Alcabideche

Os “Solos Calcários” ocupam mais de metade da zona de estudo (57,4%), seguindo-se os “Solos Calcários + Afloramentos Rochosos” (15,7%).

4.1.6. Biogeografia

Para uma determinada região uniforme do ponto de vista do substrato geológico, fisiográfico e climático, admite-se que a vegetação evolui, à escala geológica, para um estado estável que corresponde ao máximo de complexidade estrutural, estado designado por clímax local. Esta vegetação potencial (climática), nas condições ocorrentes no território de Portugal continental, desde que o solo seja normal e tenha uma profundidade suficiente, corresponderá a bosques. No entanto, estes bosques foram, frequentemente, perturbados, sobretudo por acção humana, tendo surgido outras comunidades designadas por etapas de substituição.

A sequência de comunidades (vegetação potencial e etapas de substituição) dentro de uma unidade de paisagem uniforme é sempre a mesma, e designa-se por série de vegetação (Costa *et al.*, 1998, Costa *et al.*, 2002).

A zona em estudo apresenta o seguinte enquadramento biogeográfico, segundo Costa *et al.* (1998) e Costa *et al.* (2002):

Reino Holártico

Região Mediterrânica

Sub-Região Mediterrânica Ocidental

Província Costeiro-Lusitano-Andaluza

SubProvíncia Portuguesa-Sadense

Sector Divisório Português

Subsector Oeste-Estremenho

Superdistrito Olissiponense

Superdistrito Sintrano

O Subsector Oeste-Estremenho é um território onde predominam as rochas calcárias duras do Jurássico e Cretácico com algumas bolsas de arenitos cretácicos. A maioria dos seus endemismos é comum com o Arrabidense. Contudo, possui alguns táxones exclusivos (Costa *et al.*, 1998, Costa *et al.*, 2002).

O Superdistrito Olissiponense é essencialmente um território de pequenas colinas, termomediterrânico superior sub-húmido. É caracterizado por uma elevada diversidade do ponto de vista geológico: margas, argilas, calcários e arenitos do Cretácico, rochas eruptivas do Complexo Vulcânico Lisboa-Mafra, calcários e arenitos do Jurássico, arenitos, conglomerados e calcários brancos do Paleogénico e arenitos e calcários margosos do Mio-Pliocénico. A vegetação potencial nos solos vérticos termomediterrânicos é constituída por um zambujal arbóreo com alfarrobeiras (*Viburno tini-Oleetum sylvestris*), que por degradação resulta no *Asparago albi-Rhamnetum oleoidis* e no arrelvado *Carici depressae-Hyparrhenietum hirtae* (Costa *et al.*, 1998, Costa *et al.*, 2002).

O Superdistrito Sintrano é uma "ilha" de solos siliciosos de origem granítica e sienítica da Serra de Sintra, emersa num contexto de rochas básicas. A sua flora e vegetação têm um carácter reliquial, em virtude da situação bioclimática temperada. Possui alguns endemismos próprios. No andar termomediterrânico sub-húmido a húmido observa-se a série silicícola do sobreiro, *Asparago aphylli-Quercetum suberis*, que predomina até à meia encosta da Serra de Sintra. No andar mesomediterrânico sub-húmido situam-se os bosques de carvalho-negral (*Arbuta unedonis-Quercetum pyrenaicae*), enquanto que no ombrotipo húmido, especialmente nos locais onde no Verão os nevoeiros são frequentes, observam-se os bosques termófilos de carvalho-robele (*Rusco aculeati-Quercetum roboris viburnetosum tini*). O giestal e o tojal são as etapas de substituição regressivas dos carvalhais (Costa *et al.*, 1993, Costa *et al.*, 1998, Costa *et al.* 2002).

Segundo Costa *et al.* (1998) a zona de Alcabideche localiza-se no Superdistrito Olissiponense.

4.1.7. Clima

Para a análise do clima na área de estudo foram considerados dados relativos às estações meteorológicas de Sintra/Pena (38° 47'N, 9° 23'E, 471 m) e Cabo da Roca (38° 47'N, 9° 30'E, 142 m). A caracterização climática⁷ inclui os parâmetros:

- Temperatura;
- Precipitação;
- Humidade do ar;
- Nebulosidade;
- Evapotranspiração;
- Radiação Solar;
- Vento.

⁷ Informação retirada da publicação "Normais climatológicas da Região de Ribatejo e Oeste" do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, dados referentes ao período 1951-80 (Anónimo, 1991).

Com base em alguns destes parâmetros efectuou-se um diagnóstico bioclimático, através da utilização do Sistema “Worldwide Bioclimatic Classification System” (www.globalbioclimatics.org).

4.1.7.1. Temperatura

A temperatura do ar é um parâmetro climático que tem grande importância a nível biológico, uma vez que tem um efeito decisivo nos processos vitais dos seres vivos. A distribuição das comunidades vegetais naturais e das plantas cultivadas está estreitamente dependente deste parâmetro.

Na área do presente PP é característico o clima de tipo mediterrânico, observando-se variações da temperatura ao longo do ano, com os valores da Temperatura Média Mensal mais elevados no período de Verão (Figura 25). A Temperatura Média Anual é 13,3°C para Sintra/Pena e de 14,7°C para Cabo da Roca. Nota-se assim a influência do relevo no factor Temperatura Média Anual. A variação da Temperatura ao longo do ano é mais acentuada em Sintra/Pena, devido ao seu afastamento do mar.

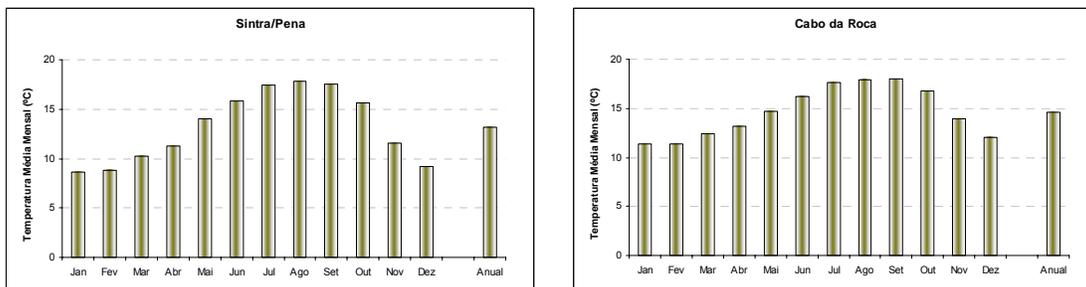


Figura 25 – Temperatura Média Mensal para as Estações de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Em seguida apresentam-se os gráficos da Temperatura Mínima Absoluta (Figura 26). Os valores absolutos da Temperatura do Ar são mínimos em Dezembro/Janeiro/Fevereiro. A estação de Cabo da Roca apresenta uma menor variação nos valores da Temperatura Mínima Absoluta, como resultado da sua proximidade em relação ao oceano.

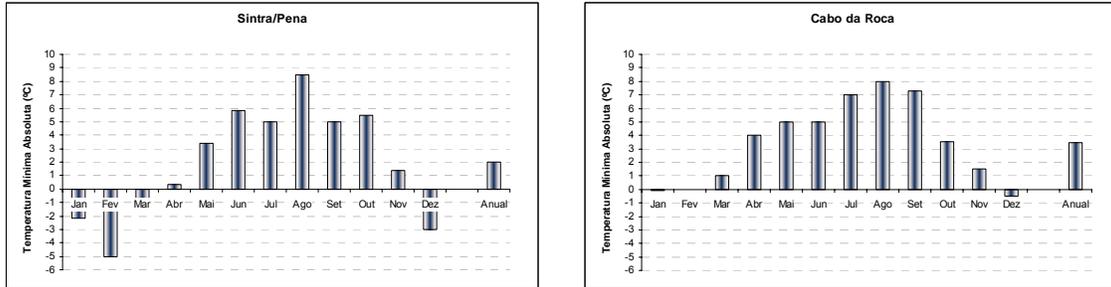


Figura 26 – Temperatura Mínima Absoluta para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Apresentam-se em seguida os gráficos da Temperatura Máxima Absoluta (Figura 27). A estação de Cabo da Roca apresenta uma menor variação nos valores da Temperatura Máxima Absoluta.

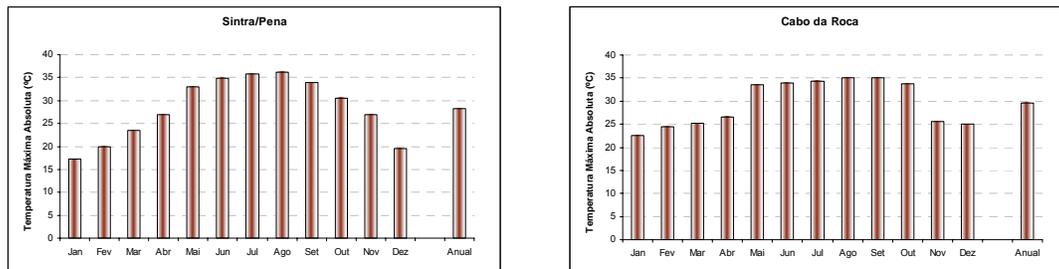


Figura 27 – Temperatura Máxima Absoluta para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Na Figura 28 pode observar-se a comparação entre os valores da Temperatura Média Mensal e da Temperatura Mínima Média.

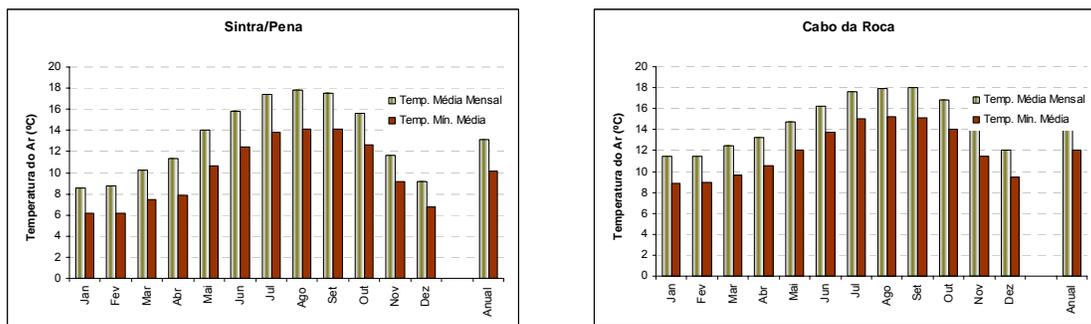


Figura 28 – Temperatura Média Mensal e Temperatura Mínima Média para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Na Figura 29 são comparados os valores da Temperatura Média Mensal e os valores da Temperatura Máxima Média.

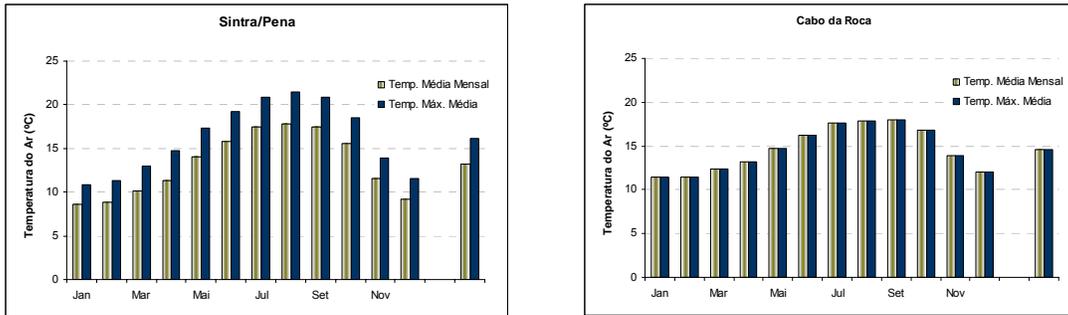


Figura 29 – Temperatura Média Mensal e Temperatura Máxima Média para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

4.1.7.2. Precipitação

A Figura 30 apresenta a variação da precipitação ao longo do ano. Em Sintra/Pena a Precipitação Anual apresenta o valor de 1103,5 mm enquanto que para Cabo da Roca esse valor é de apenas 519,1 mm. Esta diferença nos valores da precipitação ocorre devido à influência do relevo. De facto, a forma abrupta do relevo da Serra de Sintra provoca a subida dos ventos, com acréscimo local bem marcado da quantidade de precipitação, bem como do número médio anual de dias com precipitação elevada. No entanto, a distribuição da precipitação ao longo do ano não é significativamente diferente nas duas estações, embora os montantes sejam um pouco mais elevados na Serra.

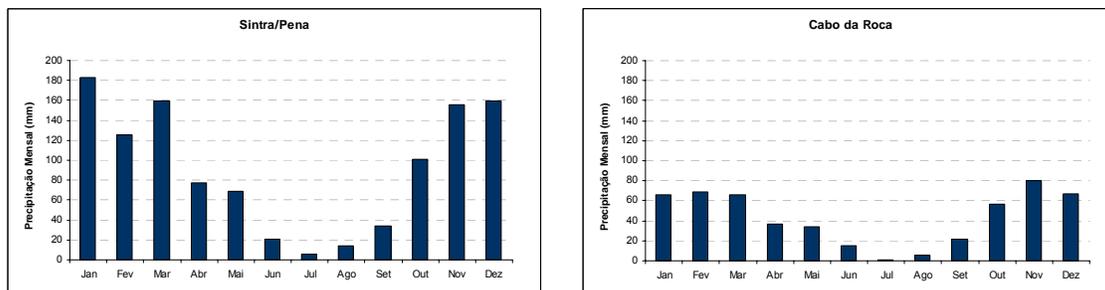


Figura 30 – Precipitação Mensal para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Tal como é típico nos climas de tipo mediterrânico, a precipitação ocorre fundamentalmente nos meses de Outubro a Março. O período seco estival prolonga-se por quatro meses (entre Junho e Setembro).

A Figura 31 apresenta a variação dos valores da Precipitação Máxima Diária.

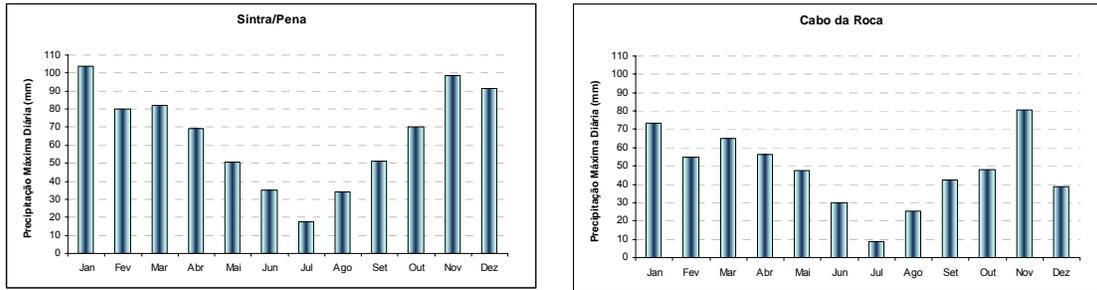


Figura 31 – Precipitação Máxima Diária para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Verifica-se que em Sintra/Pena há uma maior variabilidade nos valores da Precipitação Máxima Diária.

4.1.7.3. Humidade do ar

A humidade relativa do ar define o grau de saturação do vapor na atmosfera, sendo determinado pela razão entre a massa de vapor de água que existe num determinado volume de ar húmido e a massa de vapor de água que existiria se o ar estivesse saturado à mesma temperatura, num dado local e no instante considerado.

À medida que a humidade relativa do ar se aproxima de 100%, aumenta a possibilidade de ocorrência de precipitação. A variação da humidade relativa do ar ao longo do dia depende fortemente da temperatura, atingindo-se os valores mínimos durante a tarde, quando a temperatura do ar é mais elevada. A humidade atmosférica influencia vários fenómenos biológicos como por exemplo a perda de água por parte das plantas. Na Figura 32, estão comparados os valores da humidade relativa às 9 horas e às 18 horas para a Estação de Sintra/Pena; e às 6 horas, 12 horas e 18 horas para a Estação do Cabo da Roca.

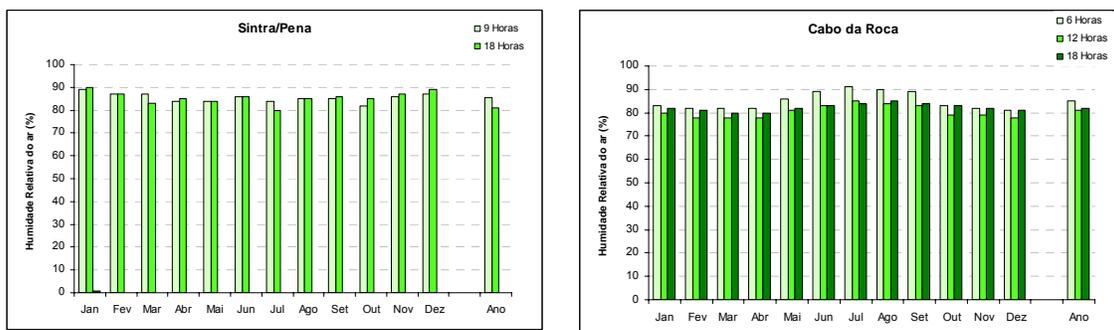


Figura 32 – Humidade Relativa do ar para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

A estação de Cabo da Roca apresenta valores elevados durante o Verão, devido à sua localização no litoral, com a presença de nevoeiros frequentes.

4.1.7.4. Nebulosidade

A nebulosidade define-se como a fracção do céu coberta de nuvens, sendo expressa numa escala de 0 (céu limpo, sem nuvens) a 10 (céu totalmente coberto, sem qualquer porção azul visível). Cada unidade da escala corresponde a um décimo do céu coberto. Na Figura 33 encontram-se os valores da nebulosidade média relativos a Sintra/Pena e na Figura 34 os referentes a Cabo da Roca. De uma maneira geral, os valores máximos observam-se no Inverno e os mínimos no Verão.

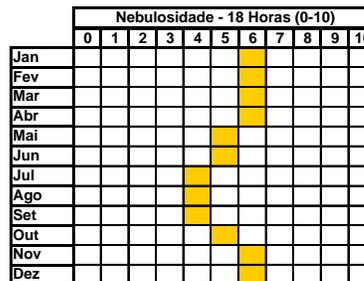
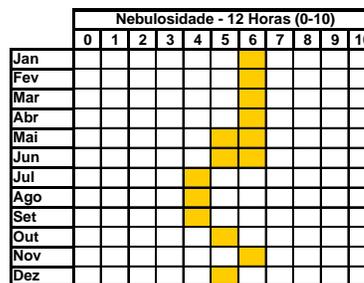
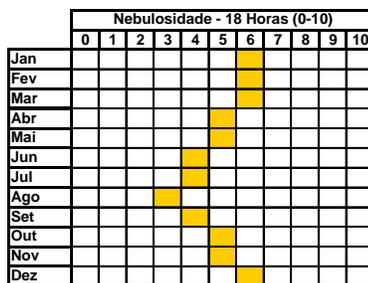
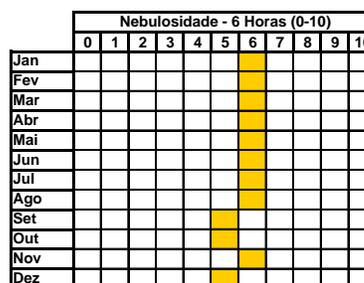
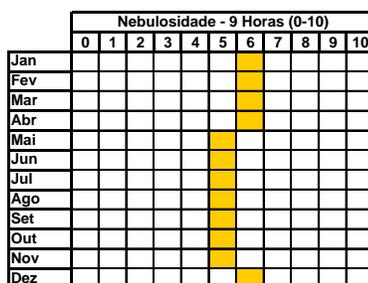


Figura 33 – Nebulosidade média às 9h e às 18h para Sintra/Pena

Figura 34 – Nebulosidade média às 6h, 12h e às 18h para Cabo da Roca

4.1.7.5. Evapotranspiração

A evapotranspiração engloba as perdas de água verificadas directamente a partir do solo, por evaporação, bem como as resultantes da transpiração das plantas. A influência do clima é traduzida pelo conceito de evapotranspiração de referência ou potencial: volume de água evapotranspirado por uma cultura de referência, quando o teor de água no solo atinge valores tais que as perdas por evaporação são mínimas, não sendo, contudo, afectados os processos vitais das plantas (crescimento e transpiração). Apresentam-se os valores da evaporação, obtidos com o evaporímetro de Piche (Figura 35), sendo comparados com os valores da temperatura.

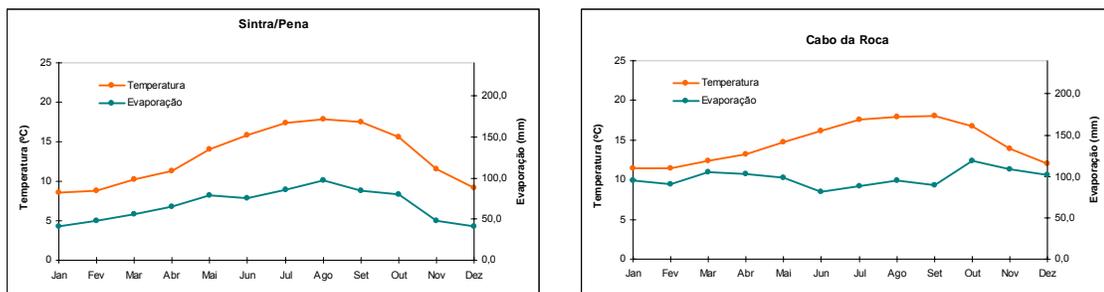


Figura 35 – Evaporação versus temperatura para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

4.1.7.6. Radiação solar

A Radiação Solar recebida influencia as condições térmicas e luminosas das habitações e é, por isso, imprescindível para a determinação do conforto bioclimático para a edificação.

A quantidade de energia solar incidente numa determinada zona da superfície terrestre depende, em primeiro lugar, da latitude a que essa zona se encontra, da altura do ano e ainda da hora do dia. Por outro lado, a morfologia do terreno tem uma influência importante na quantidade de energia que atinge um determinado ponto da superfície, pelo facto do relevo determinar a extensão do céu visível e proporcionar a ocultação da superfície em relação ao Sol (criação de sombras). Assim, o declive e a orientação são parâmetros a integrar na determinação da Radiação Solar. As condições atmosféricas, principalmente a nebulosidade, também influenciam a quantidade de energia solar incidente na superfície terrestre.

A Radiação Solar foi calculada com recurso a um Modelo Digital de Terreno, tendo-se considerado a radiação recebida ao longo de um ano, por ser um parâmetro de importância vital para as espécies vegetais, quer dos ecossistemas naturais, quer dos cultivados. A Radiação Solar apresentada não considera a nebulosidade (valor da transmitância da atmosfera de 100%).

Os valores da Radiação Global apresentados estão expressos em Watt-hora por metro quadrado (Wh m⁻²) notando-se uma influência nítida do relevo. Assim, as zonas expostas a Norte têm valores mais baixos, enquanto que as zonas expostas a Sul e zonas planas têm valores mais elevados.

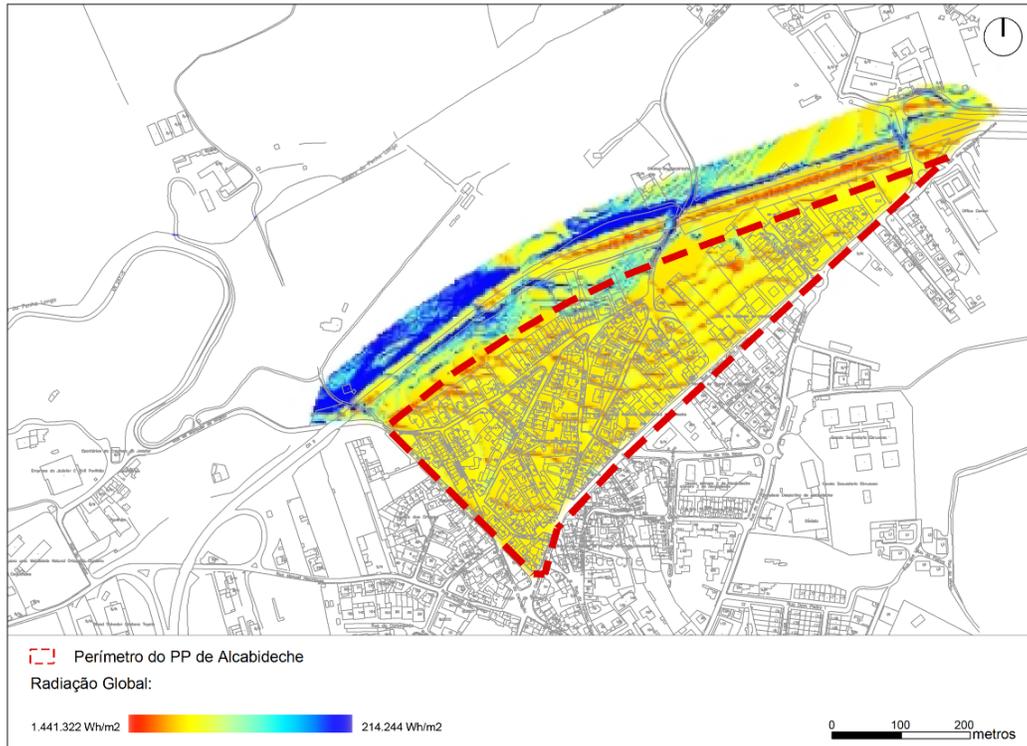


Figura 36 – Mapa radiação global na área do PP de Alcabideche

Denomina-se insolação ao tempo de sol descoberto num determinado local e durante um dado intervalo de tempo, sendo expresso em horas. Os valores de Insolação não se encontram disponíveis para a Estação de Sintra/Pena nas Normais Climatológicas consultadas. Na Figura 37 apresentam-se os valores relativos a Cabo da Roca, podendo verificar-se que os meses de maior insolação são os meses de Verão, como é típico dos climas de tipo mediterrânico.

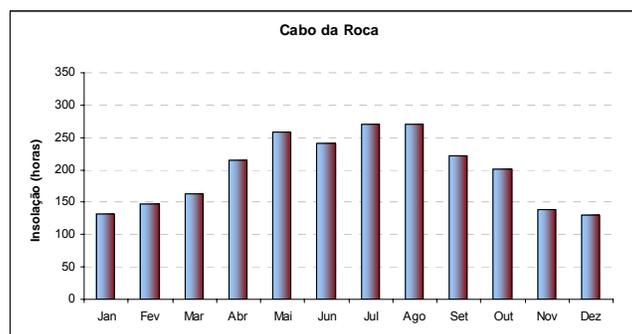


Figura 37 – Insolação total (horas) para Cabo da Roca

4.1.7.7. Vento

O vento pode ter uma influência importante na distribuição das plantas pois a maior velocidade do vento provoca o aumento da evapotranspiração.

Os parâmetros utilizados para caracterizar o vento num dado local são o rumo, que corresponde ao ponto da rosa-dos-ventos donde sopra, existindo medições segundo os 8 rumos, e a velocidade do vento, expressa normalmente em km/h. Quando a velocidade do vento é igual ou inferior a 1 km/h, sem rumo determinável, diz-se que há calma.

Apresentam-se na Figura 38 os diagramas da frequência do vento (% do número médio de vezes no mês que o vento esteve numa determinada direcção), podendo observar-se uma dominância dos ventos dos quadrantes Norte e Noroeste.

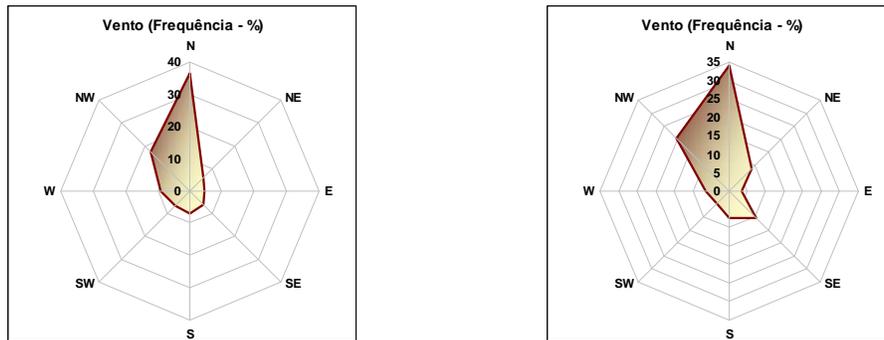


Figura 38 – Diagrama da Frequência do vento (%) para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Na Figura 39 observam-se os valores da velocidade do vento. Nota-se uma diferença nítida entre as duas estações verificando-se que em Sintra/Pena os ventos mais fortes sopram do quadrante Norte, enquanto que no Cabo da Roca há uma maior dispersão pelos vários quadrantes.

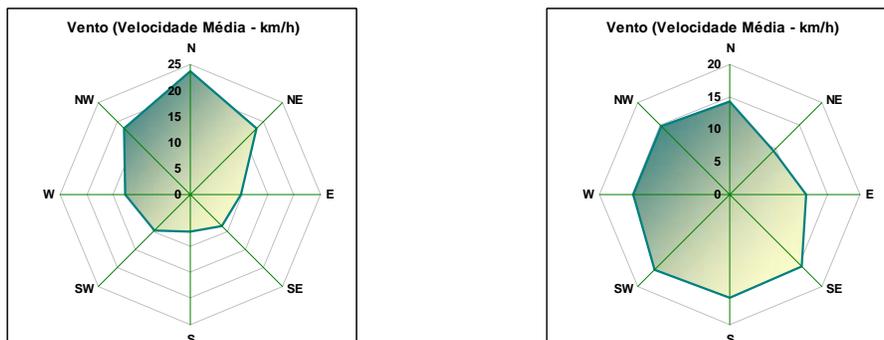


Figura 39 – Diagrama da velocidade do vento para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

4.1.8. Diagnóstico bioclimático

Uma forma de caracterizar as relações entre a temperatura e a precipitação é através da utilização de diagramas termopluiométricos. Nestes gráficos a escala da precipitação é o dobro da escala da temperatura, pelo que a intersecção da curva da temperatura com a curva da precipitação vai definir zonas no gráfico:

- quando a curva da precipitação está localizada acima da curva da temperatura, considera-se que o mês é ecologicamente húmido;
- quando a curva da precipitação está localizada abaixo da curva da temperatura, considera-se que o mês é ecologicamente seco.

Os Diagramas de Balanço Hídrico complementam os diagramas Termopluiométricos e permitem observar a evolução da disponibilidade de água no solo ao longo do ano: recarga, saturação, uso das reservas e situação de défice.

Para um melhor diagnóstico das características climáticas foi utilizado um Sistema de Classificação “online” – “Worldwide Bioclimatic Classification System” (www.globalbioclimatics.org) – que gerou os Diagramas Termopluiométricos e os Diagramas de Balanço Hídrico com base nos seguintes parâmetros climáticos: Precipitação Mensal, Temperatura Média Mensal, Temperatura Média das Máximas Mensais, Temperatura Média das Mínimas Mensais, Temperatura Máxima Mensal e Temperatura Mínima Mensal.

Os diagramas termopluiométricos (Figura 40) põem em evidência características típicas de um clima mediterrânico:

- precipitação moderada e concentrada na estação fria;
- existência de um período seco, em que $P < 2T$, que se prolonga por quatro meses (Junho, Julho, Agosto e Setembro).

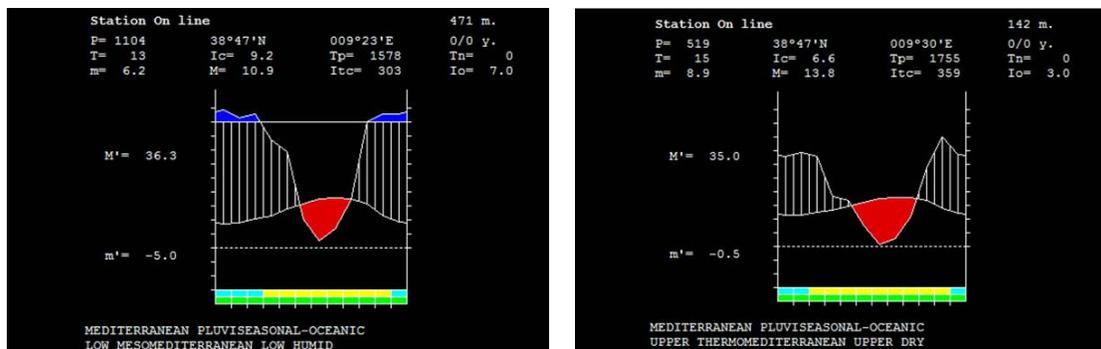


Figura 40 – Diagramas Termo-pluiométricos para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca

Pode observar-se que na estação de Sintra/Pena o período seco estival é mais curto e que a precipitação é mais elevada em todos os meses, em relação à estação de Cabo da Roca.

Os Diagramas de Balanço Hídrico (Figura 41) confirmam uma maior disponibilidade de água no solo em Sintra/Pena em comparação com Cabo da Roca. O período de défice estival é mais curto e há uma saturação do solo em água durante uma maior parte do ano e numa maior extensão. É, de facto, conhecida a riqueza da Serra de Sintra em água, para tal contribuindo a riqueza do coberto vegetal arbóreo na Serra que tem um papel importante na interceptação da precipitação oculta (orvalho e nevoeiro).

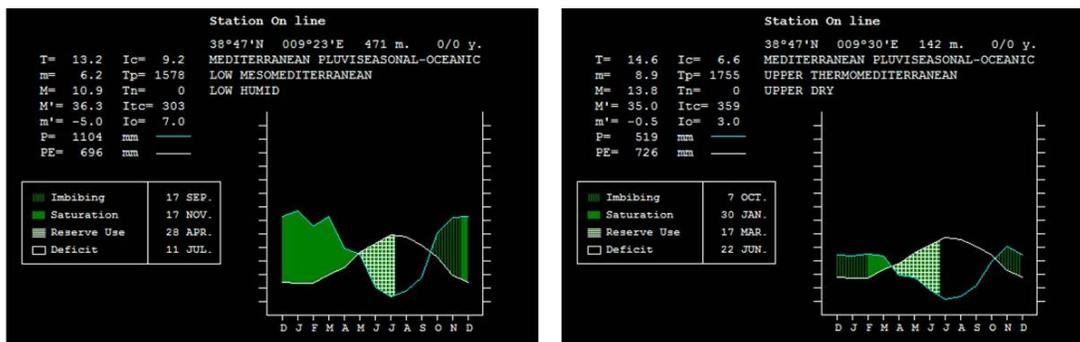


Figura 41 – Diagramas de Balanço Hídrico para as Estações Meteorológicas de Sintra/Pena e Cabo da Roca.

A Bioclimatologia é uma ciência que estabelece modelos de correlação entre os parâmetros físicos do clima com a distribuição dos seres vivos, especialmente das comunidades vegetais. Reconhecem-se 3 grandes grupos de factores climáticos que controlam, numa escala média, o padrão de distribuição das comunidades vegetais: a humidade/precipitação, a intensidade do frio no Inverno e o contraste térmico sazonal.

A combinação dos parâmetros anteriormente analisados, sob a forma de índices permite o estabelecimento de uma tipologia bioclimática. Esta tipologia baseia-se no reconhecimento de macrobioclimas, bioclimas, andares termo e ombroclimáticos, cuja determinação é feita com recurso a índices bioclimáticos. Os principais índices bioclimáticos são o Índice de Termicidade, o Índice de Continentalidade e o Índice Ombrotérmico Anual (Costa *et al.* 1993, Costa *et al.* 2002, Rivas_Martinez *et al.* 1990).

O diagnóstico bioclimático, efectuado com recurso ao Sistema de Classificação on line “Worldwide Bioclimatic Classification System” (www.globalbioclimatics.org), é o seguinte:

Estação Sintra/Pena

- Andar Latitudinal: Eutemperado;
- Tipo de Continentalidade: Hiperoceânico – Subhiperoceânico acentuado;
- Bioclima: Mediterrânico Pluviestacional Oceânico;
- Horizonte termoclimático (Termótipo): Mesomediterrâneo Inferior;
- Horizonte ombroclimático Bioclimático (Ombrótipo): Húmido Inferior.

Cabo da Roca

- Andar Latitudinal: Eutemperado;
- Tipo de Continentalidade: Hiperoceânico - Euhiperoceânico atenuado;
- Bioclima: Mediterrânico Pluviestacional Oceânico;
- Horizonte termoclimático (Termótipo): Termomediterrâneo Superior;
- Horizonte ombroclimático (Ombrótipo): Seco Superior.

As principais características bioclimáticas da área de estudo podem resumir-se da seguinte forma:

- no que diz respeito à precipitação, verifica-se a divisão do ano em dois períodos distintos: um semestre húmido entre Outubro e Março e um semestre seco, que coincide com o período de temperaturas mais elevadas, entre Abril e Setembro;
- no entanto, o clima é consideravelmente ameno devido à proximidade do oceano, ou seja, é caracterizado por uma pequena amplitude térmica anual; os Invernos são especialmente muito suaves.

4.1.9. Ocupação do solo

A ocupação do solo é essencial para entender de que forma os vários actores se apropriam do território e para aferir os impactes potenciais no ambiente.

Tendo em atenção as características socio-económicas das zonas em estudo, foram consideradas 9 classes de ocupação do solo: agrícola, arvoredos, incultos, jardins, matos, urbanos não classificáveis, vias, águas e áreas artificializadas.

Algumas variáveis importantes para a caracterização biofísica do território dependem directa e indirectamente da ocupação ou seja dos usos e das actividades daí decorrentes, por exemplo, o risco de infiltração, o risco de erosão do solo, vulnerabilidade à poluição, entre outros.

Para a elaboração do mapa de ocupação do solo, procedeu-se à foto-interpretação, (dados de 2004. Definiram-se os seguintes padrões de ocupação dominante do solo:

- Agrícolas – Áreas ocupadas por terras aráveis, culturas hortícolas e arvenses, pomares de fruto, prados ou pastagens permanentes;
- Águas – Áreas correspondentes a planos de água e a linhas de água;
- Áreas artificializadas – Áreas correspondentes a espaços edificados (incluindo as estradas não asfaltadas), caracterizadas por um elevado grau de impermeabilização;
- Arvoredos – Áreas dedicadas à actividade florestal. Esta classe inclui os seguintes tipos de ocupação do solo: povoamentos florestais, áreas aridas de povoamentos florestais e outras áreas arborizadas;
- Incultos – Áreas sem qualquer tipo de vegetação identificável na fotografia aérea;
- Jardins – Áreas envolventes a casas com coberto de relva e/ou arvoredos pouco extenso;
- Matos – Áreas com coberto vegetal constituído essencialmente por arbustos de porte variável;
- Urbanos não classificáveis – Áreas pertencentes ao perímetro urbano com ocupação por vezes complexa e/ou indefinida;
- Vias – Áreas cobertas por asfalto correspondentes a vias de comunicação.



Figura 42 – Mapa ocupação do solo na área do PP de Alcabideche

Calculou-se a representatividade, em percentagem, das várias classes de Ocupação do Solo em relação à área do PP de Alcabideche. Os resultados são apresentados na Figura 43.

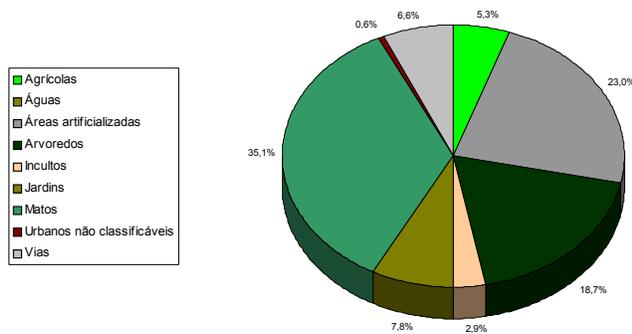


Figura 43 – Representatividade, em percentagem, das classes de Ocupação do Solo em relação à área do PP de Alcabideche

Na zona de estudo a classe de Ocupação do Solo dominante é a “Áreas Artificializadas” (37,9%) seguida da classe “Matos” (22,4%) e da classe “Vias” (17,4%). A classe “Jardins” ocupa 8%, a classe “Arvoredos” ocupa 7,3% e a classe “Incultos” 4,8%. O uso agrícola corresponde a uma parcela mínima (1,1%) da zona de Alcabideche.

4.2. Sínteses biofísicas

4.2.1. Humidade do solo

A distribuição dos diferentes tipos de comunidades vegetais à superfície da Terra depende essencialmente dos factores ambientais temperatura e disponibilidade hídrica. A quantidade de água disponível no solo depende do tipo de solo e da precipitação e, em grande parte, da topografia, na medida em que o declive influencia a formação e portanto a espessura do solo. A distribuição espacial e temporal da humidade do solo é um parâmetro muito importante mas de extrema variabilidade e difícil determinação (Botelho da Costa, 1952). Como a amostragem directa é difícil e morosa, opta-se, muitas vezes, por uma estimativa através de índices que usam Modelos Digitais de Terreno. Estes índices caracterizam o efeito da topografia na distribuição da humidade do solo, fornecendo informação acerca das características hidrológicas de cada célula do modelo e baseiam-se sobretudo em dois parâmetros: declive e área drenante.

O Índice de Humidade do Solo pode contribuir para o planeamento das actividades agrícolas e de acções de repovoamento florestal e de recuperação do coberto vegetal. O índice mais simples e mais usado é o Índice de Humidade de Beven e Kirby (1979). Para cada célula do Modelo Digital de Terreno de uma determinada região este índice determina um valor de humidade relativa (W_i):

$$W_i = \ln \left(\frac{a_i}{\sin \beta_i} \right)$$

em que:

- a_i - área drenante para o ponto i , por unidade de secção ($m^2 \cdot m^{-1}$);
- β_i - declive no ponto i expresso em graus.

Embora seja muitas vezes usado como um índice relativo, o índice de humidade tem unidades de metro quadrado (m^2). O valor do índice de humidade está relacionado com a humidade do solo – quanto maior o valor do índice, maior o teor de humidade do solo. Este índice indica a tendência de uma célula para produzir escoamento, uma vez que áreas com maior humidade terão maior tendência para ficarem saturadas. Assim, locais planos com áreas drenantes grandes terão um valor do índice de humidade mais elevado do que locais declivosos com pequenas áreas drenantes. Áreas com valores do índice elevado ocorrem ao longo de linhas de água ou zonas de convergência topográfica.

Para a elaboração da legenda do Índice de Humidade do Solo foram consideradas cinco classes que representam diferentes graus de humidade do solo:

- Extremamente seco (0 - 5 m^2);
- Muito seco (5 - 9 m^2);
- Seco (9 - 13 m^2);
- Moderado (13 - 17 m^2);
- Húmido (17 - 21 m^2).

O Mapa da Humidade do Solo fornece indicação sobre o teor de água no solo para as diferentes zonas em estudo.

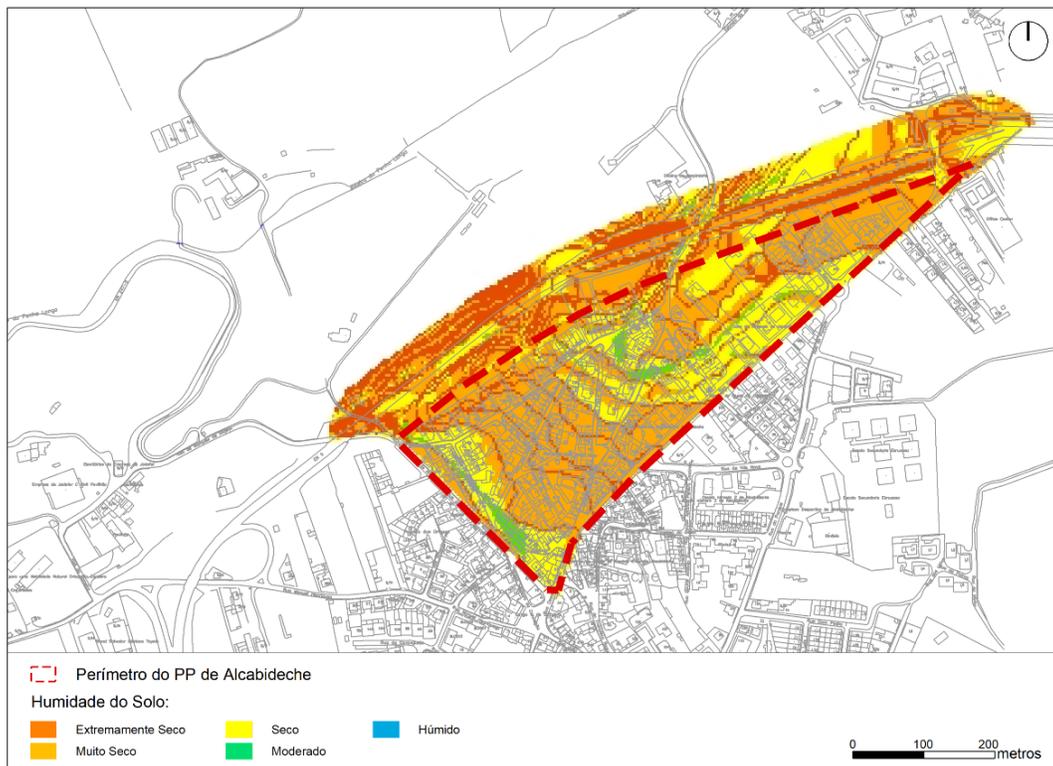


Figura 44 – Mapa de humidade do solo na área do PP de Alcabideche

Calculou-se a representatividade, em percentagem, das várias classes do Índice de Humidade do Solo em relação à área do PP de Alcabideche. Os resultados são apresentados na Figura 45.

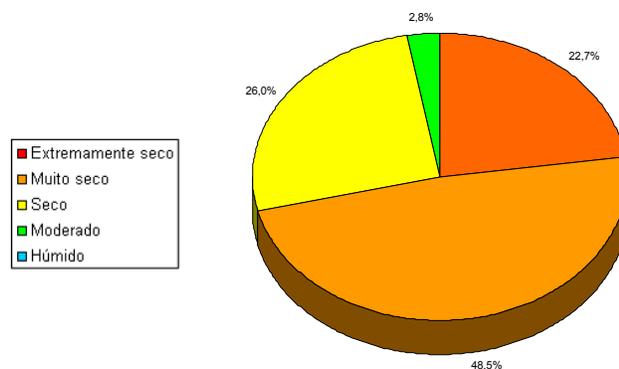


Figura 45 – Representatividade, em percentagem, das classes do Índice de Humidade em à área do PP de Alcabideche

Predomina, com 48,5%, a classe de Índice de Humidade “Muito seco”. Segue-se, em termos de representatividade, a classe “Seco” (26%) e a classe “Extremamente seco” (22,7%). A classe menos representativa é a classe “Moderado”, com 2,8%. A classe “Húmido” não se encontra representada.

4.2.2. Valor ecológico do solo

O solo constitui não só o suporte das comunidades vegetais como também uma reserva de nutrientes e de água necessários ao desenvolvimento das plantas. Importa, assim, proteger e preservar os solos que possuem maior capacidade produtiva.

O valor ecológico do solo foi determinado com base na quantidade e tipo de biomassa que cada tipo de solo pode suportar, parâmetros dependentes das características edáficas. Tendo por base este objectivo, foram estabelecidas cinco classes para o Valor Ecológico:

- Classe 0 – Áreas Sociais, Águas Continentais e Marítimas – sem qualquer possibilidade de uso do terreno;
- Classe 1 – Solos de Máximo Valor Ecológico – solos que, potencialmente, deverão apresentar considerável espessura efectiva e os maiores índices de fertilidade, criando condições muito propícias ao desenvolvimento das plantas e à produção de biomassa. Por esta razão deverão ser preservados e protegidos;
- Classe 2 – Solos de Elevado Valor Ecológico – solos com potencialidade considerável para a produção de biomassa, mas que apresentam características menos favoráveis que as presentes na classe 1. São solos associados a ecossistemas específicos que interessa preservar e, igualmente proteger;
- Classe 3 – Solos de Valor Ecológico Variável – solos de valor ecológico menor que os anteriores mas que em algumas condições podem apresentar condições que justifiquem a sua preservação;
- Classe 4 – Solos de Reduzido Valor Ecológico – solos pouco evoluídos, menos férteis e delgados, com reduzida potencialidade para a produção de biomassa, que não apresentam valor ecológico específico;
- Classe 5 – Solos de Mínimo Valor Ecológico – estão incluídos solos incipientes ou em fases muito delgadas com valor ecológico praticamente nulo.

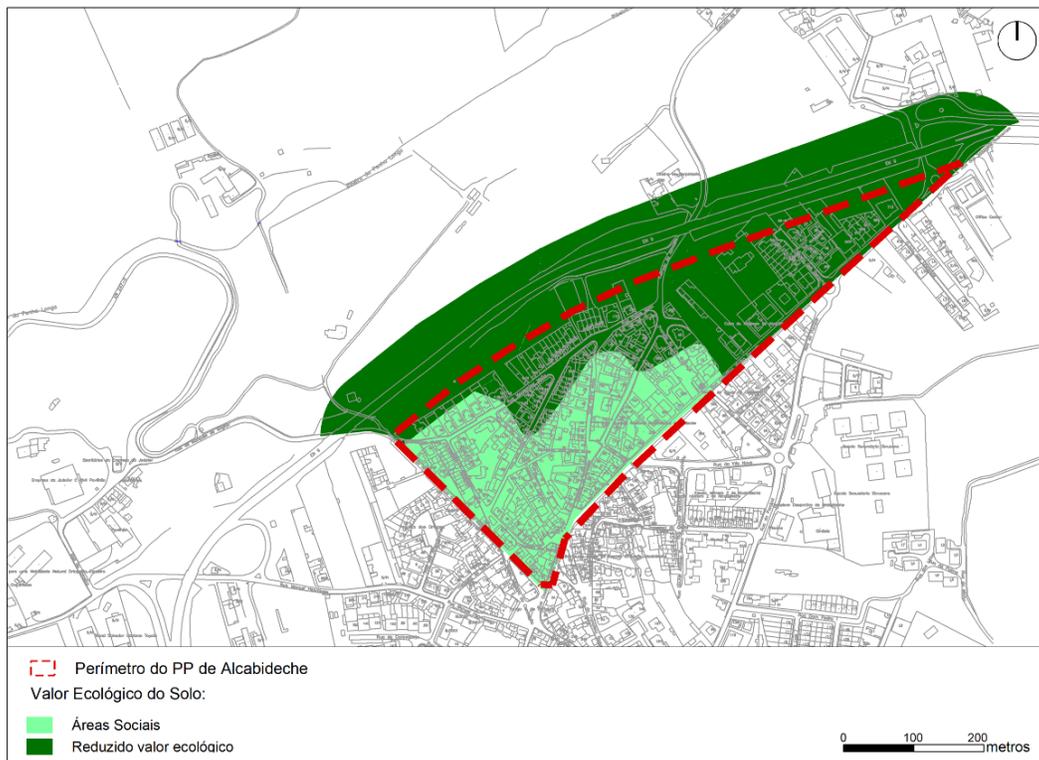


Figura 46 – Mapa do valor ecológico do solo na área do PP de Alcabideche

Calculou-se a representatividade, em percentagem, das várias classes do Valor Ecológico do Solo em relação à área do PP de Alcabideche. Os resultados são apresentados na Figura 47.

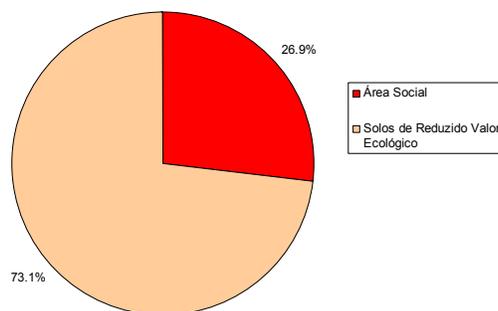


Figura 47 – Representatividade, em percentagem, das classes de Valor Ecológico do Solo em relação à área do PP de Alcabideche

Praticamente toda a área do PP de Alcabideche possui solos de reduzido valor ecológico.

4.2.3. Permeabilidade

É importante o conhecimento das zonas mais favoráveis à ocorrência de infiltração (zonas de máxima permeabilidade) de um território e das zonas mais impermeáveis e portanto mais propensas aos riscos de cheia. A permeabilidade é um parâmetro que depende essencialmente da litofácies, do tipo de solo, do declive e da ocupação do solo. Assim, para o seu cálculo, recorreu-se à extracção destes níveis de informação. As classes de declive consideradas foram ordenadas de forma a fazer corresponder às classes de maior declive um menor valor de permeabilidade.

Para hierarquizar as classes litológicas em função da permeabilidade, teve-se como referência a classificação indicada no Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (ICN, 2003).

A ocupação do solo é determinante no aumento ou redução da vulnerabilidade do território ao risco de cheia e de contaminação aquífera. Para a ordenação das classes consideradas adoptou-se a classificação aplicada por Ferreira (1999), baseada nos índices de protecção do solo de MOPTMA (1985), em que as áreas com maior infiltração correspondem às áreas com vegetação arbórea e as áreas menos protegidas, e consequentemente com menor infiltração, correspondem às áreas sem vegetação.

Além desta informação considerou-se a tipologia dos solos existentes de acordo com a sua permeabilidade, dado que a capacidade do solo para a infiltração das águas de precipitação condiciona diversos processos como o escoamento superficial, processos erosivos, recarga dos aquíferos, risco de contaminação. Os valores de permeabilidade correspondentes às várias classes foram obtidos com base nas características físico-químicas dos solos (Cardoso 1965).

Após o cruzamento de toda a informação necessária foi elaborado o mapa de Permeabilidade, com as seguintes categorias:

- Impermeável (0);
- Permeabilidade muito reduzida (1);
- Permeabilidade reduzida (2);
- Permeabilidade moderada (3);
- Permeabilidade elevada (4);
- Permeabilidade muito elevada (5).

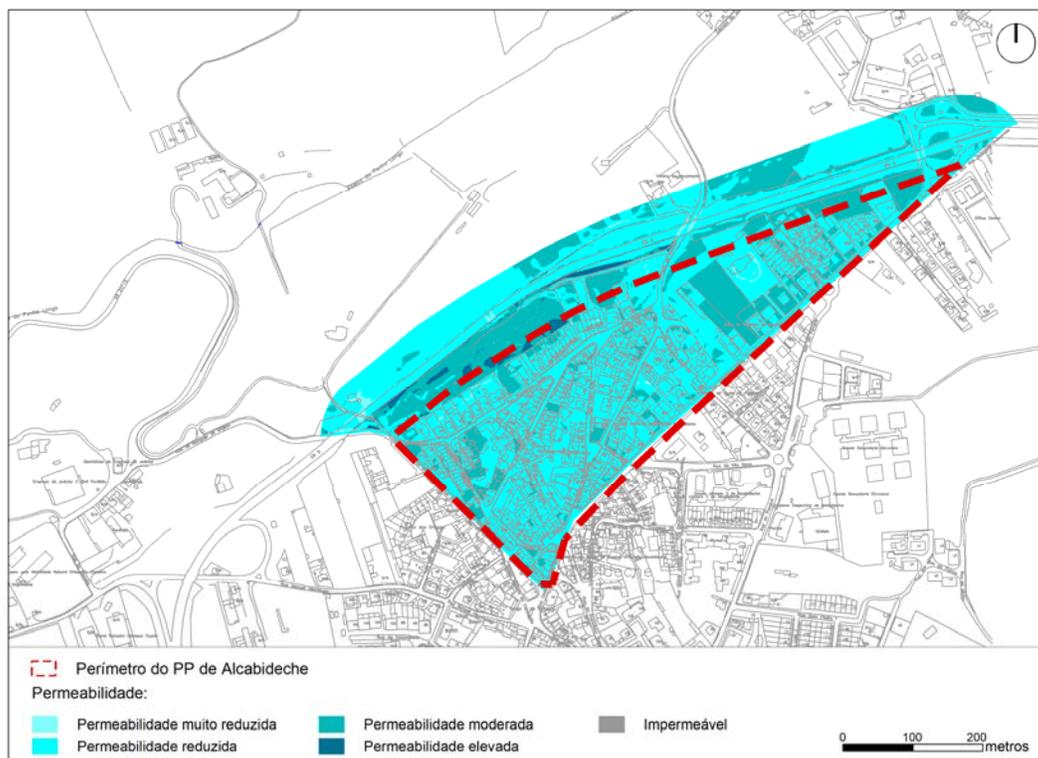


Figura 48 – Mapa de permeabilidade na área do PP de Alcabideche

A maior parte da zona de Alcabideche tem permeabilidade reduzida devido essencialmente a uma grande extensão das zonas artificializadas.

4.2.4. Erosão potencial

Existem vários métodos para determinar a vulnerabilidade de um território ao risco potencial de erosão. Neste estudo optou-se por utilizar uma metodologia baseada numa “avaliação multi-critério”, que permitiu ordenar e hierarquizar os dados de diferentes proveniências, com base numa avaliação, expressa em valores e pontuações de acordo com a intensidade ou grau de importância e dos vários critérios. A metodologia, descrita e utilizada por autores como Ferreira (1999) e MOPTMA (1995), consiste numa avaliação da vulnerabilidade à erosão hídrica. Foram cruzadas as variáveis declives, litologia e ocupação do solo, de forma a obter uma síntese que represente a susceptibilidade à erosão.

As classes de declive consideradas foram ordenadas segundo a sua importância para o processo erosivo. A classe com maior valor refere-se à classe dos declives mais acentuados, uma vez que foi considerado que ao aumento do declive corresponde a um aumento da vulnerabilidade à erosão hídrica. Para hierarquizar as classes litológicas em função da erodibilidade, teve-se como referência a classificação utilizada por Ferreira (1999) baseada em MOPTMA (1995).

As áreas com menor risco de erosão correspondem às áreas com vegetação arbórea e as áreas menos protegidas correspondem às áreas sem vegetação. Tendo como base a informação descrita foi elaborado um Mapa de Erosão Potencial (Figura 49) com as seguintes categorias:

- Erodibilidade muito reduzida (Nível 1);
- Erodibilidade reduzida (Nível 2);
- Erodibilidade moderada (Nível 3);
- Erodibilidade elevada (Nível 4);
- Erodibilidade muito elevada (Nível 5).

A maior parte da zona de Alcabideche apresenta erodibilidade reduzida e moderada.

4.3. Riscos naturais

4.3.1. Riscos de erosão

As variáveis geomorfológicas são determinantes para a estrutura da paisagem em estudo. Estas reflectem directa ou indirectamente o clima, a dinâmica fluvial, o substrato (litologia e solos), entre outros. Constituem igualmente um forte condicionamento à actividade e ocupação humana e determinam grande parte das características físicas e biológicas que marcam o território em estudo.

O mapa de Riscos de Erosão foi elaborado com base nas zonas que apresentam valores de erodibilidade elevada e muito elevada e nas escarpas (definidas como áreas com declive > 30%). As áreas de risco de erosão correspondem a formações geológicas com características particulares.

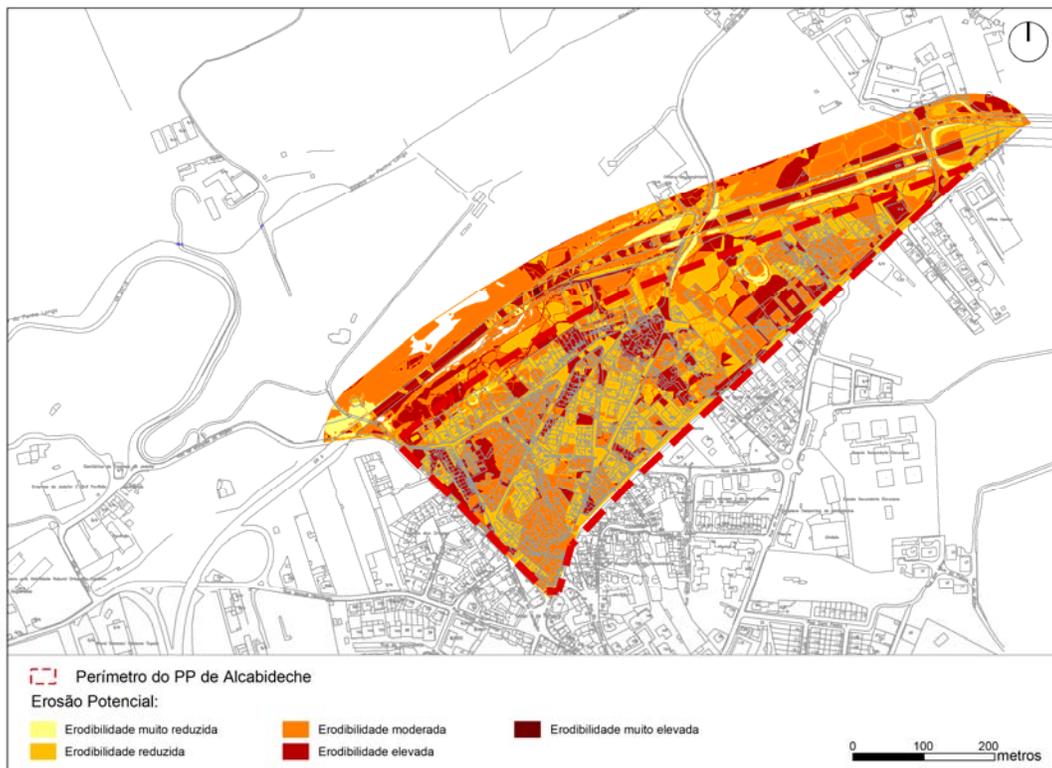


Figura 49 – Mapa de erosão potencial na área do PP de Alcabideche

O risco de erosão verifica-se predominantemente na área a norte em correspondência das áreas mais declivosas.

4.3.2. Riscos de Cheia

O Mapa dos Riscos de Cheia foi elaborado tendo em conta as áreas urbanas e as áreas adjacentes às linhas de água, consideradas como vulneráveis ao fenómeno de cheias e inundações. As áreas adjacentes às linhas de água correspondem aos leitos de cheia que resultam da união das áreas de baixo declive com área adjacentes às linhas de água.

Como em Alcabideche o levantamento hidrográfico não foi registado nenhum curso de água, os riscos de cheia são inexistentes.

4.3.3. Risco Sísmico

Segundo COSTA & KULLBERG (in RAMALHO et al., 2001), a área de estudo insere-se no que, na folha 34-C da Carta Geológica de Portugal, se chama a região tabular de Lisboa. A característica tectónica mais importante a assinalar nesta área é a Falha da Guia que, juntamente com uma série de outros acidentes tectónicos de orientação semelhante, corresponde à expressão superficial de acidente profundo com orientação NW-SE a NNW-SSE (desligamento direito), que atravessa toda a Margem Oeste Ibérica e que controlou, no Cretácico terminal a instalação dos maciços ígneos de Sintra, Sines e Monchique (KULLBERG & KULLBERG, 2000). Por sua vez o maciço de Sintra encontra-se alongado segundo direcção E-W e é recortado por desligamentos esquerdos (direcção NE-SW a NNE-SSW).

Na carta Neotectónica de Portugal à escala 1/1.000.000 (CABRAL, 1989) a maior parte dos lineamentos que em termos regionais têm orientação próxima da Falha da Guia, são assinalados como “falhas (activas) prováveis.

Estudos mais recentes levados a cabo por várias equipas de investigação nacionais e internacionais (ex: BAPTISTA et al. (1998); GRÁCIA et al. (2003) e TERRINHA et al. (2003)) têm vindo a confirmar hipótese colocada por RIBEIRO & CABRAL (1987) sobre a existência de zona de subducção incipiente na margem ocidental ibérica. Os mesmos estudos apontam ainda para factos particularmente relevantes e que são os seguintes:

- as possíveis estruturas correspondentes ao início da subducção serão muito provavelmente as fontes sismogénicas (e tsunamigénicas), por exemplo, do sismo e tsunami de Lisboa de 1755 (ao contrário do cavalgamento do Banco do Gorringe que tradicionalmente tem vindo a ser apontado como a possível fonte);
- estas estruturas prolongam-se bastante para Norte, praticamente até à região do Esporão da Estremadura;
- as suas orientações são paralelas (NNW-SSE) a sub-paralelas (N-S) à orientação das descontinuidades profundas associadas à família de falhas a que a Falha da Guia pertence.

Desta forma, embora, seja impossível, na actualidade, prever o tempo e a localização de sismos futuros, com origem no movimento de falhas, a Falha da Guia apresenta, por esta abordagem ainda que breve, como uma falha activa provável, ou com elevado potencial para activação, resultando num risco de sismicidade elevado.

4.3.4. Risco de Incêndio

Considerando que a área do PP de Zambujeiro e Murches se insere na sua totalidade na PNSC, parque natural esse com valia elevada ao nível florestal e paisagístico torna-se importante efectuar uma referência ao risco de incêndio dessa área.

A previsão do risco de incêndio numa área de parque natural permite gerir o território e operacionalizar o planeamento florestal com meios para a prevenção e combate a incêndios.

Esta prevenção torna-se muito importante, dadas as consequências económicas e ecológicas que estão associadas e aponta para um desenvolvimento de acções no âmbito do Ordenamento do Território.

No contexto da prevenção, a avaliação espacial do risco de incêndio numa área florestal possibilita a definição para a localização e dimensionamento dos pontos de água, da rede viária para combate de incêndio, determinando também a selecção das espécies arbóreas mais adequadas para novas arborizações.

Assim, e resultante do facto de a área do PP se inserir numa zona de parque natural arborizado, é importante referir que o risco de incêndio está directamente ligado com o risco de ignição do fogo por causas humanas, sejam elas acidentais ou voluntárias, ou por causas naturais que dêem origem ao fenómeno de ignição (Macedo e Sardinha, 1987).

Por outro lado, os factores de risco que na área do PP se podem classificar são: o tipo de ocupação do solo; as vias e mobilidades existentes e a propor; as variantes meteorológicas; a morfologia do terreno; a densidade de arborização e por último a concentração demográfica.

Neste sentido, e tendo em consideração a densidade da arborização e o desenho urbano actual, considera-se que o risco de incêndio que maior probabilidade apresenta é o decorrente da actividade humana. Assim sendo, qualquer proposta de desenho urbano que venha a ser desenvolvida deverá ter em consideração uma análise de risco com base nos índices de risco de incêndio agrupados e definidos pelo CNIG, 2002, bem como o previsto no Decreto Regulamentar nº 55/81.

4.4. Recursos e valores naturais

O território em análise é constituído por diversos componentes que, em conjunto, definem um sistema complexo cujo funcionamento assenta em inter-relações dinâmicas. No âmbito do presente PP as ocorrências físicas e biológicas manifestam importância em termos de conservação da natureza e de salvaguarda da qualidade paisagística.

Apesar das zonas edificadas constituírem uma constricção aos fluxos naturais, nomeadamente no que se refere a circulação atmosférica e hídrica, assim como de vegetação e fauna, é essencial assegurá-los em áreas urbanas. A promoção de um *continuum naturale* é um aspecto fundamental para a sustentabilidade dos sistemas biofísicos, do conforto bioclimático e da qualidade do ambiente urbano. Com a identificação e caracterização dos valores naturais pretende-se reunir elementos que informem a definição de Estrutura Verde do presente Plano de Pormenor.

Na área do PNSC existem diversos habitats naturais, cuja relevância para a protecção da biodiversidade e da paisagem se encontra abrangida pela Directiva Habitats.

Em levantamento de campo foi possível constatar a inexistência de vegetação no espaço público, concentrando-se esta em espaços privados com carácter de jardim/logradouro, alguns com dimensão significativa. Verificou-se, também, a não consolidação da malha urbana, com existência de áreas amplas não edificadas, onde o solo se encontra permeável e o revestimento vegetal, modo geral, se caracteriza por uma elevada taxa de cobertura do solo mas com elenco vegetal de carácter espontâneo. O perímetro urbano e a envolvente imediata não são abrangidos por nenhum habitat. Na área em análise foram observadas diversas espécies arbóreas e arbustivas de carácter ornamental, fundamentalmente, nos logradouros privados. Nas parcelas vazias verificaram-se, com representatividade, as seguintes espécies:

Espécie	Nome científico	Estrato	Características
Pinheiro bravo	<i>Pinus pinaster</i>	Arbóreo	Folha persistente. Pioneira em solos degradados. Resistência ao vento. Porte até 30-40m. Nativa da região mediterrânea. Prefere solos leves e arenosos marítimos.
Cipreste	<i>Cupressus sempervirens</i>	Arbóreo	Folha persistente. Porte até 25m. Copa piramidal ou colunar. Nativa da Europa e Ásia Menor.
Cana	<i>Arundo donax</i>	Herbáceo	Nativa da região mediterrânea. Carácter perene. Planta muito robusta. Altura até 10m. Elevada capacidade de crescimento em qualquer tipo de solo. Espécie infestante em Portugal.

Quadro 3 – Espécies vegetais na área de Plano de Pormenor de Alcabideche

A análise da distribuição das espécies e comunidades vegetais na área do PP resultou na identificação de biótopos distintos na área do presente plano. O biótopo constitui uma área geográfica a que corresponde um conjunto homogéneo de factores físicos ambientais, que permite informar e desenvolver acções de conservação ambiental e paisagística bem como na área do planeamento urbano sustentável.

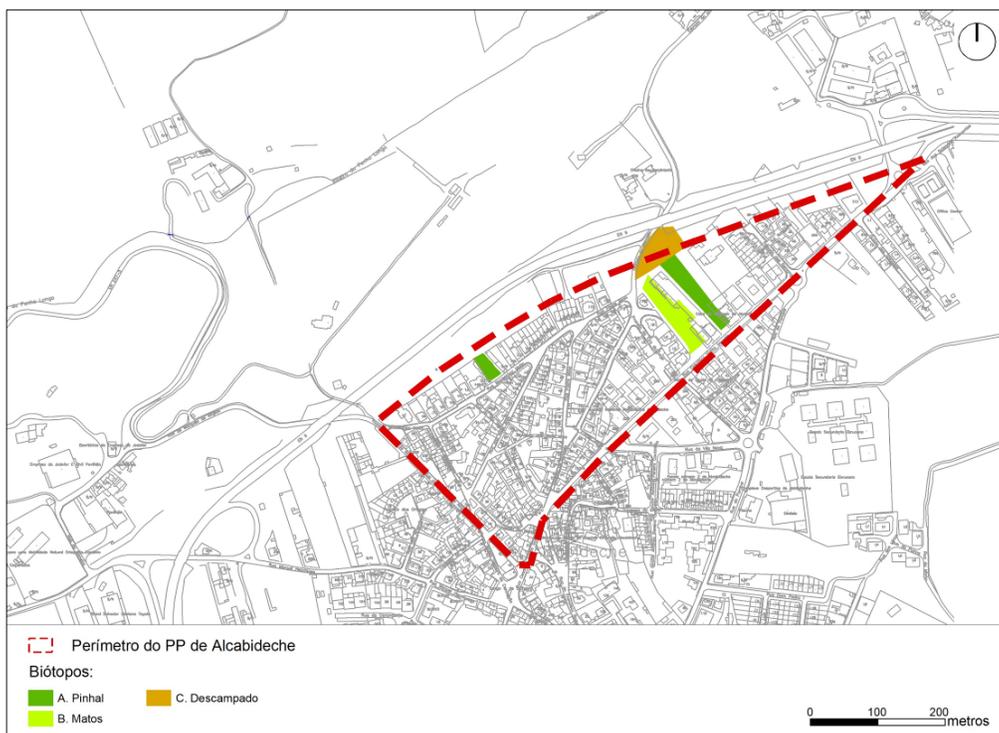


Figura 50 – Identificação de biótopos na área do PP de Alcabideche

Os biótopos identificados foram avaliados segundo o seu grau de desenvolvimento – fase de evolução atingida, conjugada com aspectos relacionados com a identidade, singularidade e beleza do conjunto ou unidade vegetal. Apresenta-se a caracterização dos biótopos identificados, no quadro seguinte:

Designação	Localização	Descrição	Grau de desenvolvimento
A. Pinhal	Lote vazio na Rua Monsenhor Moita + lote vazio entre Estrada da Atrozela e Casa de Repouso	Presença dominante de pinheiro bravo (<i>Pinus pinaster</i>); Presença de ciprestes; Revestimento do solo com matos baixos.	Alto
B. Matos	Lote vazio paralelo ao biótopo A	Revestimento herbáceo pontuado por áreas de cana (<i>Arundo donax</i>)	Baixo
C. Descampado	Junto ao limite Norte, adjacente à Estrada da Atrozela	Ausência de revestimento vegetal.	Origem técnica

Quadro 4 – Biótopos existentes na área do Plano de Pormenor

O núcleo de Alcabideche insere-se na Unidade de Paisagem Abano-Penha Longa que representa um espaço de transição, em termos fisiográficos e de ocupação do solo, entre a zona da serra, a linha de Cascais e a linha de Sintra.

Todo o território do núcleo e envolvente imediata encontra-se profundamente edificado e impermeabilizado. O espaço público encontra-se desprovido de vegetação e a reduzida dimensão dos lotes não possibilita um contrabalanço de material vegetal no espaço privado. Assim, considera-se não existirem elementos significativos que valorizem a esteticamente o espaço urbano.

4.5. Constrangimentos ambientais

São considerados como constrangimentos ambientais os principais factores que contribuem activa ou potencialmente para a degradação ambiental e paisagística na área de intervenção.

È relevante mencionar que o coberto vegetal da região em que se integram estes aglomerados se encontra profundamente modificado relativamente à flora natural, implicando repercussões ao nível da transformação da paisagem. A acção humana, designadamente através das actividades de pastorícia e agricultura, e também pela introdução de espécies exóticas e ornamentais, constitui o principal responsável destas alterações.

No âmbito da presente análise, interessa aprofundar a questão da introdução de espécies vegetais, por as principais disfunções identificadas se enquadrarem neste domínio. De acordo com o documento anteriormente mencionado, o repovoamento florestal realizado a partir do século XIX constitui uma das mais funestas acções antropogénicas, com sérias implicações ao nível do coberto vegetal.

A utilização de espécies com elevada capacidade invasora comprometeu o elenco florístico assim como a sua regeneração natural (por exemplo na sequência de fogos, agente característico de renovação da paisagem mediterrânea). No entanto, não se observam espécies com carácter invasor na área em análise, com excepção de alguns exemplares de acácia mas já no exterior do perímetro urbano (a N da Estrada da Boavista).

A área em análise não apresenta grande presença de vegetação pelo que não se assiste à presença destas espécies. Com carácter infestante observou-se apenas alguns maciços de cana (*Arundo donax*).

A pressão urbanística expressa através de tecidos urbanos desconexos e desorganizados pode, também, ser entendida como um factor de potencial diminuição da qualidade ambiental e paisagística. O núcleo em análise apresenta-se consolidado e organizado e integra-se numa zona altamente construída, o que representa alguns constrangimentos ao nível da qualidade estética e da qualidade do ambiente urbano, nomeadamente qualidade do ar.

Relativamente a outros factores comumente assinalados como disfunções ambientais, nomeadamente Lixeiras, Depósitos de entulho, Sucatas ou Pedreiras, apenas se verifica uma situação de depósito de entulho, junto ao limite Norte/Estrada da Atrozela.

4.6. Ruído

Da análise da Carta de Ruído do Concelho de Cascais, e tendo por base as conclusões aí constantes salienta-se, por ordem de importância as seguintes fontes de ruído assinaladas: as vias rodoviárias principais, a via-férrea Cascais - Cais do Sodré, o Autódromo do Estoril e o Aeródromo de Tires.

Os mapas de ruído correspondentes às condições acústicas actualmente apercebidas no Concelho de Cascais, permitem concluir que as principais fontes de poluição sonora do Concelho são a A5 – Auto-estrada de Cascais, EN 9, Avenida Marginal/EN 6, Avenida dos Bombeiros Voluntários, Via Longitudinal Norte (troço inicial), Avenida de Sintra, EN 6-7, EN 249-4, EN 247-5 (Estrada de Manique) e Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa, embora esta última com uma importância relativa bastante inferior às restantes vias referidas.

Na Carta de Ruído do Concelho de Cascais estão identificadas as áreas em que se configura a necessidade de cuidados no que respeita à protecção das populações à exposição pelo ruído de tráfego rodoviário, na vizinhança das seguintes vias: A5, EN 9, Av. Marginal/EN6, Av. Bombeiros Voluntários, Via Longitudinal Norte (troço inicial), Av. Sintra, EN 6-7, EN 249-4 e EN 247-5 (Estrada de Manique), em virtude da elevada concentração de ocupação habitacional, pois grande parte do traçado destas vias desenvolve-se em meio urbano consolidado.

Algumas vias de tráfego apresentam características de emissão sonora que devem ser objecto de avaliação detalhada no âmbito da elaboração de Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor para zonas com interesse, visto que são susceptíveis de condicionar a utilização do solo nas suas proximidades, nomeadamente no que respeita à instalação de actividades com carácter sensível ao ruído (habitacional, escolar, hospitalar, etc.). As restantes vias de tráfego do Concelho não constituem fontes ruidosas de relevo, não sendo previsível que condicionem a definição de propostas de ordenamento do território.

A via-férrea Cascais-Cais do Sodré, cuja grande parte do traçado se desenvolve na proximidade de outras fontes de ruído, como seja a Av. Marginal/EN 6, que nalguns casos provocam maior perturbação no ambiente sonoro circundante do que a própria via-férrea, vê nessas zonas, a sua influência no ambiente sonoro concelhio diminuída.

O Aeródromo de Tires constitui já nas condições actuais, factor de perturbação significativo para núcleos urbanos mais próximos da metade norte da pista, pelo que o crescimento dos volumes de tráfego actuais deverá ser ponderado, no contexto da protecção das populações expostas.

As unidades industriais indicadas provocam uma reduzida perturbação no ambiente sonoros a nível concelhio, ainda que localmente possam provocar alguma incomodidade em certos períodos de laboração, podendo ser objecto de medidas de controlo de ruído específicas.

A classificação definitiva das zonas “sensíveis” e “mistas”, a estabelecer pela C.M. Cascais, deverá, em primeira aproximação, ter em conta a informação contida nos mapas de ruído apresentados, completada oportunamente com informação relativa às zonas com interesse, a escalas adequadas, de forma a viabilizar o cumprimento das exigências regulamentares aplicáveis em matéria de poluição sonora. A criação de zonas “sensíveis” ou “mistas” em locais onde ocorra, ou onde seja previsível, a ultrapassagem dos níveis sonoros máximos estabelecidos regulamentarmente para essas zonas (zonas “sensíveis” : $LA_{eq} \leq 55$ dB(A) das 7h às 22h e $LA_{eq} \leq 45$ dB(A) das 22h às 7h; zonas “mistas”: $LA_{eq} \leq 65$ dB(A) das 7h às 22h e $LA_{eq} \leq 55$ dB(A) das 22h às 7h), poderá obrigar à elaboração de Planos de Redução de Ruído, da responsabilidade da C.M. de Cascais.

5. Demografia

5.1. Evolução e distribuição demográfica

O núcleo urbano de Alcabideche localiza-se no concelho de Cascais, freguesia de Alcabideche, a sudeste do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC), com a particularidade de só parte deste aglomerado estar inserido neste Parque Natural.

A análise demográfica e a caracterização socio-económica será, sempre que possível, relacionada com o contexto do aglomerado de Alcabideche, do município de Cascais, bem como do PNSC⁸, de forma a melhor entender as dinâmicas territoriais vigentes. Uma nota para mencionar que ao longo da análise, os indicadores utilizados para o PNSC referem-se unicamente ao território que abrange o município de Cascais e não à globalidade do Parque, que também engloba parte do município de Sintra.

Os 557 indivíduos englobados pelo PP, correspondem a 14,4% da população do aglomerado de Alcabideche, que em 2001 registava uma população de 3.861 residentes registados. A densidade populacional, medida pelo número de habitantes por hectare é muito superior, regista uma concentração bastante superior na área de intervenção, 43,24 hab./ha. (Área Urbana de Baixa Densidade), do que em termos médios no PNSC. Facto compreensível pelas características do Parque, onde predomina a ocupação florestal em detrimento dos assentamentos humanos.

Com efeito, embora no interior do aglomerado exista alguma variação na concentração de habitantes por área, constata-se que Alcabideche é um dos núcleos que apresenta, no interior do PNSC, maior pressão populacional.

	Alcabideche (1)	PNSC (2)	(1)/(2)
Área (ha)	13,1	3333,42	0,4%
População	557	6061	9,2%
Densidade (hab/ha)	43,24*	1,82	-

Quadro 5 – População Residente, área (há) e densidade populacional, comparação da área do PP de Alcabideche com o PNSC (Município de Cascais)

Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

* Densidade populacional calculada com base na delimitação geográfica das subsecções estatísticas abrangidas pela área de PP

Considerando agora o dinamismo do núcleo urbano de Alcabideche à escala do concelho de Cascais, verifica-se uma expansão preferencial para Sul, em direcção ao litoral, que se reflecte no estabelecimento de um contínuo com a Amoreira. Ao mesmo tempo para Este esboça-se um outro com Alcoitão. Em face dos constrangimentos existentes, esta expansão não se verifica para Norte onde as regras dentro da área do PNSC são bastantes mais restritivas à expansão urbana.

⁸ Área integrada no município de Cascais.

Em termos de evolução da população, embora a análise dos dados a uma escala micro possa suscitar alguma reserva devido a eventuais alterações no desenho da subsecção, constata-se um ligeiro decréscimo de 3%, que corresponde a uma variação de 574 residentes, em 1991, para 557, em 2001, ao contrário do ligeiro acréscimo verificado na população do PNSC no mesmo período (5,4%, que correspondem a mais 312 habitantes). Esta evolução da população dentro do PNSC reflecte o surgimento de alguns loteamentos, que acabam por atrair e fixar novos residentes numa área de grande qualidade paisagística e ambiental.

O decréscimo, embora pouco acentuado, do número de residentes na localidade de Alcabideche abrangida pelo PP contraria a tendência da freguesia de Alcabideche, onde existe nas últimas décadas uma dinâmica de crescimento, à semelhança do concelho de Cascais. Este facto reflecte o já referenciado anteriormente, ou seja, o crescimento da localidade e da freguesia concentra-se na metade sul, externa ao PNSC, daí as diferenças na evolução da população.

A composição por níveis etários da população irá dar indicações úteis sobre o futuro próximo da área do PP apresentando-se, simultaneamente, como causa e consequência do padrão de evolução populacional.

A distribuição da população de Alcabideche (PNSC) por grandes grupos etários reflecte, desde logo, o domínio dos idosos (21,9% da população total) sobre os jovens (14,9% da população total), mais notória sobretudo a nível do sexo masculino.

A repartição da população em idade activa (15 a 64 anos) por dois estratos iguais reforça a tendência para o envelhecimento da população, já que a população mais velha (40 a 64 anos) sobrepõe-se claramente aos mais novos (15 a 39 anos).

Na distribuição por sexos constata-se um ligeiro predomínio do número de Homens (50,8%) relativamente às Mulheres (49,2%).

Grupos Etários	HM		H		M	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
0-14	83	14,9	46	8,3	37	6,6
15-64	352	63,2	183	32,9	169	30,3
15-39*	169	48,0	-	-	-	-
40-64*	183	52,0	-	-	-	-
65 +	122	21,9	54	9,7	68	12,2
Total	557	100	283	50,8	274	49,2

Quadro 6 – Distribuição da População por grandes Grupos Etários e por sexo, na área do PP de Alcabideche, 2001

Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

* Estas classes etárias representam uma subdivisão do grande grupo etário dos 15-64 anos.

De forma a ser possível desenvolver uma análise comparativa, analisou-se a representatividade dos estratos etários para Alcabideche (PNSC), Alcabideche (localidade), PNSC e município de Cascais.

O peso dos idosos na área de intervenção ganha outra relevância quando comparado com os valores da localidade de Alcabideche, o que leva a crer que a zona do PNSC abrange, no essencial, a zona antiga deste núcleo. Mesmo quando comparado com o PNSC e com o concelho, sobressai o envelhecimento da população.

Os indicadores demográficos vêm corroborar a análise até agora desenvolvida. Com efeito constata-se que Alcabideche (PNSC) é o único local onde existe um predomínio da população idosa sobre a população jovem, sendo que o Concelho de Cascais apresenta uma situação equilibrada (existem 100 jovens por cada 100 idosos). Desta forma, Alcabideche (PNSC) apresenta um índice de dependência de idosos muito superior, o que se reflecte num índice de dependência total também maior.

	Alcabideche PNSC	Localidade de Alcabideche	PNSC	Município de Cascais
Índice de Juventude	68	117	119	100
Índice de Envelhecimento	147	86	84	100
Índice de Dependência Jovem	24	25	23	22
Índice Dependência Idosos	35	22	20	22
Índice Dependência Total	58	47	43	43
Índice de Rejuvenescimento da População Activa	74,4	-	111,5	129,8

Quadro 7 – Índices Demográficos
Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

O índice de Rejuvenescimento da população activa traduz a relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair no mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos. Os números evidenciam uma preocupante capacidade de rejuvenescimento na área de intervenção, que apresenta valores muito inferiores ao município de Cascais e PNSC, resultado de uma maior sobrecarga dos estratos etários mais elevados.

5.2. Níveis de instrução da população

Antes de se proceder à análise da qualificação da população, importa desde já esclarecer que o grupo referenciado como “sem saber ler nem escrever” considera igualmente a população que ainda não tem idade escolar.

Numa análise comparativa entre Alcabideche (PNSC), Alcabideche (localidade), PNSC e o concelho de Cascais, verifica-se que a estrutura da população por níveis de qualificação é semelhante nos três quadros geográficos considerados.

O escalão da população com o 1º ciclo completo sobressai entre os diferentes níveis, o que poderá estar associado à predominância de uma população mais envelhecida. Mais uma vez Alcabideche (PNSC), destaca-se, ao deter onde mais de um quarto dos residentes apenas com o 1º ciclo.

Nos restantes níveis sobressaem o 3º ciclo e o Secundário, mesmo em Alcabideche (PNSC). Por último, verifica-se que os residentes que possuem Cursos Superiores, detêm um peso idêntico na área de intervenção relativamente ao aglomerado de Alcabideche, possuindo todavia uma preponderância inferior ao PNSC e ao município.

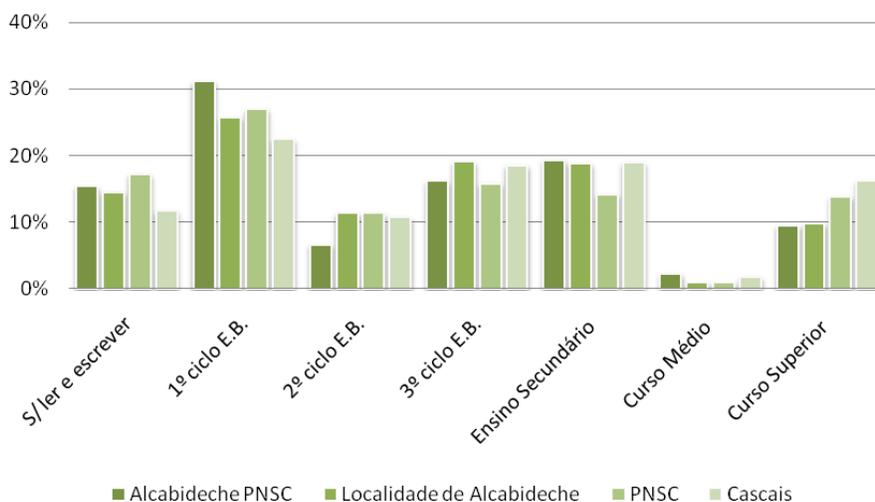


Figura 51 – Residentes por Qualificação Académica, no aglomerado de Alcabideche, 2001
Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

Nota: Os níveis de instrução da população apresentados consideram o universo dos residentes por nível de ensino completo.

Quanto à população que se encontra a frequentar os diferentes níveis de ensino, o primeiro aspecto a salientar é que na área de intervenção apenas 16% dos residentes estão a estudar, enquanto no aglomerado de Alcabideche esse valor sobe para 18,7% e no concelho de Cascais para 19,4%. Esta realidade reflecte não só um prematuro abandono escolar, mas particularmente um envelhecimento da população.

Na frequência dos diferentes níveis merece destaque a importância crescente dos Cursos Superiores, reflexo de uma tendência comum a toda a sociedade portuguesa.

Apesar deste facto, o 1º ciclo é aquele que ainda continua a concentrar um maior número de população, sendo preocupante a redução que se verifica para os restantes níveis de ensino básico e secundário, reflexo não só da estrutura etária da população mas também de um progressivo abandono da Escola.

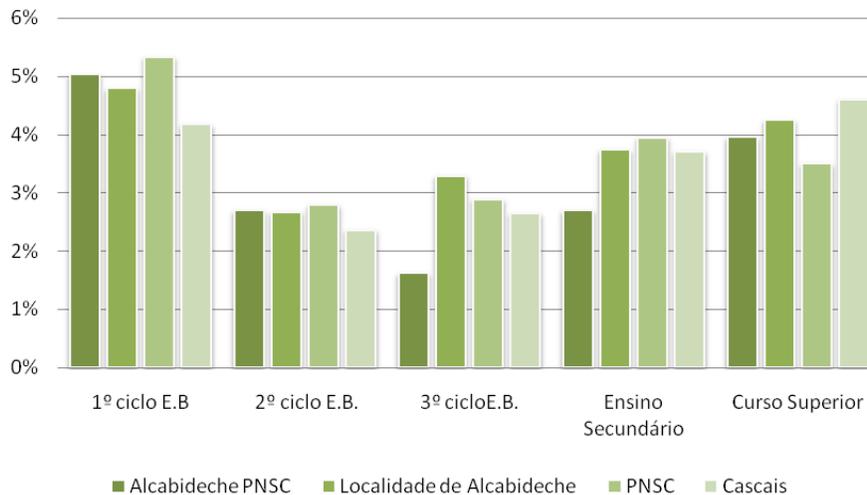


Figura 52 – Grau de Ensino a ser frequentado pelos Residentes no aglomerado de Alcabideche, 2001
Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

5.3. Projecção Demográfica

A construção de cenários para a progressão da população residente é um exercício útil em planeamento do território uma vez que permite mobilizar recursos e competências de modo a aproveitar ou a contrariar a evolução prevista.

Todavia, constitui também um exercício de subjectividade, particularmente quando se tratam de pequenos aglomerados. Com o aumento de escala, a componente demográfica perde importância para as componentes sociais e económicas, dado que os quantitativos populacionais nos pequenos lugares, terão muito que ver com as oportunidades de emprego e de negócio de forma a fixar a população. As projecções à escala de um PP são portanto aquelas que detêm maior margem de erro.

Para a projecção da população da Área de Intervenção, não se pode deixar de considerar o seu enquadramento no aglomerado de Alcabideche bem como na Área Metropolitana de Lisboa, região de forte polarização demográfica e de oportunidades de emprego, e com dados disponíveis que apontam para a continuidade do crescimento demográfico.

Esta tendência será repercutida de forma muito diferenciada pelo território do município como consequência de diferentes “características urbanísticas-morfológicas”, que permitem distinguir três zonas sócio-territoriais. Na área da presente análise os valores paisagísticos e ambientais sobrepõem-se à expansão demográfica da freguesia, concelho e região de enquadramento.

Face à imprevisibilidade da expansão de novos núcleos de construção, o modelo apresentado tem apenas por base a Taxa de Crescimento Médio Anual (TMCA). Sendo assim, assumem-se as taxas de crescimento da última década e não se perspectivam movimentos migratórios adicionais, dado que não existem novos fogos a ser ocupados por população exterior. Não se estimam também saídas consideráveis de população, uma vez que na proximidade há emprego e de uma forma geral, no contacto com a população, foi perceptível a sua satisfação em morar na área.

Na metodologia definida, foram desenvolvidas duas projecções:

- Na primeira, denominada, Projecção A, foi aplicada a TMCA da década de noventa, aos anos subsequentes, mas considerando sempre os valores totais de população. Para a estimativa por grupos etários considerou-se, para os anos projectados, uma distribuição por grupos etários idêntica ao de 2001.
- Na segunda, denominada, Projecção B, calculou-se a TMCA da década de noventa, por grupos etários. Para projectar a população aplicou-se esta taxa a cada um dos grupos etários, mas com uma pequena *nuance*, para os mais jovens.

Projecção A

Nesta projecção estima-se para 2011 uma população de 541 indivíduos e para 2016, 532, ou seja, tal como se pode verificar no gráfico que se segue, existe um pequeno decréscimo.

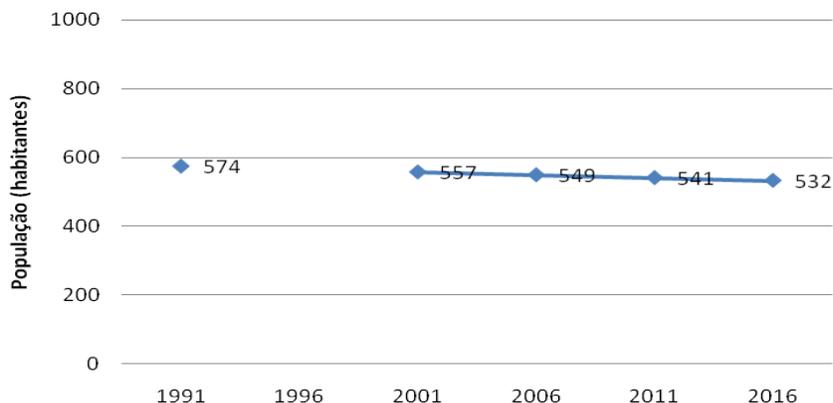


Figura 53 – Evolução da população de Alcabideche, Projecção A

Aplicando a proporcionalidade actualmente existente, pelos grandes grupos etários a população distribui-se do seguinte modo:

Grupos Etários	2006	2011	2016
0-14	82	81	79
15-64	347	342	336
+65	120	118	117
Total	549	541	532

Quadro 8 – Projecção da população por grandes grupos etários – Projecção A

Projecção B

Com este modelo, a projecta-se um ligeiro acréscimo populacional: 568 pessoas para 2011 e 583 para 2016, que se faz à custa dos grupos etários dos mais jovens e mais idosos, enquanto a população em idade activa decresce.

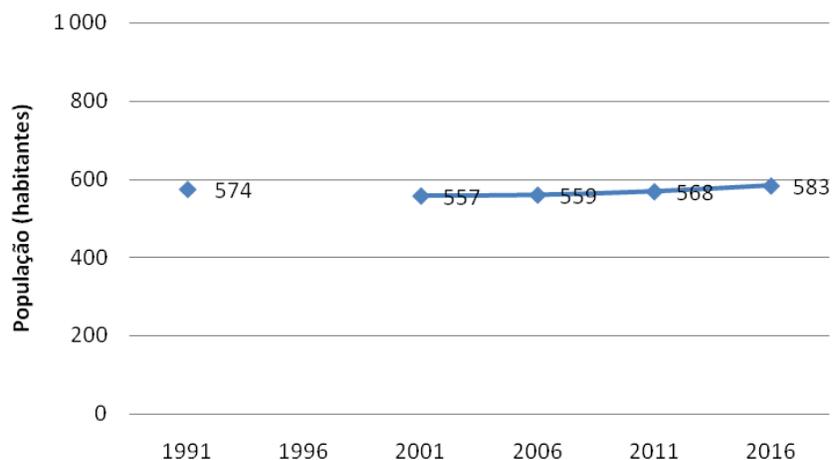


Figura 54 – Evolução da população de Alcabideche, Projecção B

Aplicando a proporcionalidade actualmente existente, pelos grandes grupos etários a população distribui-se do seguinte modo:

Grupos Etários	2006	2011	2016
0-13	87	93	101
14-64	333	316	302
+65	139	158	180
Total	559	568	583

Quadro 9 – Projecção da população por grandes grupos etários – Projecção B

6. Socio-economia

6.1. Estrutura da população activa e taxa de desemprego

A análise da estrutura sectorial de Alcabideche (PNSC) evidencia uma elevada terciarização do emprego da população residente, com 80,1% da população activa empregada no comércio e nos serviços. Os restantes cerca de 20% estão ligados à indústria. As actividades ligadas ao sector primário estão ausentes da estrutura da população activa.

Esta preponderância do terciário, semelhante ao município, reflecte a integração de Cascais numa lógica metropolitana, onde predomina o emprego no comércio e serviços e onde a agricultura está reduzida a um nível quase residual, por efeito do abandono ou da mecanização da produção.

O emprego no secundário deverá ficar a dever-se à proximidade a áreas com concentração industrial como Alcabideche, Trajouce e Abóboda.

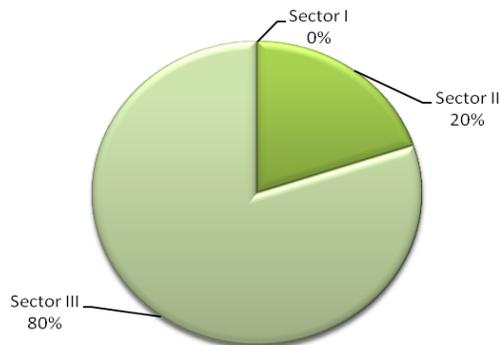


Figura 55 – População residente empregada, por sectores de actividade, nos núcleos urbanos de Alcabideche, em 2001

Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

Da população residente empregada de Alcabideche (PNSC), cerca de 62% fazem-no no município, média bastante superior aos 52,3% do concelho, mas um pouco mais reduzida que no PNSC. Esta situação de trabalho junto ao local de residência é benéfica na redução dos movimentos pendulares para Lisboa, principal pólo agregador de emprego na região

Devido a um maior envelhecimento da população, a taxa de actividade é mais reduzida na área em análise (48,7%), do que em toda a localidade (54,3%) e mesmo do município (53,1%). Estes valores indiciam a existência de um elevado número de reformados, que se reflecte ainda na taxa de desemprego que apresenta valores mais reduzidos (5,5%) que a média concelhia (6,9%).

	Alcabideche PNSC	Localidade de Alcabideche	PNSC	Cascais
% População a trabalhar no concelho	62,1%	65,3%	69,1%	52,3%
Taxa de actividade	48,7%	54,3%	49,7%	53,1%
Taxa de desemprego	5,5%	5,7%	4,8%	6,9%

Quadro 10 – População a estudar e a trabalhar no concelho, Taxa de Actividade e de Desemprego, em 2001

Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

6.2. Actividades económicas na área do Plano de Pormenor

No registo de empresas sediadas na área de intervenção existente no município de Cascais, assinalam-se seis unidades, número que decorre do cariz eminentemente residencial de Alcabideche (PNSAC), bem como da sua reduzida dimensão, mas ainda assim um pouco superior a outros núcleos do PNSC.

As actividades existentes estão sobretudo associadas a prestação de serviços a que não será alheio o potencial de clientes na proximidade, bem como as acessibilidades actualmente existentes.

Descrição CAE	Actividades existentes
Agricultura, produção animal, caça e actividades de serviços relacionados e indústria extractiva	Actividades dos Serviços Relacionados com a Agricultura; Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes
Comércio por grosso e a retalho, restauração e alojamento	Comércio a Retalho de Combustíveis para Uso Doméstico
Actividades imobiliárias, alugueres e prestação de serviços às empresas	- Actividades de Contabilidade, Auditoria e Consultoria Fiscal - Actividades de Arquitectura (2) - Outras Actividades de Serviços Prestados Principalmente às Empresas Diversas, N.E.

Quadro 11 – Tipos de actividades económicas sediadas em Alcabideche

6.3. Caracterização do parque habitacional

Os processos de edificação e de ocupação do solo na área de intervenção podem ser sintetizados nos seguintes números, referentes ao ano de 2001:

- 13% dos edifícios existentes foram construídos antes de 1960
- 34% foram construídos entre 1960 e 1980
- 53% foram construídos entre 1981 e 2001. Destes, 40% foram construídos entre 1981 e 1990, e 13% nos últimos 10 anos.

Analisando detalhadamente a evolução ao longo dos anos, verifica-se um processo crescente até à primeira metade da década de 80. À redução posterior estará ligada aos constrangimentos crescentes à construção no PNSC.

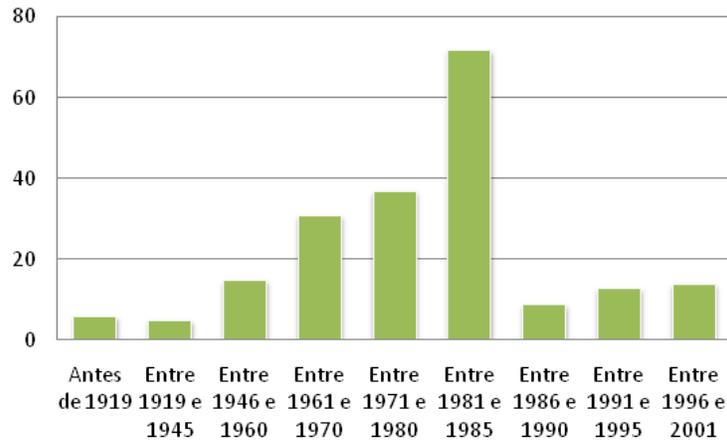


Figura 56 – Data de construção dos edifícios
Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

Como resultado da edificação ser relativamente antiga, a maioria dos edifícios (51%) são construídos em paredes de alvenaria argamassada. Este material foi progressivamente abandonado devido aos riscos que decorrem quer da sua fraca resistência mecânica, quer da passagem do tempo, resultando na maior parte dos casos, num mau estado de conservação, pelo que já existe um número significativo (48%) que está construído com elementos resistentes de betão. Os edifícios com parede de alvenaria de pedra adobe ou taipa, surgem de forma residual.



Figura 57 – Materiais utilizados na construção dos edifícios no núcleo urbano de Alcabideche
 Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

Todos os edifícios clássicos têm um ou dois pisos, o que confirma a preferência pela edificação em extensão em detrimento da construção em altura, o que se relaciona com o carácter rural da zona e a inserção numa área de Parque Natural. Como resultado desta realidade o número de alojamentos por edifício é bastante reduzido (1,2 alojamentos familiares clássicos por cada edifício clássico).

Edifícios por número de pisos	1 ou 2 pisos	3 ou 4 pisos	5 ou mais pisos	Total de Edifícios Clássicos
Alcabideche (PNSC)	202	0	0	202

Quadro 12 – Número de pisos dos edifícios do núcleo urbano de Alcabideche
 Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

A maior parte dos alojamentos são de tipo familiar, ou seja, destinam-se a acolher aglomerados familiares. Com 239 alojamentos familiares, Alcabideche concentra cerca de 8% da oferta total do PNSC.

A densidade habitacional, expressa pelo número de fogos por hectare é na área do PP (18,48) superior, tanto ao PNSC (0,9) como ao município de Cascais (9,3), o que se justifica pelo seu perímetro ser quase na totalidade área urbana construída.

	Total de Alojamentos Familiares	Alojamentos Familiares Clássicos	Total de Alojamentos Colectivos	Alojamentos familiares clássicos/área (Fogo/ ha)
Alcabideche	239	238	4	18,48
PNSC	2.992	2.970	18	0,9
Cascais	89.799	89.077	176	9,3

Quadro 13 – Tipologia dos alojamentos, ano de 2001
 Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

Considerando agora o índice de ocupação, medido pelo número de habitantes por fogo verifica-se que os maiores valores ocorrem no Parque Natural Sintra-Cascais enquanto Alcabideche assemelha-se ao município, o que é indicador de uma identidade na tipologia dos fogos entre estas duas unidades territoriais.

Com efeito, a presente área de intervenção apesar de se encontram no PNSC integra-se num aglomerado mais vasto de Alcabideche, que tem profundamente assumido o carácter urbano, ao contrário de outros núcleos do PNSC onde os traços de ruralidade são ainda muito significativos.

	Habitantes / Fogo ocupado	Habitantes / Fogo
Alcabideche	2,8	2,3
PNSC	3,2	2,0
Cascais	2,7	1,9

Quadro 14 – Densidade habitacional e ocupação residencial, no ano de 2001
Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

Ao considerarmos, para a construção do índice, os fogos, independentemente de estarem ocupados os não, os valores, em termos globais diminuem devido ao uso sazonal e aos alojamentos vagos. Em Alcabideche essa variação é menos significativa do que no PNSC e no município o que é indicador de um menor número de fogos desocupados.

A análise da intensidade de ocupação residencial, medida através do tipo de ocupação residencial (habitual, vaga, uso sazonal), complementa a observação anterior. Assim, confirma-se que em Alcabideche, os alojamentos de residência habitual são mais significativos que nas unidades de enquadramento.

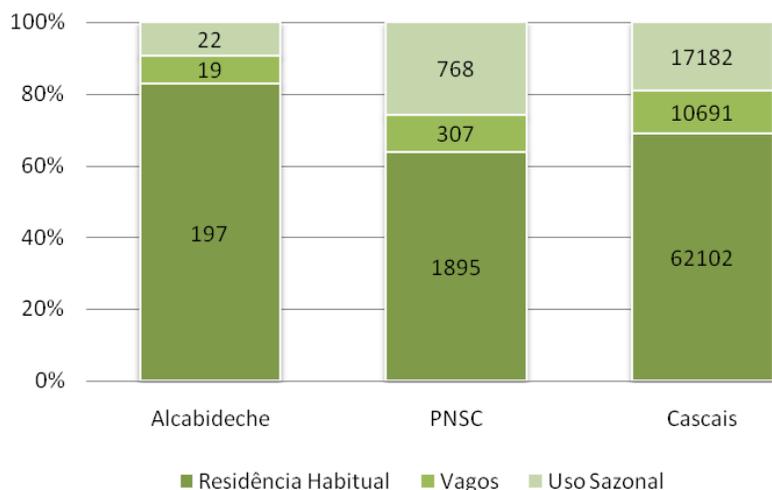


Figura 58 – Alojamentos Familiares Clássicos, segundo o tipo de uso, em 2001
Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

O peso dos alojamentos com uso sazonal é superior no PNSC, consequência da importância das segundas residências enquanto os vagos são mais significativos no município, sobretudo devido à especulação imobiliária, com mais relevância nas áreas urbanas do litoral.

Os alojamentos clássicos de residência habitual estão maioritariamente ocupados pelos próprios proprietários.



Figura 59 – Regime de Propriedade dos Alojamentos Clássicos de Residência Habitual, Alcabideche, em 2001
Fonte: INE, Portugal e DOPA/GEST da CM Cascais

As infra-estruturas consideradas básicas (a electricidade, água e esgotos) detêm uma cobertura total, enquanto as outras dimensões infra-estruturais estão também muito próximas dos 100%.

Fogos	c/ electricidade	c/ água	c/ esgoto	c/ retrete	c/ banho
Alcabideche	100%	100%	100%	99%	99%

Quadro 15 – Serviços presentes nos alojamentos Familiares de Residência Habitual, 2001

Esta situação irá mais adiante ser analisada no capítulo das infra-estruturas.

7. Sistema urbano

7.1. Estrutura urbana

O aglomerado localiza-se na vertente sul da Serra de Sintra, em território, até recentemente, pouco sujeito a pressões urbanísticas, designadamente pela relativa dificuldade de acesso a pólos de maior dimensão (com actividades e serviços geradores de emprego). Com a construção da A5 – Auto-estrada de Cascais, a distância a percorrer e o tempo despendido em deslocações diminuiu substancialmente.

Assim, o núcleo original, de forte carácter rural, sofre, actualmente, uma pressão de procura de residência fixa, sem que exista um planeamento que oriente o crescimento da malha urbana. Este enquadramento encontra tradução física no desenho do núcleo e, conseqüentemente, no desenvolvimento do espaço público.

De um modo geral, o núcleo caracteriza-se por uma via principal, de acesso derivante de uma via de circulação geral (Estrada Nacional), que num determinado ponto se alarga, constituindo um largo. Em redor deste largo derivam várias ruas, frequentemente estreitas e de forma orgânica, criando um imbricado de ruelas. A forma e dimensão destas ruas, a maioria sem passeio nem zonas delimitadas de estacionamento, ilustra uma primeira etapa de crescimento urbano, em que o espaço público se adapta e restringe à estrutura de circulação entre os diferentes lotes com dimensão e forma variada. Estas ruas geralmente estreitam à medida que se afastam do acesso principal, chegando mesmo a tornarem-se caminhos na zona de matos/mata envolvente. Este tipo de via motorizada secundária, para além de emergir em redor do largo, pode, também, surgir da rua principal.

A segunda fase de crescimento caracteriza-se pela abertura de novas vias de forma rectilínea, estabelecendo uma malha ortogonal de quarteirões com lotes destinados a moradias unifamiliares. Estas zonas surgem em pontos distintos, nomeadamente em localizações limítrofes, contíguas ou não a zonas edificadas ou a completar a malha urbana, ocupando terrenos expectantes existentes no meio do núcleo.

A nova fase de crescimento caracteriza-se por lotes destinados a moradias com área suficiente para serem dotadas de espaço aberto para usufruto dos residentes, maioritariamente de nível social e económico médio-alto a alto. Também o tipo de vivência com, muito provavelmente, deslocações diárias para Lisboa determina uma presença de reduzida duração durante a semana.

7.2. Edificado

A caracterização do espaço edificado do PP de Alcabideche foi elaborada com base no levantamento *in situ* efectuado através das “Fichas de Caracterização de Edifício e Equipamento Edificado” e “Fichas de Caracterização de Unidade Urbana Edificada”, que se apresentam no Anexo II. De referir que na área do Plano foram identificadas 604 estruturas edificadas.

Numa análise ao nível do uso do edificado, constata-se o predomínio claro dos edifícios de habitação, conferindo à área um carácter francamente residencial. Cerca de 88% do parque edificado destina-se ao uso habitacional restrito, enquanto apenas 5% apresenta uso misto (habitação + outro uso) e 7% do edificado se destina exclusivamente a outras funções, tais como comércio, serviços e armazéns.

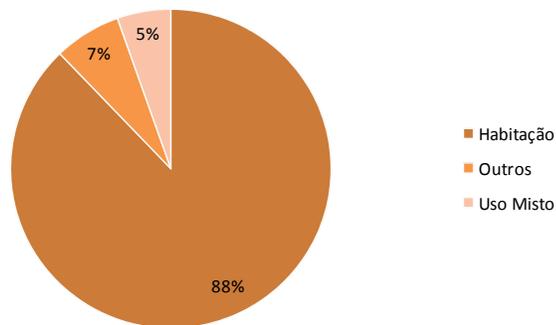


Figura 60 – Análise do Edificado em Alcabideche: Tipo de Uso.
Fonte: Fichas de Caracterização GEOTPU

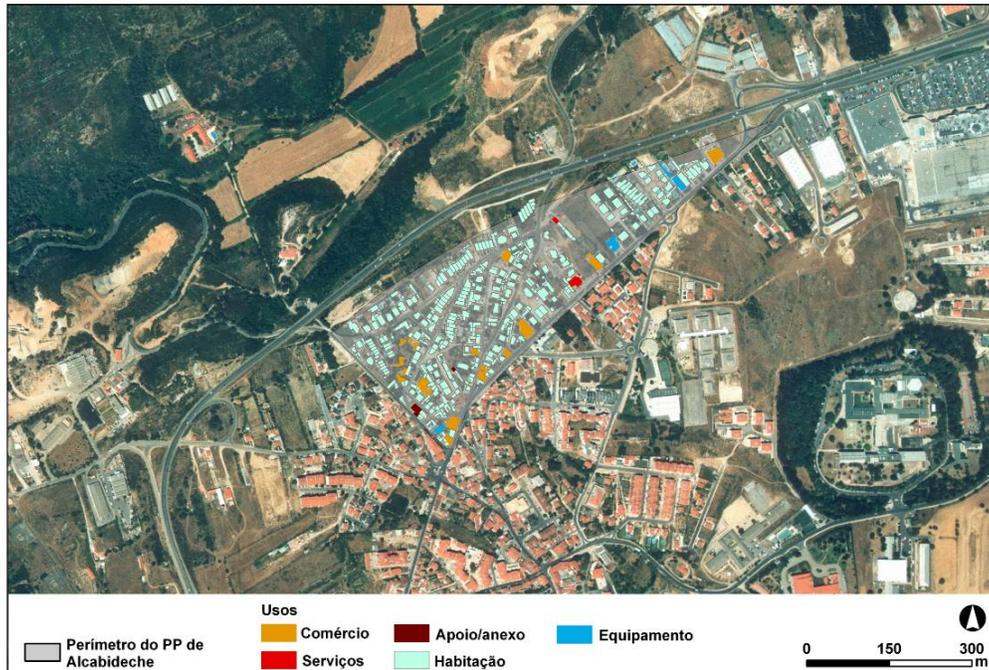


Figura 61 – Análise das tipologias de uso do edificado em Alcabideche: Distribuição geográfica

Quanto ao número de pisos, verifica-se que a quase totalidade (98%) dos edifícios deste aglomerado possui no máximo até dois pisos. Este reduzido desenvolvimento em altura da construção está relacionado com o carácter rural do aglomerado e com a sua integração em PNSC – com elevada restrição à edificabilidade – traduzindo-se assim numa baixa densidade urbana. A análise ao tipo de alojamento demonstra também que a tipologia dominante é constituída por edifícios de habitação unifamiliar (um fogo por edifício), em que o número de pisos varia geralmente entre um e dois.

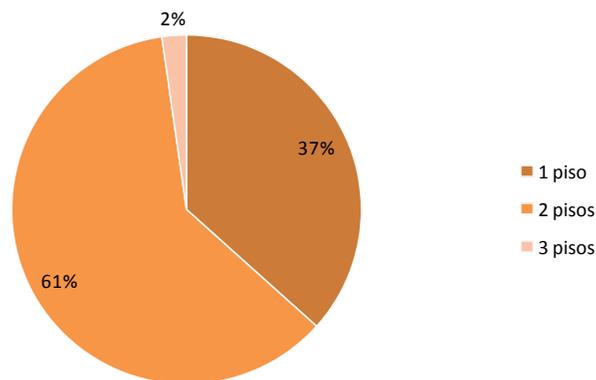


Figura 62 – Análise do Edificado em Alcabideche: Número de pisos.
Fonte: Fichas de Caracterização GEOTPU

A área deste Plano de Pormenor é predominantemente ocupada por edifícios com dois pisos (61%), bem como por edifícios com apenas um piso (37%). A presença de edifícios com três pisos tem uma ocorrência bastante menor do que as anteriores (2%).

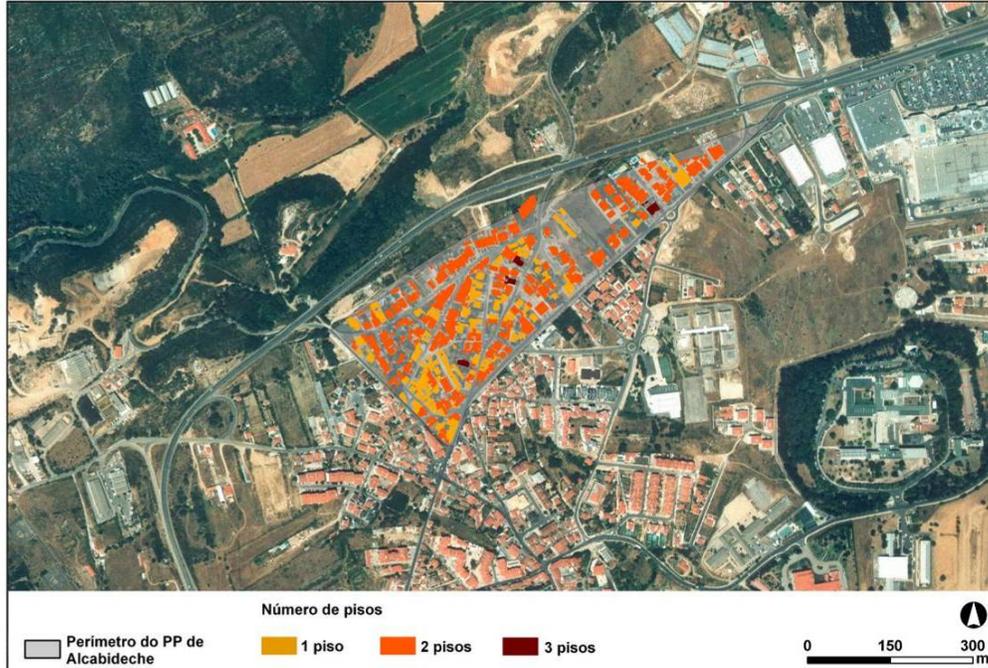


Figura 63 – Análise do número de pisos do edificado em Alcabideche: Distribuição geográfica

Quanto ao tipo de cobertura, o edificado desta área possui preponderantemente cobertura em telhado de duas ou mais águas (97%), independentemente da época de construção ou do sistema construtivo. Os edifícios que apresentam outro tipo de cobertura (3%) têm uma representação pouco significativa na área do presente PP.

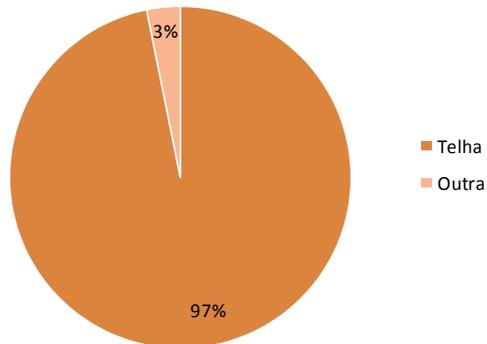


Figura 64 – Análise do Edificado em Alcabideche: Tipo de cobertura.
Fonte: Fichas de Caracterização GEOTPU

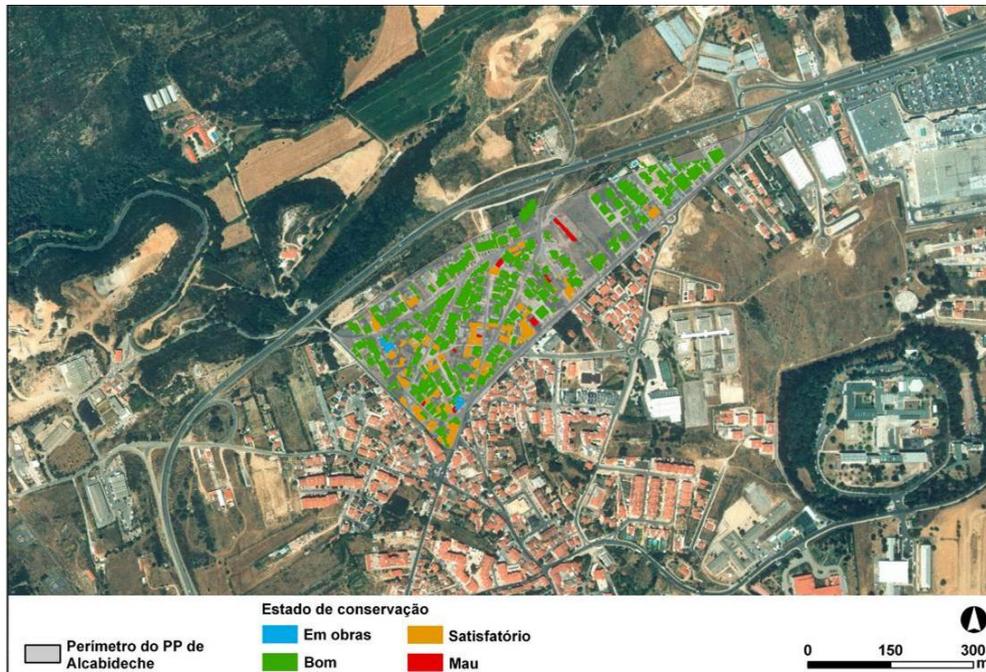


Figura 65 – Análise do estado de conservação do edificado em Alcabideche: Distribuição geográfica

A generalidade dos edifícios também apresenta uniformidade quanto ao tipo de revestimento exterior, sendo predominante o reboco com pintura. Uma pequena minoria dos edifícios apresenta outros tipos de revestimento, tais como azulejos ou madeira.

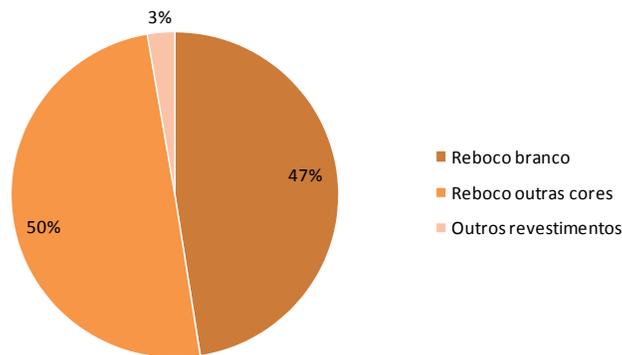


Figura 66 – Análise do Edificado em Alcabideche: Cores e Tipos de Revestimentos.
Fonte: Fichas de Caracterização GEOTPU

Na área do presente PP verifica-se alguma diversidade ao nível das cores do revestimento. Os edifícios com revestimento de reboco pintado a branco são dominantes (47%). De entre os edifícios com reboco de outras cores (50%), salienta-se também o reboco de cor amarela e de cor creme.

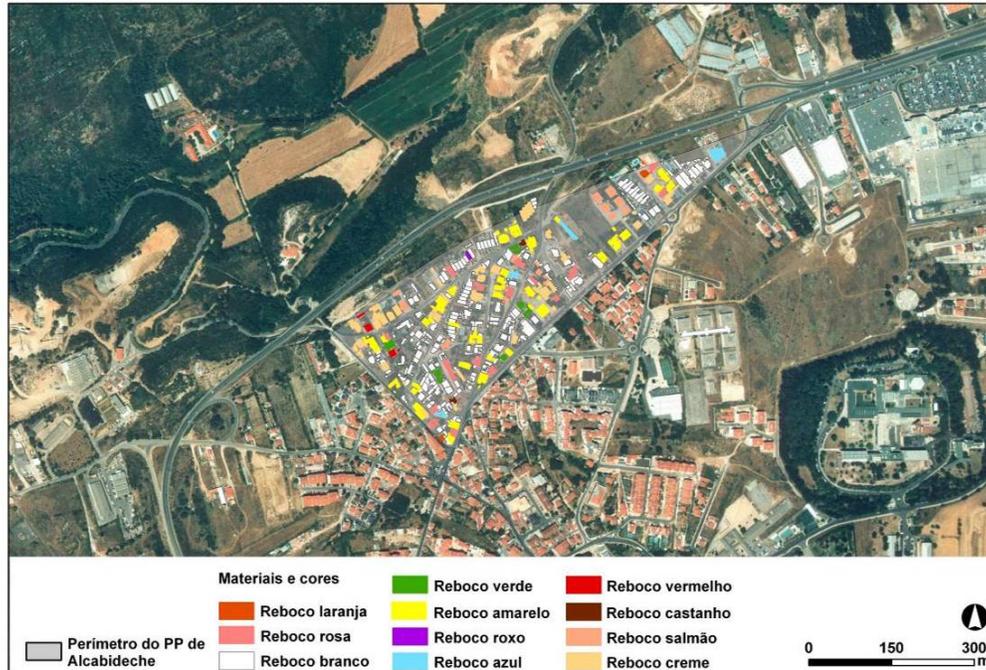


Figura 67 – Análise dos materiais e cores do edificado em Alcabideche: Distribuição geográfica

O modelo do edifício tipo na área do PP de Alcabideche pode ser caracterizado como um edifício de habitação, normalmente de dois pisos, com a tipologia moradia unifamiliar, e em bom estado de conservação. Possui estrutura resistente de betão, cobertura de telha, revestimento a reboco pintado de branco e vãos em caixilharia de madeira, na cor natural ou de alumínio pintado a branco.

Apesar da relativa homogeneidade em termos das características gerais do edificado, não existe uma coerência arquitectónica clara, observando-se uma quantidade considerável de edifícios de volumes desproporcionados, bem como cores e detalhes construtivos desadequados face às características da arquitectura popular da zona.



Figura 68 – Aspectos do edificado na área do PP de Alcabideche.
Fonte: CMC/GEOTPU.

Nos núcleos históricos e nas áreas envolventes, registam-se ainda diversos exemplares de arquitectura popular rural. Estes, embora preservando a sua estrutura original, foram no entanto sujeitos a um processo de descaracterização nas últimas décadas, e a sucessivas intervenções, de ampliação, alteração de cobertura, vãos e caixilharias. Nos edifícios de arquitectura popular que não foram objecto de intervenção verifica-se, geralmente, um mau estado de conservação.

Não obstante, uma parte significativa dos elementos de arquitectura popular rural existentes conserva ainda um interesse patrimonial relevante, contribuindo de forma positiva para a identidade do local. O centro da povoação apresenta um carácter cívico e religioso, onde se pode encontrar um largo, e a Igreja de S. Vicente. Os elementos que se seguem são referenciais em todos os aglomerados inseridos no PNSC.

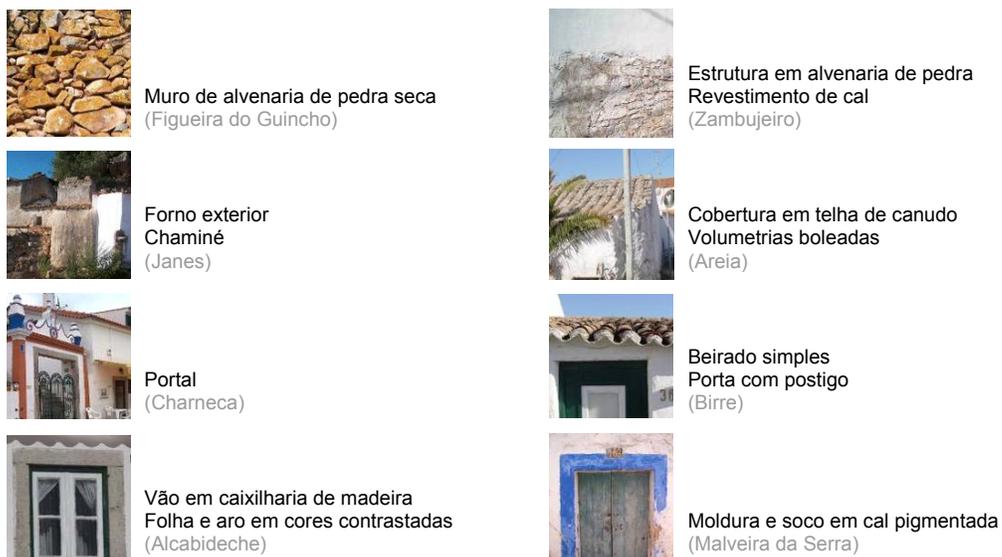


Figura 69 – Síntese de elementos singulares e construtivos dos edifícios de arquitectura popular.

Fonte: CMC/GEOTPU.

A área do presente PP encontra-se algo descaracterizada, devido essencialmente à sucessivas alterações que foram sendo feitas nos edifícios existentes, e também a algumas construções recentes, com características dissonantes. Nas ruas mais antigas é ainda possível encontrar edifícios de arquitectura popular, com valor patrimonial, sendo, no entanto, de referir que muitos destes edifícios se encontram degradados, por nunca terem sido submetidos a obras de reabilitação. De referir ainda a ocupação de alguns espaços públicos com estacionamento desregrado, bem como algumas áreas expectante, potencialmente descaracterizáveis.



Figura 70 – Elementos dissonantes na área do Plano de Pormenor.

Fonte: CMC/GEOTPU.

7.3. Espaço público

A evolução do espaço público determina, hoje em dia, a ocorrência de uma multiplicidade de tipologias, reflectindo a herança de diferentes correntes urbanísticas e a variedade de usos e actividades susceptíveis de acontecer no espaço aberto do tecido urbano. O espaço público detém, desde as primeiras aglomerações, um importante papel no tecido urbano, influenciando a qualidade de vida das populações. De entre as funções do espaço público salientam-se as funções de circulação motorizada e pedonal, de local de encontro, convívio e lazer, de enquadramento paisagístico e de valorização ambiental.

Sublinha-se que a rede de espaços públicos deve desempenhar um eficaz papel ecológico e funcionar como suporte de usos sociais, no sentido de contribuir para a qualidade tecido urbano em que se insere. Deverá, ainda, apresentar um carácter de polivalência, permitindo flexibilidade de uso e o estabelecimento de continuidade física e funcional no tecido urbano. A função de conexão do tecido edificado determina a contemplação dos espaços públicos em sede de planeamento municipal. A qualidade do espaço público deverá, conseqüentemente, encontrar a sua génese ao nível do planeamento do território, dependendo directamente de políticas municipais e de interesses privados. Assim, o planeamento e o desenho urbano são cruciais para a concretização de uma rede de espaços públicos de qualidade e adequados à realidade urbana.

A qualidade de um espaço público deriva, fundamentalmente, da análise de quatro factores: Actividades e usos – proporcionando diferentes oportunidades de utilização; Conforto e imagem – garantindo a sua qualidade visual, limpeza, segurança e a adequação do equipamento às funções do local; Acesso – garantindo uma boa articulação com a envolvente e facilidade de acesso; e Sociabilidade – desempenhando um papel activo no encontro e convivência entre a população. A todos estes factores está ligado o conforto ambiental resultante do clima e o controlo das condições climatéricas tanto ao nível do calor, humidade e poluição atmosférica.

No âmbito da elaboração do PP de Alcabideche, foram desenvolvidos levantamentos in situ do Espaço Público. As “Fichas de Caracterização de Espaço Público Viário” e “Fichas de Caracterização de Espaço Público” podem ser consultadas no Anexo II do presente relatório. Estes levantamentos tiveram por objectivo a caracterização da rede de espaços públicos existentes nos núcleos em análise, possibilitando o entendimento da interacção das componentes funcional, estética e ambiental do espaço e, assim, compreender o seu estado actual, com o intuito de vir a contribuir para o delinear estratégias de acção.

No âmbito deste estudo, entende-se por Espaço Público, toda a área não edificada, de livre acesso e utilização colectiva de circulação, encontro, recreio, lazer e estadia, afecta ao domínio público municipal nomeadamente caminhos, ruas, passeios, largos, praças e jardins. Os espaços integrados nesta categoria, pela sua natureza, contribuem, ou podem contribuir, significativamente para a qualificação do ambiente urbano, equilíbrio biofísico e social dos núcleos urbanos.

Na área em análise, foram identificadas três tipologias de espaço público, tal como se pode verificar no quadro seguinte:

Tipologia	Caracterização
Rua Motorizada Principal	Rua colectora com forte implementação de tráfego automóvel que promove fácil articulação entre partes do núcleo e via principal de acesso.
Rua Motorizada Secundária	Vias de estruturação da malha urbana e de articulação das partes do núcleo.
Largo	Concentração de actividades não habitacionais, resultante do encontro de ruas ou do simples alargamento de rua principal.

Quadro 16 – Tipologias de Espaço Público em na área do PP de Alcabideche

O núcleo de Alcabideche pertencente ao PNSC (13,1ha), apresenta uma estrutura urbana consolidada, com apenas três lotes vazios. A área em análise não corresponde à totalidade da malha urbana, pelo que, quanto a funcionalidades, é necessário atender à envolvente.

Assim, embora não exista nenhum largo ou zona com actividade comercial nos limites em análise, tipologia relevante para a dinamização da vivência de um aglomerado urbano, este tipo de espaço existe nas imediações. No entanto, nem na área em análise na envolvente próxima se identificaram jardins ou outro tipo de espaço público destinado a actividades de recreio, estadia ou lazer.

Os espaços identificados referem-se todos a circulação e apresentam, de um modo geral, passeios, embora com insuficiente largura para garantir uma mobilidade pedonal com condições de segurança e comodidade. Assiste-se a graves carências de estacionamento, ocorrendo este frequentemente ao longo das vias e a obstruir as zonas de circulação pedonal. Os pavimentos, na generalidade, assim como o mobiliário/equipamento encontram-se em bom estado de conservação. A iluminação é suficiente e, fundamentalmente, nos postes de distribuição aérea de electricidade e em postes de 7 metros.

A área em análise encontra-se circundada por zonas edificadas e por uma via de elevado tráfego, pelo que o território envolvente não apresenta valor florístico nem paisagístico.

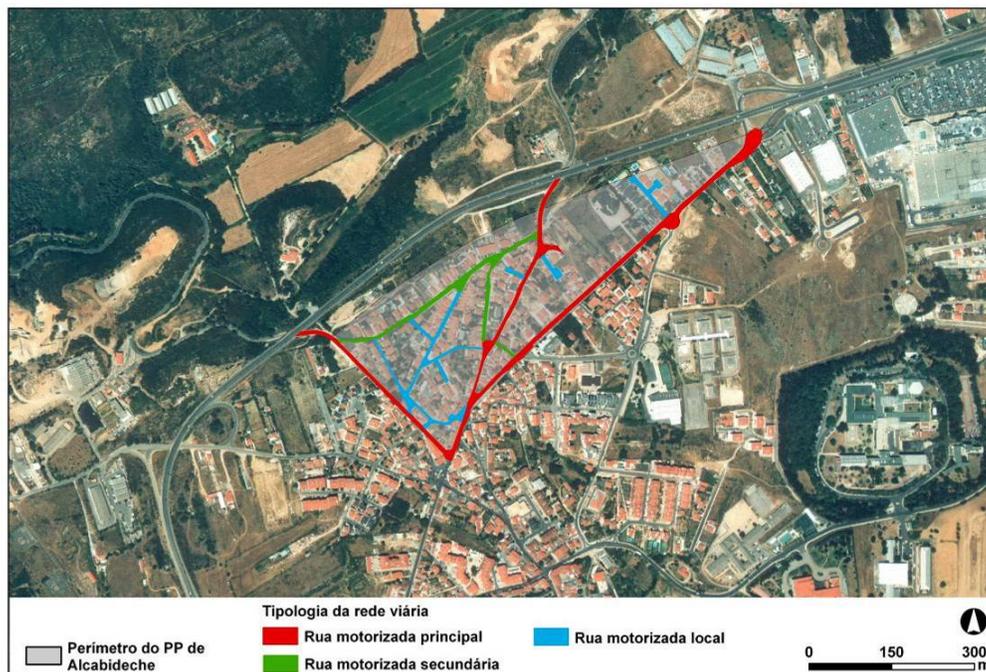


Figura 71 – Análise da rede de Espaços Públicos em Alcabideche: Tipologias

Uma breve avaliação dos aspectos considerados mais relevantes para a caracterização do Espaço Público, na área de PP, é apresentada de seguida:

Quanto à mobilidade pedonal, a localidade de Charneca apresenta deficientes condições, nomeadamente no que respeita a segurança e conforto de circulação. Relativamente a aspectos que restringem a mobilidade e circulação pedonal, a cidadãos com e sem mobilidade reduzida, identificaram-se diferentes situações, listadas em seguida de acordo com frequência decrescente de ocorrência:

- Ausência total de passeio (ao longo de toda a extensão e de ambos os lados da via);
- Ausência parcial de passeio (em troços de extensão variável e/ou num dos lados da via);
- Largura insuficiente de passeio (inferior a 1.2m – distância mínima para a passagem de duas pessoas lado a lado);
- Obstrução do passeio (com estacionamento e/ou com equipamento urbano, nomeadamente caixotes de lixo);
- Não rebaixamento de lancis nas passadeiras de peões e inexistência de passadeiras em locais de elevado tráfego;
- Escadas.

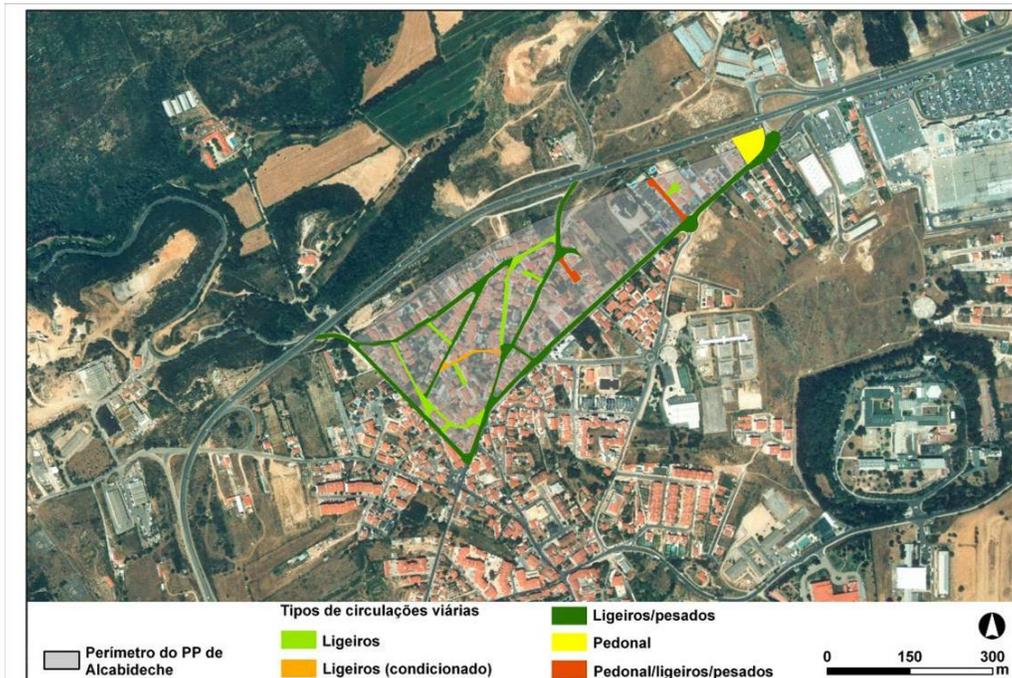


Figura 72 – Análise da rede de Espaços Públicos em Alcabideche: Tipos de circulação

Quanto ao mobiliário e equipamento urbano⁹, os espaços públicos identificados apresentam, de um modo geral, reduzida instalação de mobiliário urbano de apoio a actividades de recreio, lazer e estadia. Destaca-se ainda a inexistência de papelarias ao longo da quase totalidade dos espaços identificados. De entre os elementos mais comuns, identificaram-se as placas de toponímia, maioritariamente em azulejo e apresentando bom estado de conservação.

⁹ No âmbito da presente caracterização de espaços públicos, entende-se por:

Mobiliário Urbano – todas as peças instaladas ou apoiadas no espaço público capazes de contribuir para o conforto e eficácia da utilização do espaço público, por apoiarem ou permitirem um uso ou serviço, nomeadamente quiosques, esplanadas, cabines telefónicas, floreiras, bancos, papelarias e abrigos de transportes públicos;

Equipamento Urbano – conjunto de elementos instalados no espaço público com função específica de assegurar a gestão das estruturas e sistemas urbanos, nomeadamente caixotes do lixo e ecopontos.

Relativamente aos equipamentos, assiste-se a uma distribuição irregular de caixotes do lixo, com implicações ao nível da distância a percorrer pelos residentes para o depósito de resíduos domésticos, e a uma diminuta presença de ecopontos. A reduzida presença e diversidade de elementos de mobiliário e equipamento demonstra a inexistência de um planeamento prévio e desenho de espaços exteriores, contribuindo para uma fraca imagem dos núcleos no que se refere à sua qualificação em termos estéticos e também de vivência do espaço público.

Ao nível de espaços verdes – mesmo na sua tipologia mais simples, árvores de arruamento, assim como de espaços livres abertos de estadia, recreio e/ou lazer –, o Espaço Público de Alcabideche apresenta grandes carências. Este facto encontra justificação ao nível do enquadramento socio-económico da ocupação do núcleo. Antigamente as habitações tinham amplos espaços abertos associados, sendo as actividades de encontro e socialização efectuadas no café/largo/adro de igreja. Embora na quase totalidade das situações analisadas o espaço público não apresente material vegetal, o núcleo usufrui ainda das vantagens da presença da vegetação em propriedade privada e da paisagem natural do PNSC envolvente.

A vegetação no tecido urbano apresenta diversas vantagens, nomeadamente: a fixação de poeiras e materiais residuais; a reciclagem de gases através da fotossíntese; a amenização da temperatura (calor) por filtragem da radiação solar e conservação da humidade relativa (evaporação e evapotranspiração); redução da velocidade do vento; biodiversidade; redução de ruído; valorização visual do espaço urbano; e caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se num elemento de interacção entre actividades humanas e o meio ambiente.

Sendo a sua envolvente dominada por zonas naturais, os espaços públicos actuais apresentam reduzida, senão nula, influência quanto à qualificação ecológica/ambiental do aglomerado, por não apresentarem vegetação e serem totalmente impermeabilizados. O facto de os espaços públicos serem, regra geral, totalmente impermeáveis determina um maior volume de água que não é reintroduzido naturalmente no ciclo hidrológico, contribuindo para o efeito de ilha de calor. O regime pluviométrico da região, com elevados índices de precipitação, determina que se tenha maior atenção a este aspecto, designadamente no planeamento e no projecto de sistemas de drenagem de águas pluviais de modo a não ocorrerem situações de cheia e na proposição de elementos que conservem a água da chuva por períodos mais alargados.

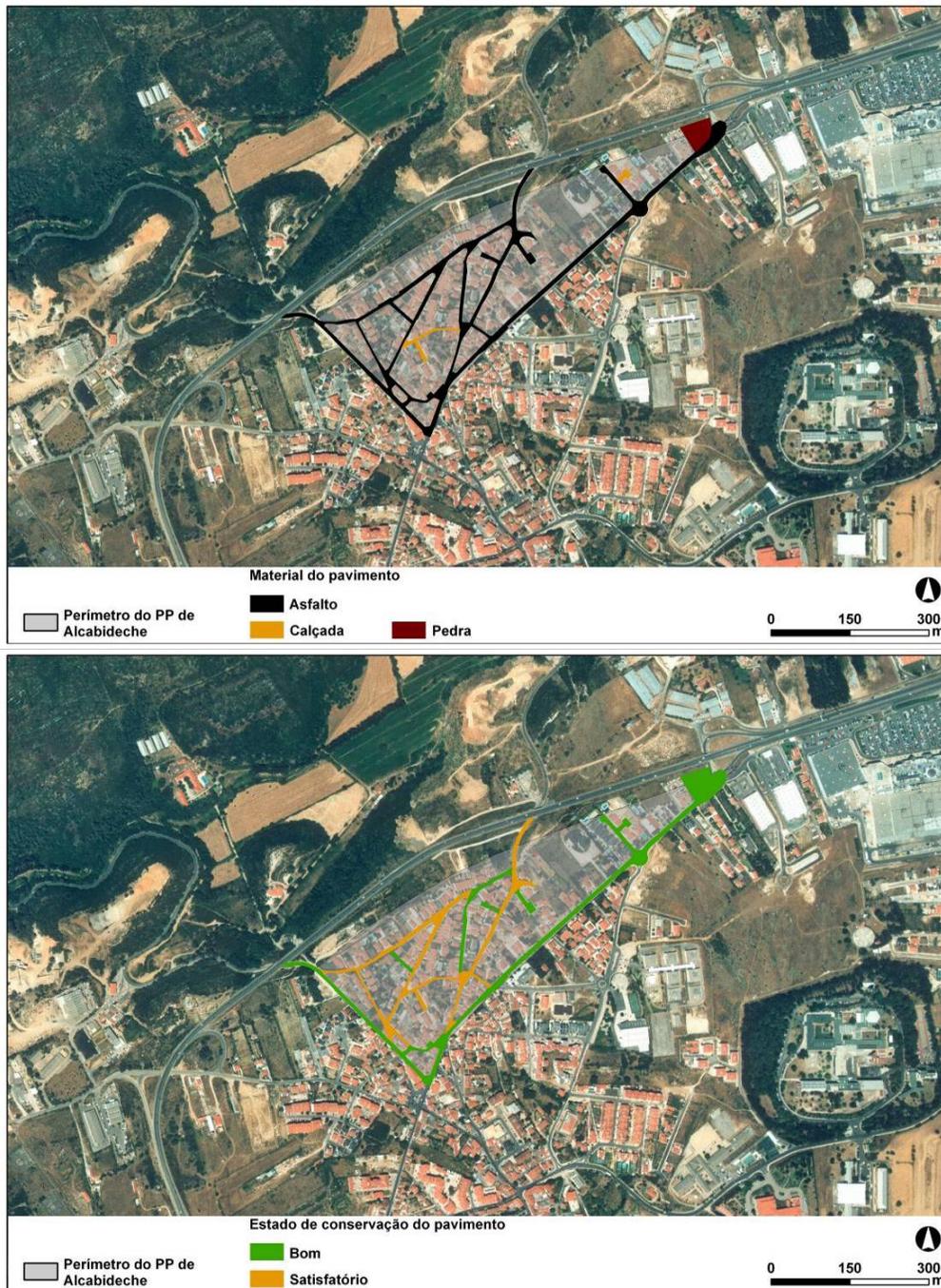


Figura 73 – Análise da rede de Espaços Públicos em Alcabideche: Material do pavimento e estado de conservação

A função estética associada aos espaços públicos refere-se a uma situação em que os elementos constituintes do espaço (pavimentos, vegetação, mobiliário, equipamentos) e suas características isoladas e/ou em conjunto (forma, cor, textura, porte, escala) determinam uma linguagem que pode, ou não, contribuir para a valorização estética do espaço público e, conseqüentemente, do núcleo e, simultaneamente, qualificar e promover a utilização dos espaços públicos. No entanto, assiste-se actualmente a total ausência de planeamento dos espaços públicos no que concerne a este factor. Os elementos de mobiliário e equipamento não são abundantes e quando existem não se encontram adaptados, coerentes e/ou articulados com a localização e/ou função do espaço.

8. Equipamentos colectivos

Neste capítulo será desenvolvida uma caracterização sumária dos equipamentos existentes, tendo como base a informação fornecida pela Câmara Municipal, em relação aos equipamentos existentes, bem como relativamente aos equipamentos programados. Foram considerados os equipamentos inseridos no PNSC, incluindo os localizados numa faixa de 500m, fora do perímetro do Parque.

É apresentada neste relatório uma listagem dos equipamentos públicos e privados existentes. No entanto, para a programação e avaliação de carências, serão apenas considerados os equipamentos públicos, uma vez que serão estes a suprir as necessidades de toda a população.

8.1. Equipamentos na área do Plano de Pormenor

Dentro da área do presente Plano de Pormenor, não existem quaisquer equipamentos.

8.2. Equipamentos com influência na área do Plano de Pormenor

Foram detectados equipamentos que, embora fora da área do presente PP, têm área de influência no núcleo urbano de Alcabideche.

Para a sua determinação foram aplicados raios de influência de acordo com as diferentes tipologias de equipamentos, respeitando as irradiações definidas nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos (DGOTDU), tendo sido considerados os seguintes equipamentos:

Estabelecimento	Classe de equipamento	Tipologia					Irradiação
			Público	Privado	IPSS	Igreja	
EB do 1º ciclo c/ JI nº2 de Alcabideche	Educação	EB1, JI	X				750m (JI) 1000m (EB1)
ES c/ 3º ciclo Ibn Mucana	Educação	ES	X				2000m
EB 2,3 de Alcabideche	Educação	EB23	X				1500m
Pólo Universitário Proposto	Educação - Proposto	Superior		X			Regional / Nacional
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cascais	Solidariedade e Seg. Social	Lar para Crianças e Jovens					Distrito ou Município
Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodpendência	Solidariedade e Seg. Social	Fundação	X				Regional / Nacional

Estabelecimento	Classe de equipamento	Tipologia	Público	Privado	IPSS	Igreja	Irradiação
AMI - Assistência Médica Internacional	Solidariedade e Seg. Social	ONG	X				Regional / Nacional
Associação Juvenil Clube das Gaivotas da Torre	Solidariedade e Seg. Social	Centro de Actividades Ocupacionais		X			Distrito ou Município
Civitas	Solidariedade e Seg. Social	ONG	X				Regional
Conferência Vicentina de Santa Iria e São Mamede de Murches	Solidariedade e Seg. Social	Centro Comunitário			X		Freguesia
Associação de Idosos de Stª Iria	Solidariedade e Seg. Social	Centro de Convívio		X			Freguesia
AISA - Associação de Apoio Social Nossa Senhora da Assunção	Solidariedade e Seg. Social	Centro Comunitário		X			Freguesia
Centro de Apoio Social do Pisão / Comunidade Terapêutica "Casa da Barragem"	Solidariedade e Seg. Social	Centro Comunitário		X			Freguesia
Conferência Vicentina do Mártir de São Vicente de Alcabideche	Solidariedade e Seg. Social	Centro Comunitário					Freguesia
Centro Social e Paroquial São Vicente de Alcabideche	Solidariedade e Seg. Social	Centro Comunitário					Freguesia
Associação Bem Estar Social Juventude e 3ª Idade de Alcabideche	Solidariedade e Seg. Social	Centro de Convívio		X			Freguesia
Centro de Reabilitação Profissional / Instituto de Emprego e Formação Profissional	Solidariedade e Seg. Social	Centro de Reabilitação Profissional	X				Município
Centro de Convívio de Alcoitão	Solidariedade e Seg. Social	Centro de Convívio		X			Freguesia
ANEA - Associação Nacional de Espondilite Anquilosante	Solidariedade e Seg. Social	Centro de Apoio		X			Regional / Nacional
Associação Jerónimo Usera	Solidariedade e Seg. Social	Centro Paroquial	X				Freguesia
Associação Juvenil da Linha de Cascais "Rota Jovem"	Solidariedade e Seg. Social	Centro de Convívio		X			Município
Lar das Fisgas de Alcoitão	Solidariedade e Seg. Social	Lar de Idosos		X			Município
Centro Paroquial S. Vicente - extensão de Alvide	Solidariedade e Seg. Social	Centro Paroquial	X				Freguesia
Centro Paroquial S. Vicente - extensão de S. Vicente	Solidariedade e Seg. Social	Centro Paroquial	X				Freguesia
ATL - Animação de Rua	Solidariedade e Seg. Social	Centro de ATL		X			Freguesia
Futuro Centro de Desintoxicação	Solidariedade e Seg. Social - Proposto	Centro de Desintoxicação					Município
Extensão do Centro de Saúde de Alcabideche	Saúde	Extensão do Centro de Saúde	X				Freguesia
Centro de Saúde de Cascais	Saúde	Centro de Saúde	X				Município
Centro Oncológico	Saúde	Hospital Central		X			Região
Hospital de Alcoitão	Saúde	Hospital Central		X			Região
Centro de Medicina e Reabilitação Profissional de Alcoitão	Saúde			X			Município
Associação Hípica Terapêutica	Saúde			X			Região
Hospital de Cascais	Saúde	Hospital Distrital Central	X				Distrito
Futuro Hospital de Cascais	Saúde - Proposto	Hospital Distrital Central	X				Distrito

Estabelecimento	Classe de equipamento	Tipologia					Irradiação
			Público	Privado	IPSS	Igreja	
Estabelecimento Prisional do Linhó	Segurança	Estabelecimento Prisional	X				Nacional
Polícia Municipal	Segurança	Unidade da Polícia Municipal	X				Municipal
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche	Segurança	Quartel de Bombeiros	X				Freguesia
Posto da GNR de Alcabideche	Segurança	Posto da GNR	X				Localidade
Futura Biblioteca - ATL	Cultura - Proposto	Biblioteca	X				Município
Clube Naval de Cascais	Desporto	Clube Naval		X			Município
Marina de Cascais	Desporto	Marina		X			Região
Hipódromo de Cascais	Desporto	Hipódromo		X			Município
Campo de Golf da Quinta da Marinha	Desporto	Campo de Golf		X			Região / Município
Campo de Golf dos Oitavos	Desporto	Campo de Golf		X			Região / Município
Picadeiro	Desporto	Picadeiro		X			Região / Município
Grupo União Desportiva de Alcabideche	Desporto	Pavilhão / Salas de Desporto	X				2000m
Golf da Penha Longa	Desporto	Campo de Golf		X			Região / Município
Autódromo Fernanda Pires da Silva	Desporto	Autódromo		X			Região / Município
Associação de Comissários de Desportos Motorizados	Desporto			X			Região / Município
Associação Recreativa Unidos da Penha Longa	Desporto	Salas de Desporto	X				2000m
Capela Murches	Religioso	Capela				X	
Cemitério de Alcabideche	Religioso	Cemitério				X	
Capela de Alcabideche	Religioso	Capela				X	
Igreja "O Nazareno"	Religioso	Igreja				X	
Igreja de Malveira da Serra	Religioso	Igreja				X	
Igreja do Pisão	Religioso	Igreja				X	

Quadro 17 – Equipamentos com influência na área do Plano de Pormenor

De entre os equipamentos com área de influência no presente PP, os que se encontram em maior número são os de Solidariedade e Segurança Social, no entanto, muitos destes equipamentos são privados. Na classe de Desporto, existem também numerosos equipamentos com área de influência sobre o Plano.

Estão previstos quatro equipamentos com influência na área de intervenção do presente Plano, abrangendo quatro classes de equipamento: Educação, Saúde, Solidariedade e Segurança Social e Cultura.

9. Mobilidade

9.1. Sistema e ligações viárias

A rede viária do Município de Cascais é constituída por infra-estruturas integradas na rede nacional e na rede municipal de estradas. A rede viária deste município, estando inserida na Área Metropolitana de Lisboa, é uma rede que apresenta, em termos globais, uma forte movimentação pendular diária e sazonal.

Fazem parte integrante da rede nacional complementar de estradas, neste município: os itinerários complementares IC 15 (auto-estrada Lisboa-Cascais, AE 5) e IC 16; as estradas nacionais EN 6, EN 6-7, EN 6-8, EN 9, EN 247, EN 249-4; e as estradas variantes à EN 249-4 e EN 6-7. A rede municipal de estradas é constituída pelas respectivas estradas municipais¹⁰, e ainda pelos caminhos municipais¹¹ e ainda por outras estradas ou lanços de estradas e caminhos ou lanços de caminhos não classificados.

A rede viária existente do Município de Cascais encontra-se classificada em quatro níveis hierárquicos, sendo o nível superior correspondente ao traçado da auto-estrada de Cascais AE5/IC15. A estrutura desta rede viária é maioritariamente constituída por vias de nível 2 e 3, apresentando uma distribuição mais densa na região Este do concelho e mais dispersa sobre a área litoral Oeste, área abrangida pelo PNSC.

¹⁰ EM 579, EM 579-2, EM 584, EM 585, EM 586, EM 586-1, EM 587, EM 588, EM 588-1, EM 588-2, EM 588-3, EM 589, EM 589-1, EM 590, EM 590-1, EM 592, EM 593, EM 594, EM 595, EM 596, EM 597, EM 597-1 e EM 597-2; e ainda as estradas nacionais EN 6-5, EN 9-1, EN 247-5, EN 247-6, EN 247-7 e EN 247-8, em processo de desclassificação.

¹¹ CM 1325, CM 1326, CM 1327, CM 1328, CM 1329, CM 1330, CM 1331, CM 1332, CM 1333, CM 1334, CM 1335, CM 1336, CM 1337, CM 1338, CM 1339, CM 1340, CM 1341, CM 1342, CM 1343 e CM 1344.

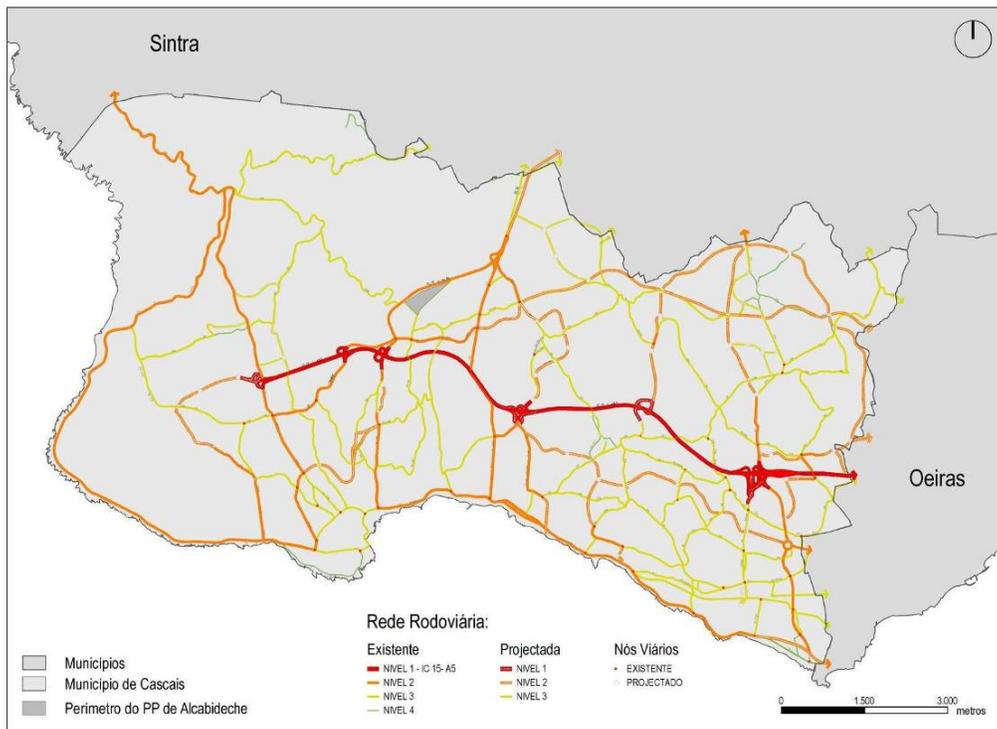


Figura 74 – Hierarquia da rede viária do município de Cascais

A área de Plano de Charneca é servida por infra-estruturas da rede viária de nível 2 e 3. A análise da rede viária envolvente à localidade de Alcabideche permite compreender as relações estabelecidas com os principais pólos de geração/atracção de deslocações, próximos e longínquos, face à qualidade das ligações actualmente existentes.

As acessibilidades à área do PP são apresentadas por ordem decrescente de importância:

- Acesso próximo à A5/IC15 – permitindo a ligação a Lisboa, e partir daqui a qualquer outro destino longínquo –, através da Av. de Alcabideche;
- Acesso ao pólo de maior desenvolvimento, a sul – Cascais, utilizando várias ruas locais que fazem a ligação à Av. de Alcabideche;
- Acesso ao pólo de maior desenvolvimento, a norte – Sintra, pela Estrada da Atrozela.

Para além destas ligações, existe ainda uma rede de estradas municipais que permitem as ligações a localidades mais próximas mas com menor poder gerador/attractor de tráfego.

9.2. Rede de transportes colectivos

A rede de transportes públicos na localidade de Alcabideche possibilita a ligação a diferentes centros urbanos, no entanto, serão apenas listadas as carreiras que servem a área do presente PP.

Esta rede de transportes colectivos públicos, serve a área de Alcabideche com sete carreiras de transporte rodoviário da Scotturb:

- Carreira 411 “Cascais Interface – Estoril Estação”: Cascais – Abuxarda - Alcabideche – Atrozela - Estoril;
- Carreira 417 “Cascais Interface – Portela Sintra”: Cascais – B.º Assunção – B.º Rosário – Cascais;
- Carreira 420 “Estoril Estação – Malveira da Serra”; Estoril – Bicesse – Manique - Cascaishopping – Alcabideche - Malveira da Serra;
- Carreira 428 “Cascais Interface – Cabreiro”: Cascais – Fontainhas – Alvide – Carrascal - Alcabideche – Cabreiro;
- Carreira 455 “Cascais Interface – Rio de Mouro Interface”: Cascais – Abuxarda - Alcabideche – Cascaishopping – Albarraque – Mem Martins - Rio de Mouro;
- Carreira 456 “Algueirão – Estoril Estação”: Algueirão Velho - Rio de Mouro - Mem Martins – Cascaishopping – Alcabideche – Amoreira - Estoril;
- Carreira 462 “Cascais Interface – Carcavelos Interface”: Cascais – Cobre – Alvide – Cascaishopping – Manique – Tires – S. Domingos de Rana – Carcavelos.

10. Infra-estruturas

10.1. Água

As redes de infra-estruturas de abastecimento de águas e de drenagem de águas residuais e pluviais constituem um elemento fundamental no desenvolvimento de uma região importando, numa primeira fase, conhecer e caracterizar as redes de infra-estruturas existentes.

Na área da Alcabideche as actuais necessidades de água são supridas a partir de captações próprias e a partir da EPAL. Prevê-se a necessidade de reforço de alimentação com a execução de novas adutoras de e para o reservatório existente, sistemas sobressores e a ampliação da capacidade de armazenamento.

Todas as ampliações referentes a reservatórios e estações sobressoras, estão localizadas nos recintos existentes. A execução destas obras está prevista para os períodos de 2008/2010 e 2015/2016.

As actuais necessidades de água são supridas a partir da conduta alta da EPAL e de captações no município, estimando o Plano Geral de Abastecimento de Água ao Concelho de Cascais que, em 2018, os dois sistemas referidos sejam responsáveis por, respectivamente, 87% e 13% do volume de água necessário.

O sistema de distribuição actual depende, essencialmente dos caudais provenientes do Rio da Mula (que normalmente fornece, em termos médios, mais de 1000 m³/d) e da bombagem via reservatório do Cobre.

A rede de distribuição existente garante uma cobertura próxima dos 100% e é fundamentalmente constituída por tubagem em PEAD e FC.

10.2. Saneamento

No núcleo urbano de Alcabideche existe a necessidade de reformulação e ampliação das redes existentes para montante. A execução destas obras está prevista para 2010.

10.3. Gás

A rede de infra-estruturas de distribuição de gás existente no Município de Cascais é assegurada pela rede da empresa LisboaGás, cobrindo uma elevada percentagem do território e das necessidades de consumo a nível municipal.

A rede de gás existente apresenta no entanto possibilidades de evolução, sobretudo nas áreas do interior do concelho, não abrangendo as localidades de Alcabideche, onde subsiste o recurso a sistemas individuais de abastecimento tradicional, nomeadamente botijas de butano para uso doméstico.

10.4. Energia

No município de Cascais, a rede de alimentação de energia eléctrica aos consumidores é predominantemente uma rede caracterizada pela coexistência de troços aéreos e subterrâneos.

A rede de transporte de energia de 60Kv, estabelecida nas áreas do interior do município com menor densidade de construção, é efectuada por linhas aéreas paralelas à estrada marginal, enquanto nas áreas mais urbanizadas, o transporte de energia estabelece-se com redes enterradas. A rede de 10Kv que alimenta os postos de transformação é predominantemente subterrânea, apenas com alguns troços aéreos na região norte de Cascais.

As características da localidade de Alcabideche, com uma consolidação urbanística emergente, ditam uma substituição progressiva das linhas aéreas ou cabos tipo torçada por cabos subterrâneos para as redes de alimentação de baixa tensão entre as subestações e os consumidores.

Considerando a emergência das áreas em questão e o aumento de mais de 35% do consumo de energia para consumidores domésticos na última década – somente controlado pelo novo quadro regulamentar de eficiência energética de edifícios – urge determinar um novo ritmo de adequação da rede de energia à urbanidade requerida.

Factores como a adequação técnica da rede, o sincronismo dos ritmos de crescimento com esforços de investimento por parte dos operadores eléctricos, a adaptação das redes tendo em conta as novas necessidades energéticas e o aumento da eficiência energética dos edifícios, terão de ser processados e sintetizados de forma a permitir estratégias óptimas de crescimento e adequação sustentada das redes eléctricas de energia.

10.5. Telecomunicações

No Município de Cascais, o aumento previsto de infra-estruturas de fibra óptica e tecnologias rádio, suportado por diversos operadores de telecomunicações que operam no mercado, possibilita uma diversidade de serviços e larguras de banda com permanência sustentada e a garantia de uma oferta de serviços variada, nas suas localidades.

Os actuais serviços telecomunicações são predominantemente suportados por infra-estruturas aéreas, não estando garantidas em diversas áreas infra-estruturas de cabo coaxial para serviços de CATV¹².

O regime regulamentar das ITED¹³ garante a adequação dos edifícios a diferentes tipos de chegadas de infra-estruturas vindas de diversos operadores, desde a criação de projecto, execução, certificação das instalações e manutenção das infra-estruturas de telecomunicações nos edifícios. Deste modo, a evolução das infra-estruturas de telecomunicações fixas suportadas por meios aéreos para meios subterrâneos, não é condicionada pelos edifícios mas sim pela evolução natural do mercado e as oportunidades de investimento dos diversos operadores.

As redes móveis que operam na área garantem uma qualidade de serviço que apresenta possibilidades de evolução. A comunicação prévia das evoluções dos Planos Directores Municipais, às áreas de planeamento e qualidade de rede das diversas operadoras móveis, poderá ditar um reforço de investimento sincronizado com as necessidades dos clientes. No que respeita à localização de infra-estruturas de antenas para o serviço móvel, deverão ser tomadas medidas preventivas com o objectivo de evitar eventuais riscos de exposição a campos electromagnéticos. Afastamentos de segurança relativamente a habitações e equipamentos públicos, bem como medidas para a sua localização e integração, condicionadas por aspectos estéticos e patrimoniais, de defesa da paisagem e do meio ambiente, deverão ser acautelados na projecção de futuras extensões de rede.

¹² Community Antenna Television

¹³ Regime de instalação de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios e respectiva ligação às redes públicas

11. Participação da população e actores locais

11.1. Inquéritos realizados à população

Foram realizados inquéritos à população presente no núcleo de Alcabideche, recorrendo ao processo de amostragem aleatória simples na escolha dos indivíduos, embora assegurando uma distribuição em termos etários.

11.1.1. Enquadramento

A amostra assim obtida é constituída por dezasseis indivíduos, distribuídos pela idade da seguinte forma: 25% com menos de 19 anos, 25% entre os 20 e os 35 anos, 25% entre os 36 e os 65 anos e 31,3% com mais de 65 anos.

A aplicação do inquérito por questionário teve por finalidade conhecer a realidade socio-urbanística da Área de Intervenção no que respeita aos seguintes aspectos:

- Caracterização da população inquirida
- Relações Sociais e Propriedade
- Local de trabalho/residência e deslocações
- Considerações sobre o local
- Ambiente e relacionamento com o PNSC

11.1.2. Caracterização da população inquirida

Nas habilitações literárias, metade dos inquiridos possuem o 3º ciclo do Ensino Básico, estando incluído neste grupo a totalidade dos mais jovens. Dos restantes, 25% têm o 2º ciclo, 18,8% o Ensino Superior e 6,3% o Ensino Secundário.

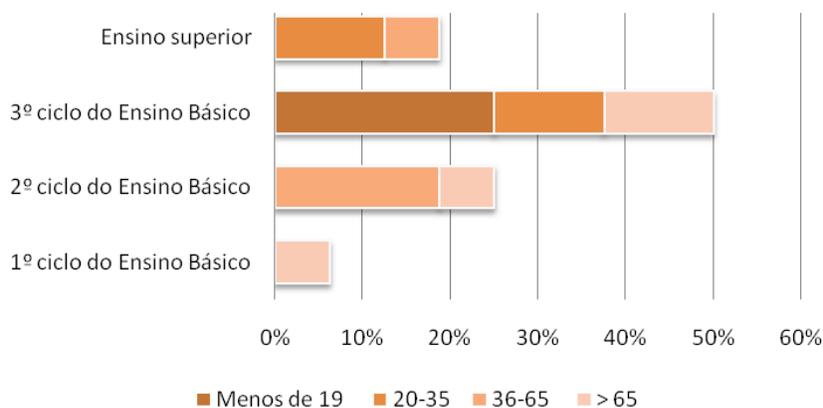


Figura 75 – Habilitações Literárias dos inquiridos

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

No universo abrangido pelo inquérito, cerca de 37,5% são trabalhadores por conta de outrem, sendo esta classe composta por indivíduos em idade activa (entre 20 e 65 anos).

Os estudantes, representados pelo grupo etário até aos 19 anos, detêm 25%, tanto quanto os reformados/pensionistas, constituídos pelos indivíduos com mais de 65 anos.

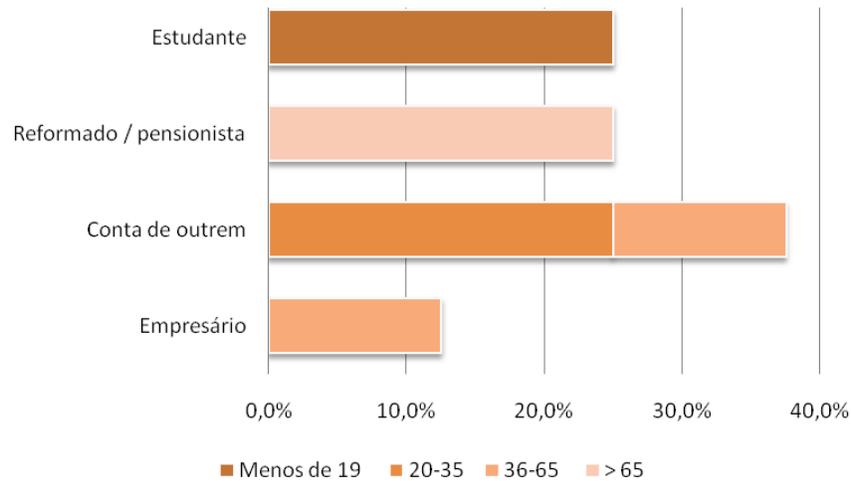


Figura 76 – Situação Laboral dos inquiridos

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

O tempo médio de residência mais frequente, entre os inquiridos, é há mais de 21 anos (43,8%). Nos restantes existe uma diversidade de opções, há menos de um ano e entre 6 a 10 anos encontram-se 18,8%, em cada, entre 2 a 5 anos 12% e entre 11 a 20 anos 6,3%. Considerando os inquéritos efectuados nos vários núcleos populacionais do concelho de Cascais integrados no PNSC, é em Alcabideche que se verifica um padrão mais heterogéneo e onde a residência há mais tempo é menos significativa.

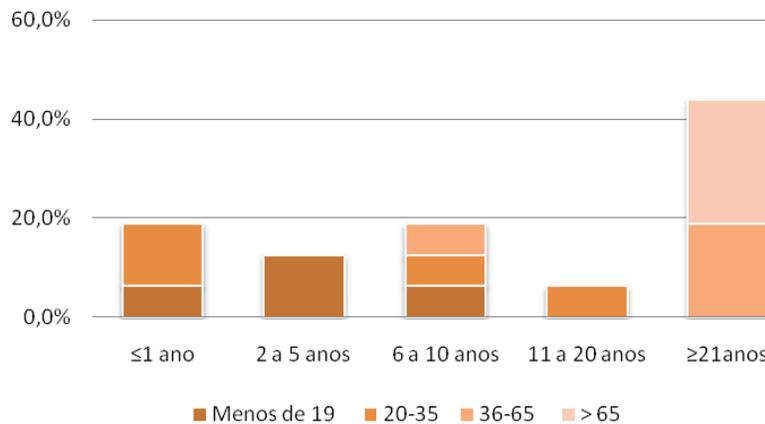


Figura 77 – Tempo de residência no local
Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

11.1.3. Relações sociais e propriedade

Maioritariamente existem boas relações sociais de vizinhança (87,5%), sendo residuais os que consideram que estas são normais ou más.

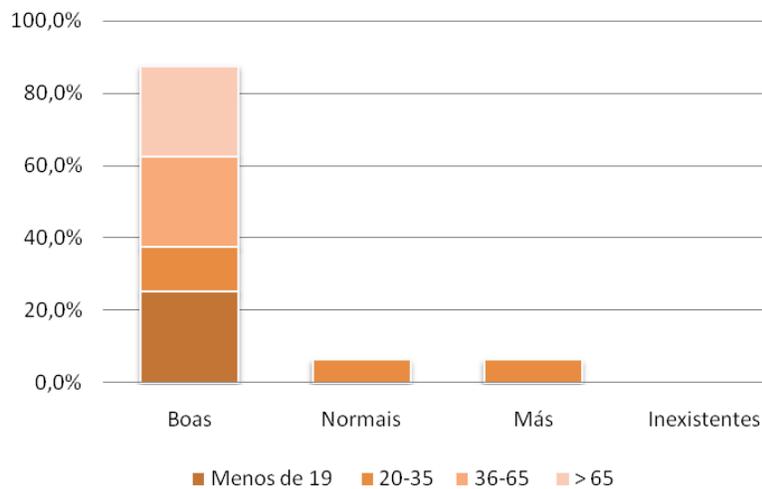


Figura 78 – Caracterização das Relações Sociais de Vizinhança
Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

No regime de propriedade sobressai o arrendamento (43,8%), seguindo-se a própria comprada (37,5%). O herdado representa neste núcleo apenas 12,5%.

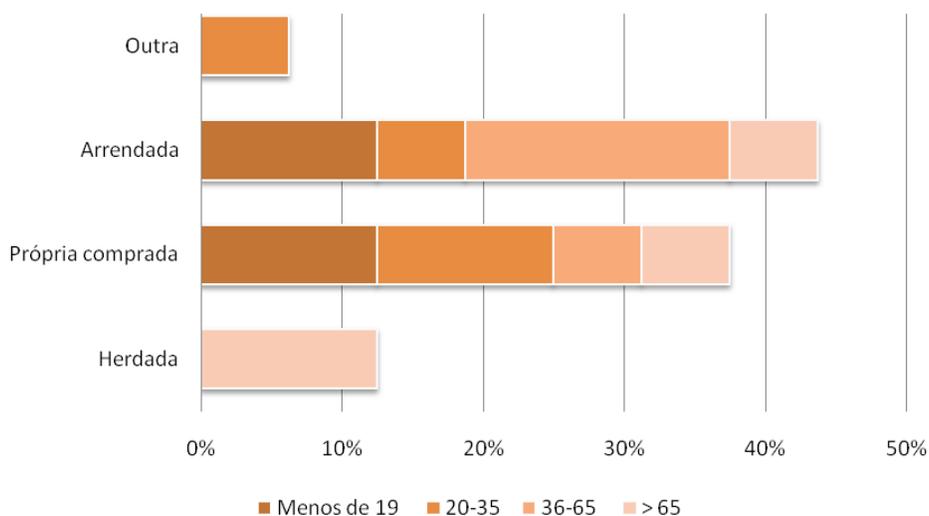


Figura 79 – Caracterização do Regime de Propriedade

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

A totalidade do universo de estudo possui habitação permanente em Alcabideche, o que confirma ser este um local com forte preponderância da 1ª residência.

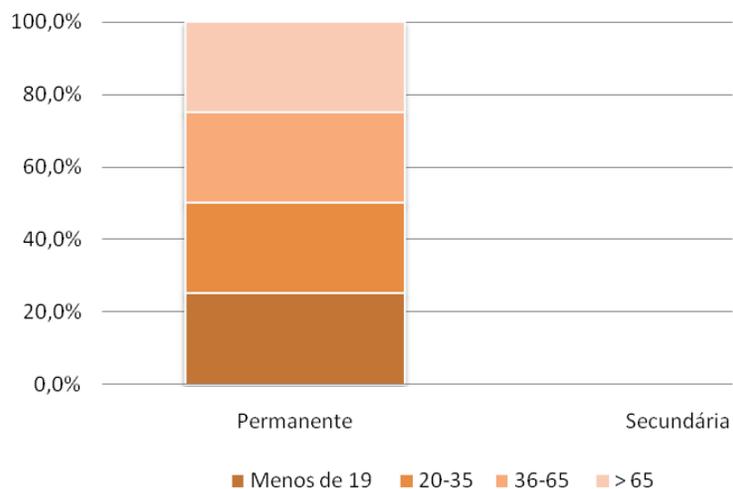


Figura 80 – Tipo de Ocupação da Propriedade

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Da população inquirida, 31,3% referiu possuir outra propriedade (25% urbana e 6,3% rural).

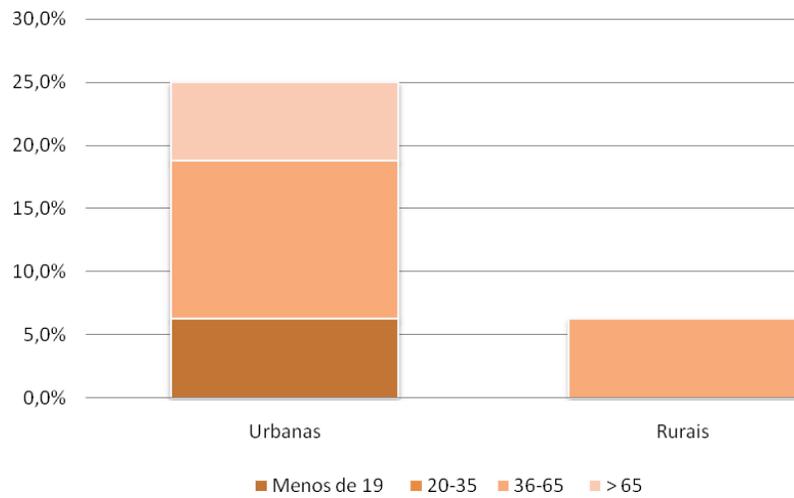


Figura 81 – Outras Propriedades

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Em quase todas as respostas não há intenção de mudança de residência o que é elucidativo da boa ligação da população a Alcabideche.

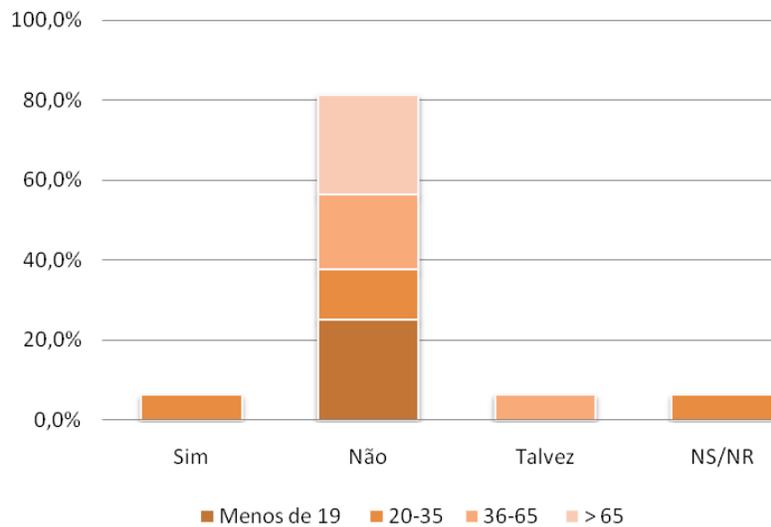


Figura 82 – Intenções de mudança de residência

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

11.1.4. Local de trabalho / residência e deslocações

A maior parte da população inquirida estuda ou trabalha no município de Cascais (84,3%), sendo de destacar que cerca de 42,1% exerce mesmo a sua actividade em Alcabideche. Este facto está directamente ligado com a grande actividade empresarial existente na zona, onde se destaca a presença do Cascaishopping.

A importância de Cascais como local de emprego/estudo pôde ser comprovada pelos dados estatísticos da análise sócio-económica, no entanto, a inexistência de qualquer pessoa a trabalhar/estudar em Lisboa no Universo de estudo, poderá estar relacionada com a ausência deste tipo de população aquando da realização dos inquéritos.

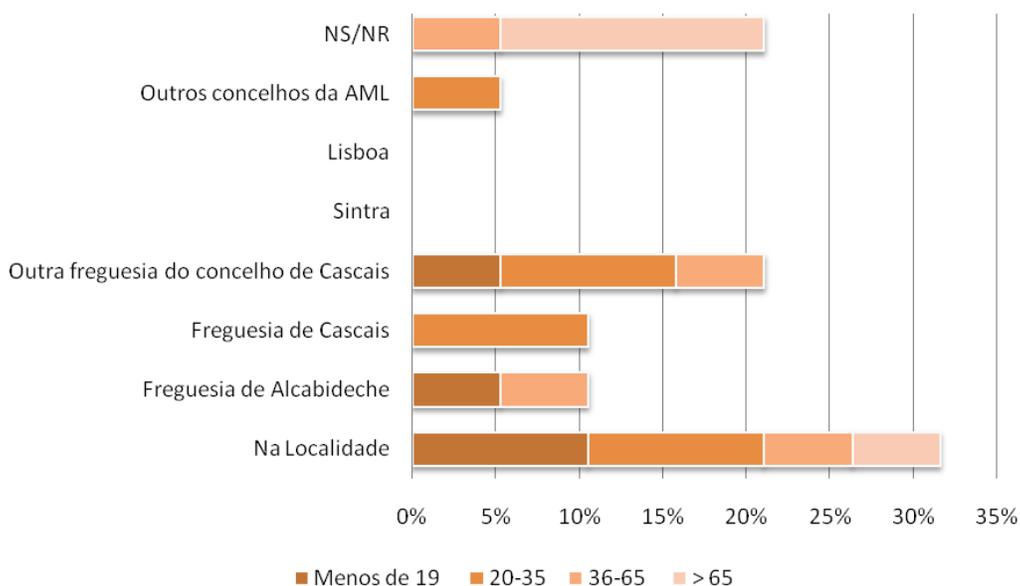


Figura 83 – Local de trabalho/estudo

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

A deslocação diária de maior distância é, em metade das situações, originada pelo trabalho, sendo realizado pela população em idade activa (20 a 65 anos). Segue-se o motivo estudo, em 25%, que contempla na íntegra o grupo etário até aos 19 anos, e as compras em 18,8%, efectuadas pela população mais idosa.

As “não respostas” provêm sobretudo da população mais idosa que não trabalha nem estuda, pelo que não respondem a esta questão.

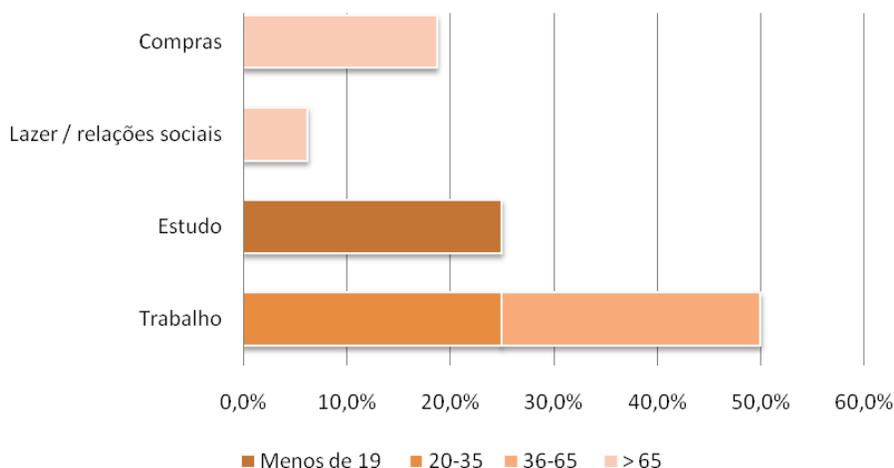


Figura 84 – Motivo de deslocação diária de maior distância

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

O meio de locomoção mais utilizado é a pé ou de bicicleta (59%), o que está relacionado com a proximidade do local de trabalho/estudo. Ao ser referenciado pelos diferentes grupos etários terá como motivo tanto o trabalho como o estudo ou as compras.

O automóvel ligeiro é referido por 31,3%, o transporte público colectivo por 12,5% e a motorizada/mota por 6,3%.

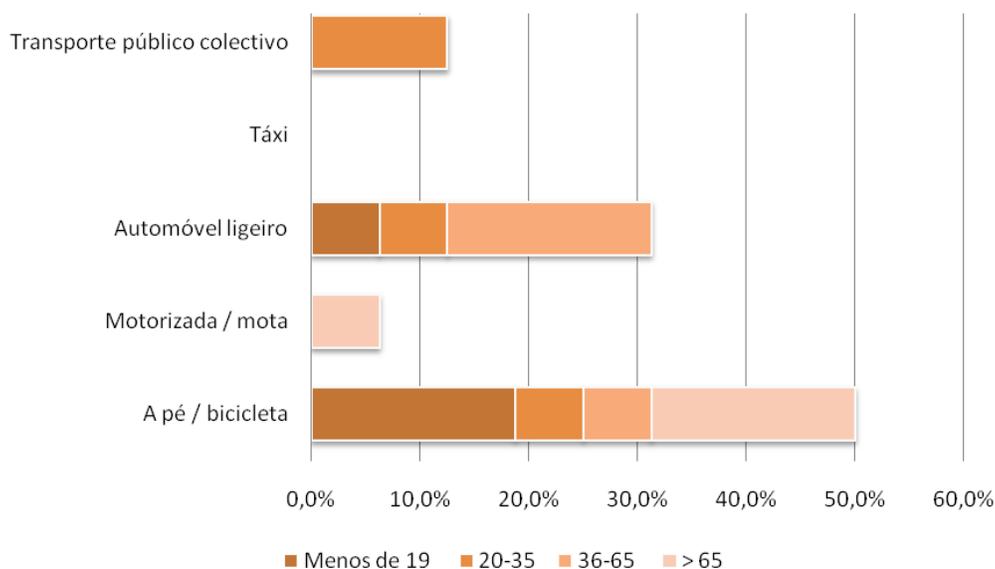


Figura 85 – Tipo de transporte utilizado na deslocação de maior distância

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

A escolha dos meios de transporte atrás referenciada é motivada, essencialmente, por “outros factores” (37,5%), estando estes relacionados sobretudo com a preponderância do transporte a pé/bicicleta. A estes segue-se a “comodidade e o “conforto” em 31,3%, e os motivos profissionais em 18,8%.

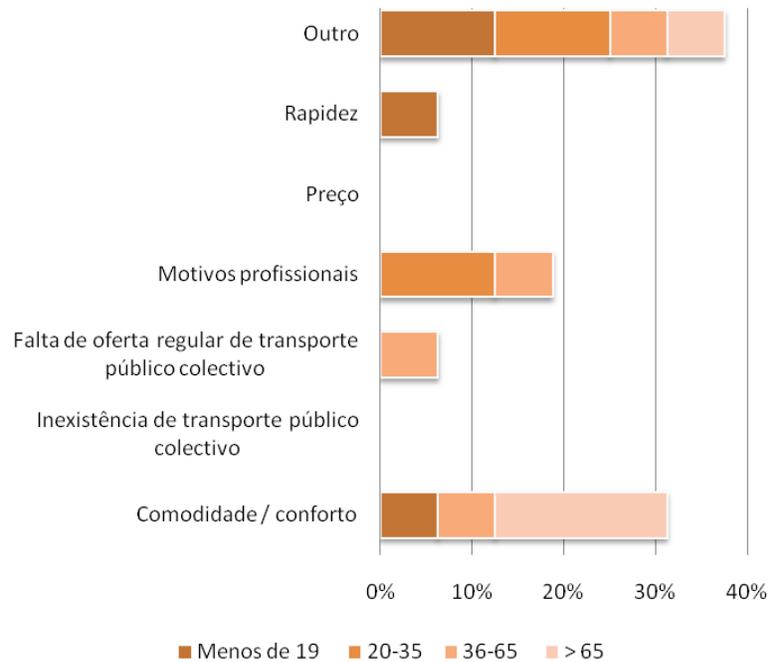


Figura 86 – Motivo para a escolha do meio de transporte (na deslocação de maior distância)
Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

A maior parte da população efectua deslocações curtas, o que está relacionado com a proximidade do local de estudo/residência. Em 94% dos casos as deslocações demoram até 30 minutos (31,3% em menos de 5 minutos; 43,8% entre 6 e 15 minutos, e 18,8% entre 16 e 30 minutos).

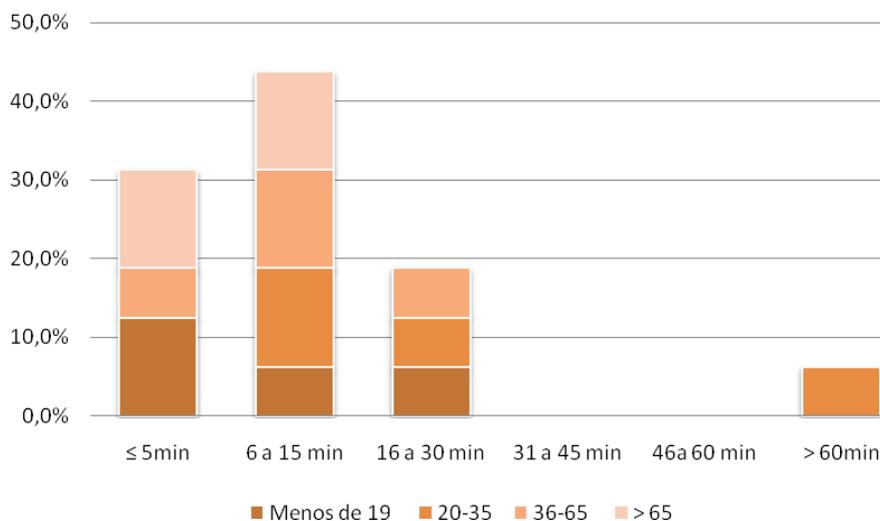


Figura 87 – Tempo médio de viagem
Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

11.1.5. Considerações sobre o local

Ao contrário do observado nos outros núcleos do PNSC, em Alcabideche uma quantidade significativa dos inquiridos considera que tem influência sobre a área onde reside (56,3%), o que poderá estar relacionado com o facto de se localizarem na sede da freguesia. Interessante também de verificar que este sentimento é sobretudo notório na população mais idosa, que respondeu na totalidade afirmativamente.

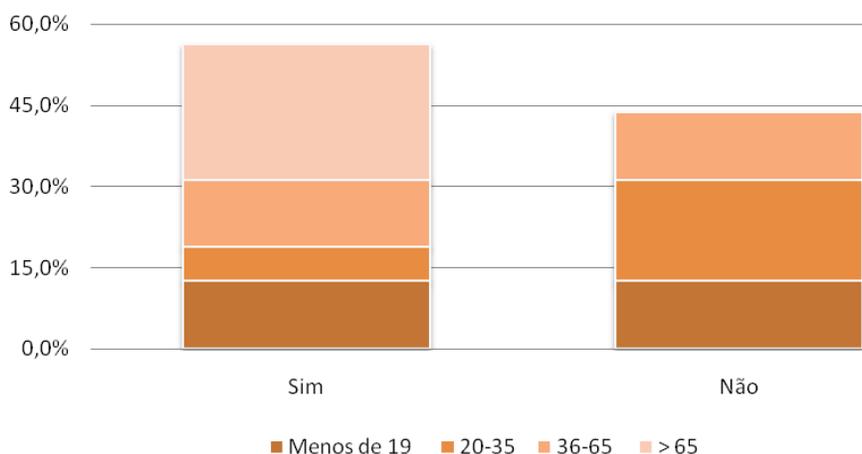


Figura 88 – Considera que tem influência sobre a área onde reside?
Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Quase todos os inquiridos consideram agradável viver nesta zona, evidenciando uma boa aceitação de Alcabideche enquanto local de residência.

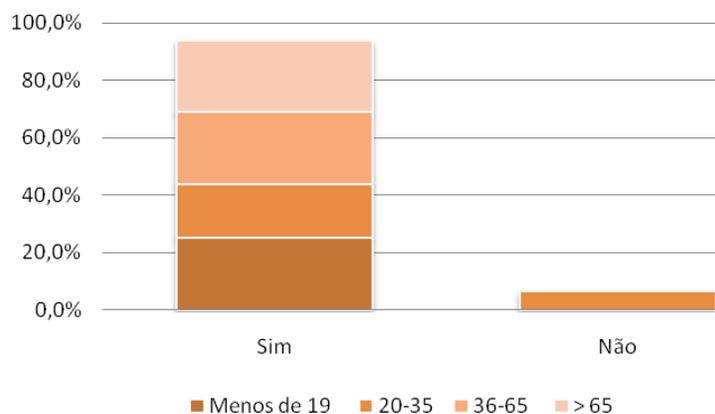


Figura 89 – Considera agradável para viver a área onde reside?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Nas razões invocadas para residir/trabalhar nesta área destaca-se o “emprego no local”, o que faz sobressair a importância da actividade económica para a fixação de população. As razões de ordem familiar também merecem algum destaque dado que a existência de habitação de família é referida por 25% dos inquiridos e as relações familiares por 12,5%. As restantes respostas repartem-se pela tranquilidade (18,8%) e a proximidade a Cascais e Sintra (12,5%).

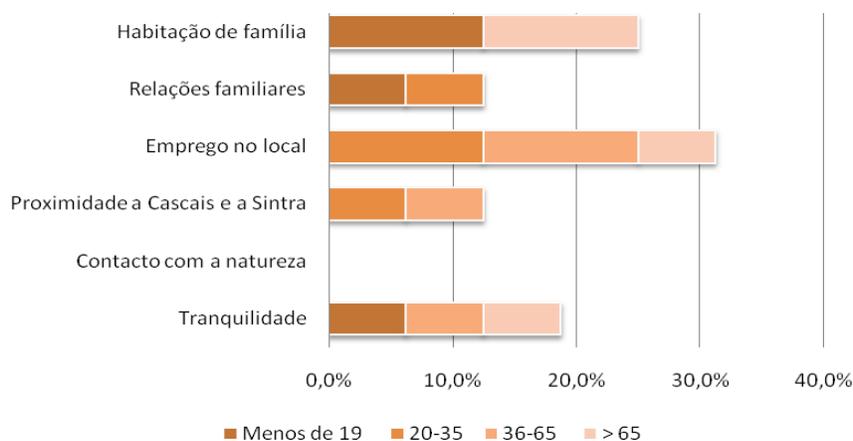


Figura 90 – Principal razão para residir/trabalhar nesta área

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Na avaliação sobre a evolução recente (últimos quatro anos) de Alcabideche, uma parte significativa considera que tem melhorado (43,8%). Dos restantes, 37,5% pensam que se mantém igual e apenas 12,5% dos inquiridos são críticos ao indicarem que tem piorado.

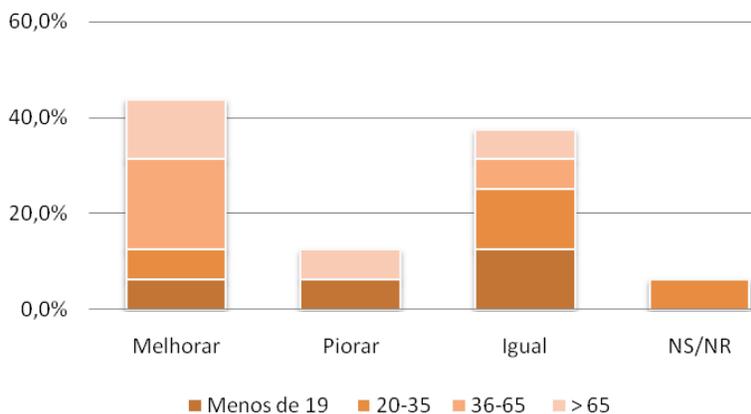


Figura 91 – Considera que nos últimos quatro anos a área onde reside tem vindo a...

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Existe ainda uma clara satisfação com os equipamentos e serviços públicos disponíveis (68,8% dos inquiridos), visível em todos os estratos etários mas de forma mais notória nos mais jovens¹⁴. Este grau de satisfação contraria as respostas noutros núcleos urbanos do PNSC, estando relacionada com o facto de Alcabideche ser sede de freguesia, o que propicia uma maior cobertura de equipamentos.

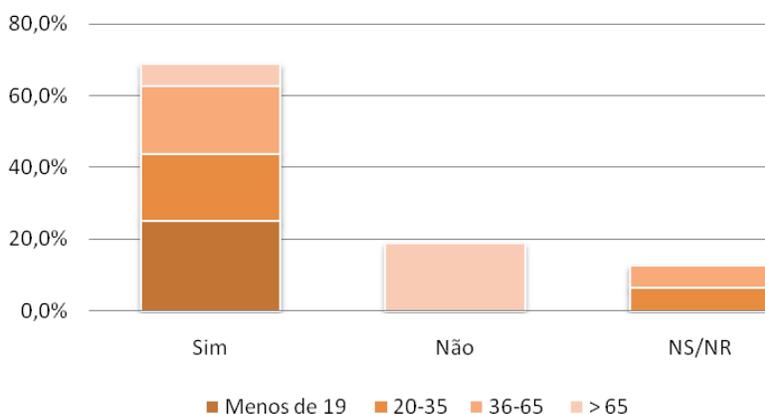


Figura 92 – Considera-se satisfeito com os equipamentos e serviços existentes?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Numa avaliação por tipo de serviço prestado, apenas o policiamento e a animação cultural apresentam índices de satisfação inferior a 50%, respectivamente com 37,5% e 43,8%.

¹⁴ A totalidade dos inquiridos com menos de 19 anos considera que os equipamentos e serviços públicos existentes são suficientes.

A recolha de lixo (87,5%) e a iluminação das ruas e praças (75%) são os que detêm mais agrado por parte da população. Nos restantes - animação desportiva, acesso à Internet, localização dos ecopontos e limpeza das ruas -, o nível de satisfação corresponde a 56,3% dos inquiridos.

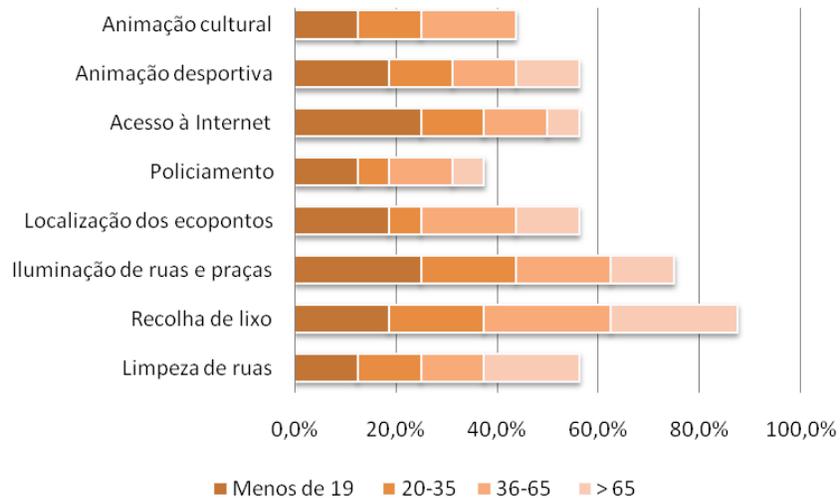


Figura 93 – Considera-se satisfeito com os com os serviços prestados a nível de?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Os equipamentos que a população sente mais necessidade são um parque de estacionamento público e um centro de interpretação ambiental, cada qual com 68,8% de respostas. No que respeita ao primeiro verifica-se facilmente essa carência, trata-se de uma zona onde existe uma intensa actividade comercial, nomeadamente de restauração, e onde escasseiam os lugares de estacionamento, em particular no centro. O segundo relaciona-se com a necessidade sentida pela população, de possuir um maior conhecimento da área de Parque Natural onde se integra.

A um nível secundário surgem um conjunto de equipamentos com 56,3% das respostas. São eles o pólo da Câmara Municipal, a galeria de exposições, o pólo da biblioteca e o centro de enfermagem.

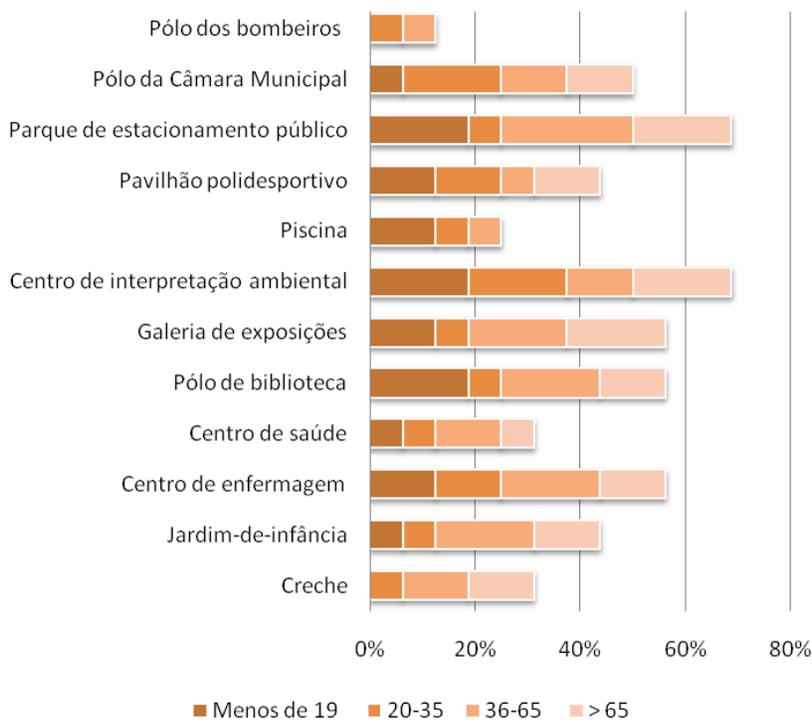


Figura 94 – Considera necessária a existência de algum dos seguintes equipamentos?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Quando questionados sobre o grau de importância, os equipamentos de saúde (centro de saúde e de enfermagem) são os mais referenciados, surgindo o parque de estacionamento em terceiro lugar das preferências.

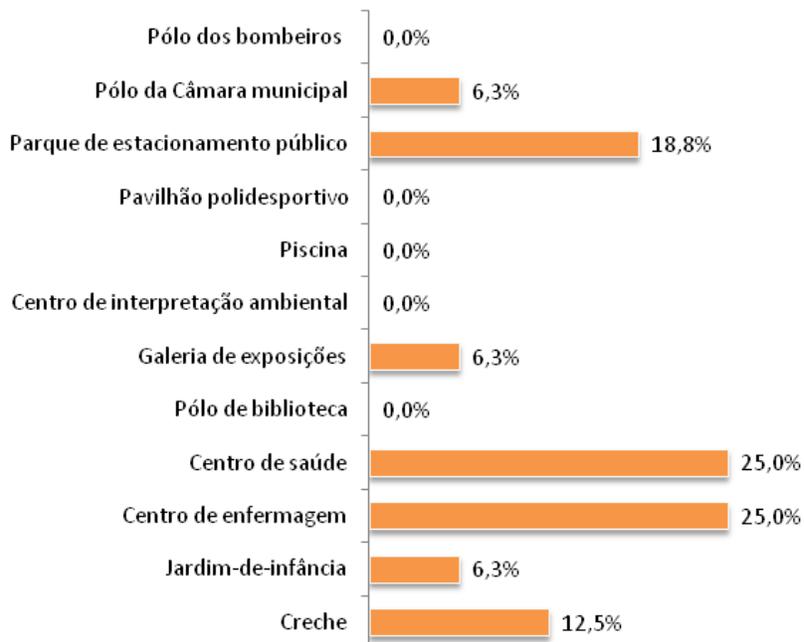


Figura 95 – Da lista anterior, quais os equipamentos que considera mais importantes?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

A resposta sobre o equipamento que considera mais urgente realizar vem reforçar a importância conferida aos equipamentos de saúde (centro de saúde e centro de enfermagem) e ao parque de estacionamento público.



Figura 96 – Qual o equipamento que considera mais urgente realizar?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Cerca de 56% dos indivíduos afirmaram que os espaços públicos não são suficientes. Apesar do desagrado ser maioritário, não é tão relevante como noutros núcleos do Parque Natural.

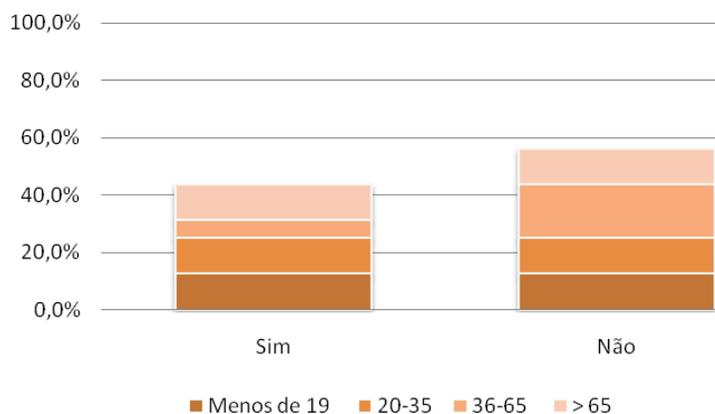


Figura 97 – Considera que a sua área tem espaços públicos suficientes (praças, jardins, etc.)?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Quando questionados sobre a situação face a um conjunto de problemas a nível ambiental, foi na degradação da paisagem que os inquiridos evidenciaram maior preocupação. Seguem-se, embora de forma menos significativa, os esgotos urbanos, o ruído, o lixo doméstico e os problemas ambientais em geral.

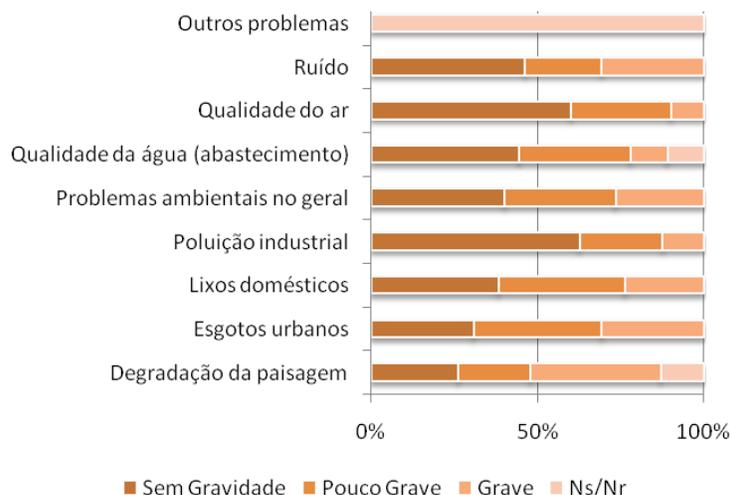


Figura 98 – Qual a situação que na sua localidade considera existir face aos seguintes problemas (a nível de ambiente)?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Nos problemas de nível sócio-económico, destacam-se o custo de vida, o desemprego e o trânsito e acessibilidades. Por outro lado as limitações impostas pelo Parque Natural Sintra Cascais são pouco significativas e a falta de planeamento e de ordenamento do território não é preocupação da população.

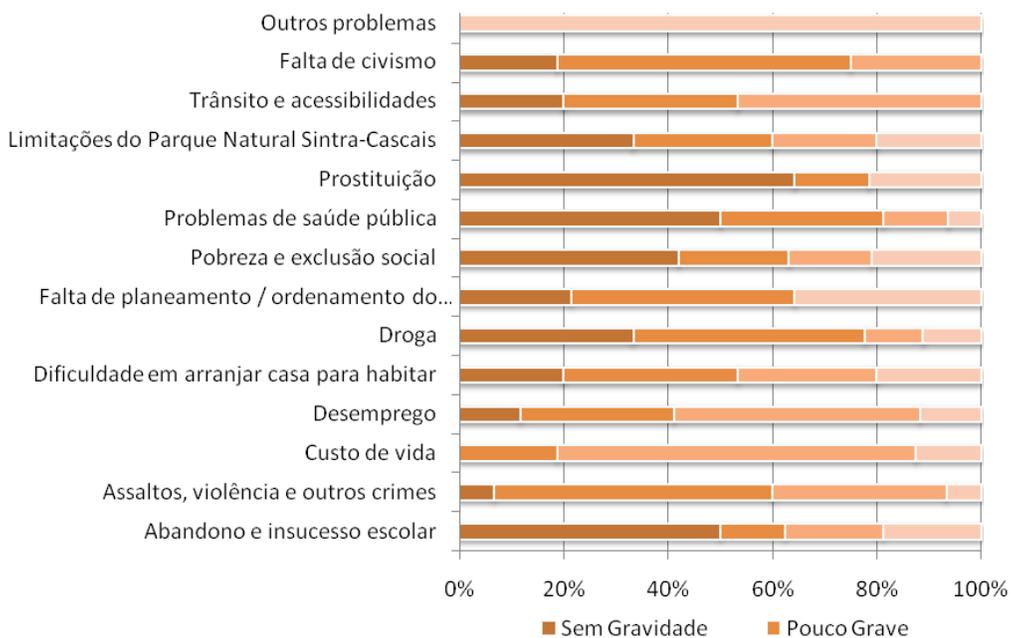


Figura 99 – Qual a situação que na sua localidade considera existir face aos seguintes problemas (a nível socio-económico)?

Na percepção sobre a evolução da qualidade de vida da população de Alcabideche apenas 12,5% dos inquiridos são críticos, ao indicar que tem piorado. Dos restantes, 50% consideram que se mantém igual e 31,3% que tem melhorado.

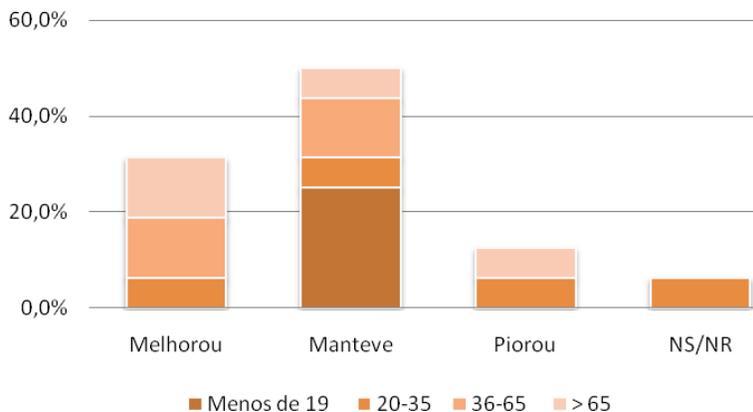


Figura 100 – Evolução da qualidade de vida da população

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

A maior parte da população gosta de viver em Alcabideche (75%), enquanto 25% consideram satisfatório e ninguém refere que é mau.

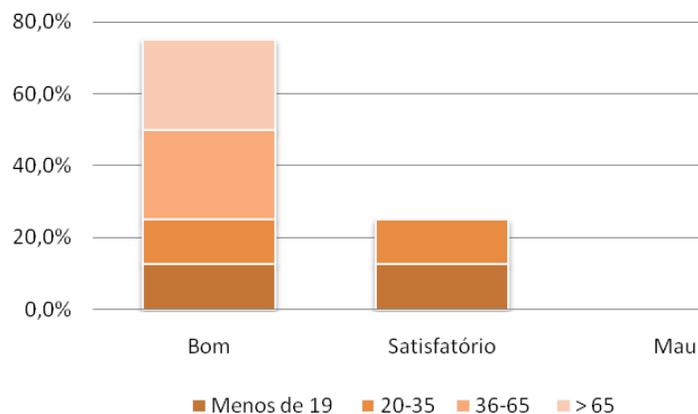


Figura 101 – De uma maneira geral acha que viver nesta localidade é...

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Apesar de a população referir gostar de viver na localidade, quando questionada sobre o que é mais necessário de realizar/assegurar é enumerado um conjunto vasto de aspectos. Mais limpeza dos espaços públicos (93,8%), actividades culturais e de lazer (87,5%), jardins e espaços públicos (87,5%), espaços públicos (87,5%), habitações a custos controlados (75%) e melhor ambiente no geral (75%), são os aspectos mais salientados.

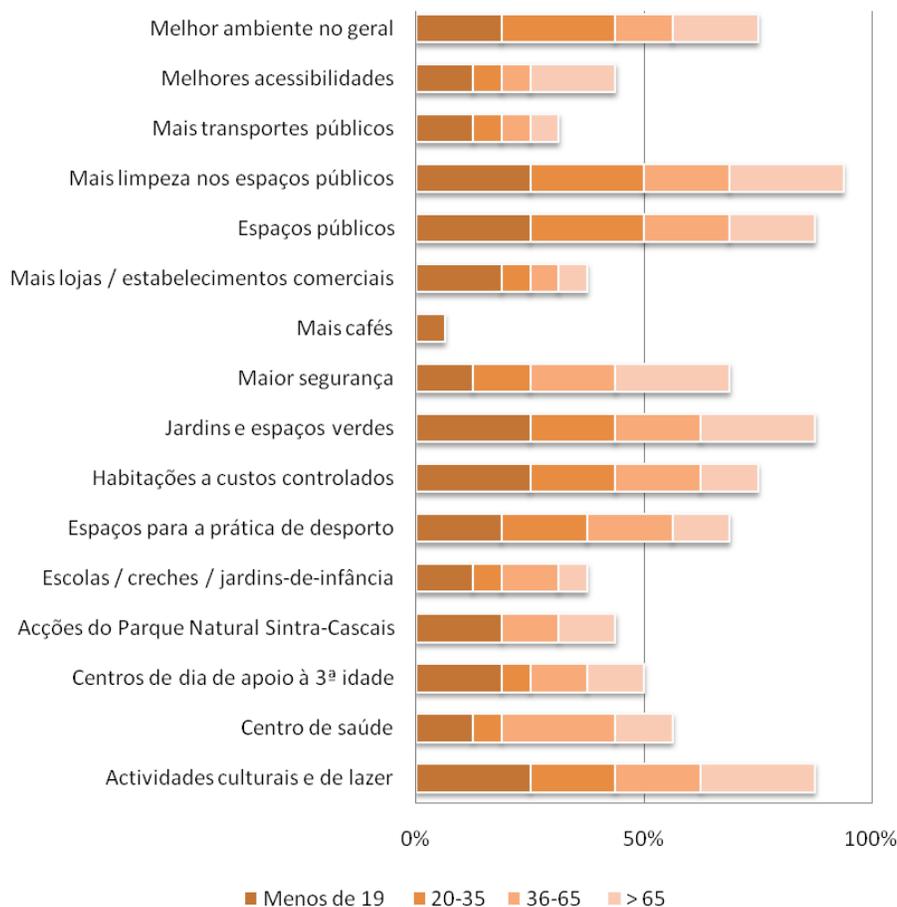


Figura 102 – O que considera necessário realizar/assegurar para que se sinta melhor na localidade?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Para a população inquirida os factores mais valorizados de diferenciação de Alcabideche relativamente às outras localidades são a proximidade à Vila de Cascais e à Vila de Sintra, o que se relaciona com a boa acessibilidade aqui existente.

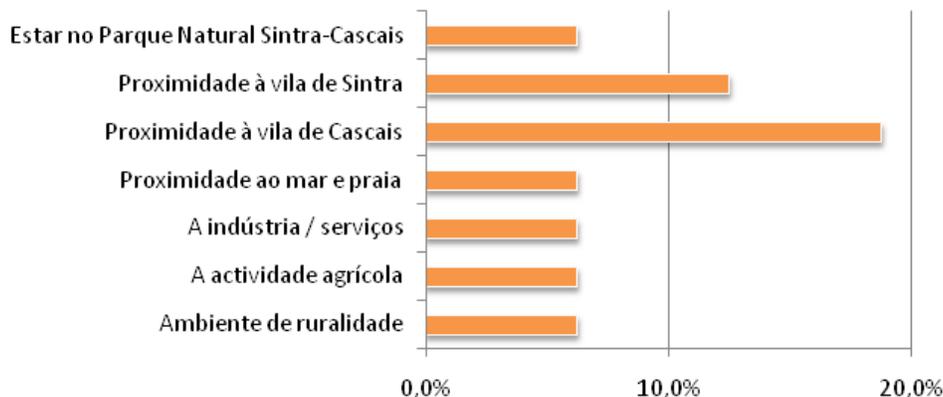


Figura 103 – Na sua opinião o que melhor distingue a sua localidade das outras?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

11.1.6. Ambiente e relacionamento com PNSC

Só metade dos inquiridos efectua uma utilização regular dos ecopontos ou ecocentros, sendo os idosos a população mais representativa.

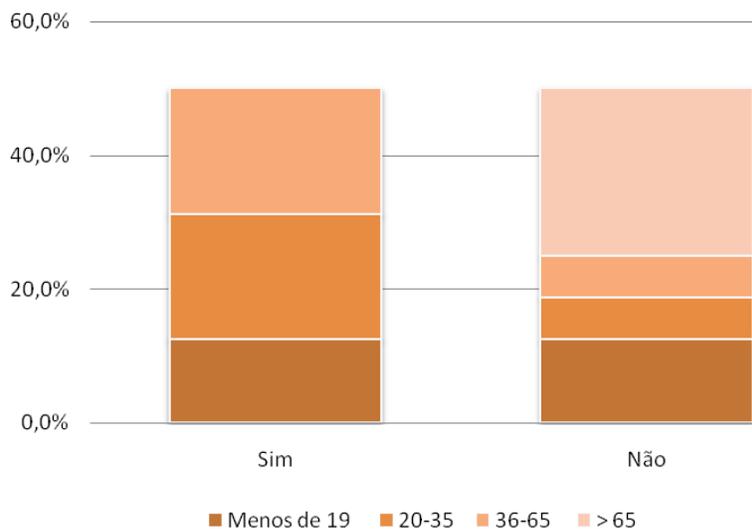


Figura 104 – Utilização regular dos ecopontos e ecocentros

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

A principal razão evocada pelos inquiridos que reconhecem não seguir esta prática é a distância ao ecoponto (62%) seguido da falta de tempo (25%).

Os resultados destas questões são motivo de preocupação por evidenciarem carências nítidas ao nível de educação ambiental. Este deverá ser um aspecto a atender nas estratégias de comunicação e de colocação dos equipamentos.

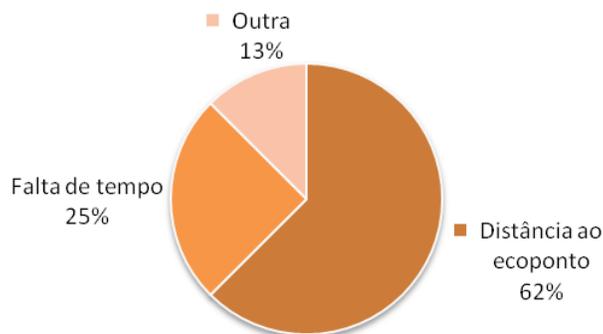


Figura 105 – Razões para a não utilização dos ecopontos/ecocentros

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Na interrogação sobre a oferta turística do parque Sintra-Cascais há um equilíbrio entre as respostas positivas e as negativas (31,6%). Por outro lado, há um número significativo que não responde (21,1%), muito provavelmente por distanciamento relativamente a esta problemática.

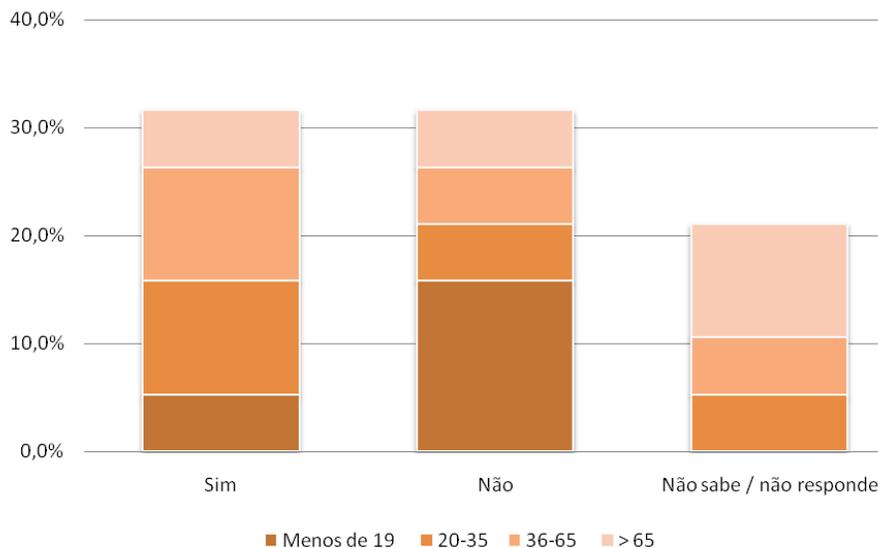


Figura 106 – Acha que a oferta turística do parque Sintra-Cascais é suficiente?

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

São maioritárias as respostas que evidenciam preocupação com a preservação ambiental/manutenção do Parque Natural Sintra Cascais (56,3%), todavia, o nível de preocupação manifestado, apesar de significativo, não é tão elevado como noutros núcleos, o que denota uma menor aproximação desta população ao Parque e poderá ser justificado pela sua localização numa zona periférica e integração num núcleo que na sua maioria se localiza fora desta Área Natural.

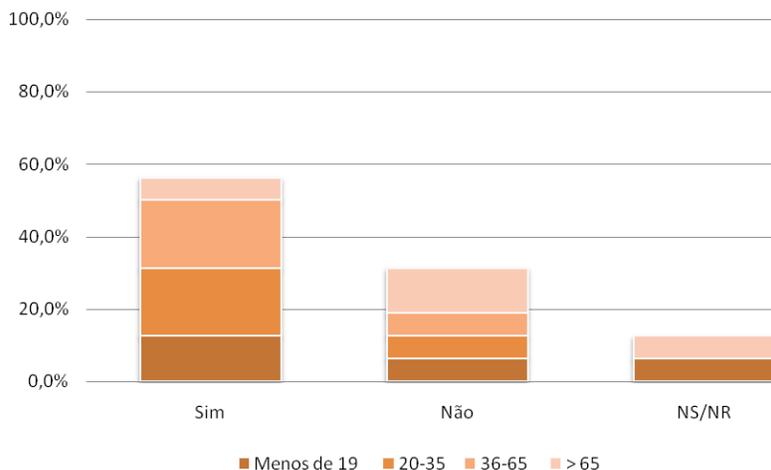


Figura 107 – Preocupação com a preservação ambiental/manutenção do Parque Natural Sintra-Cascais

Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

O principal problema mencionado do Parque Natural Sintra Cascais é destacadamente o risco de incêndio (75% da população inquirida).

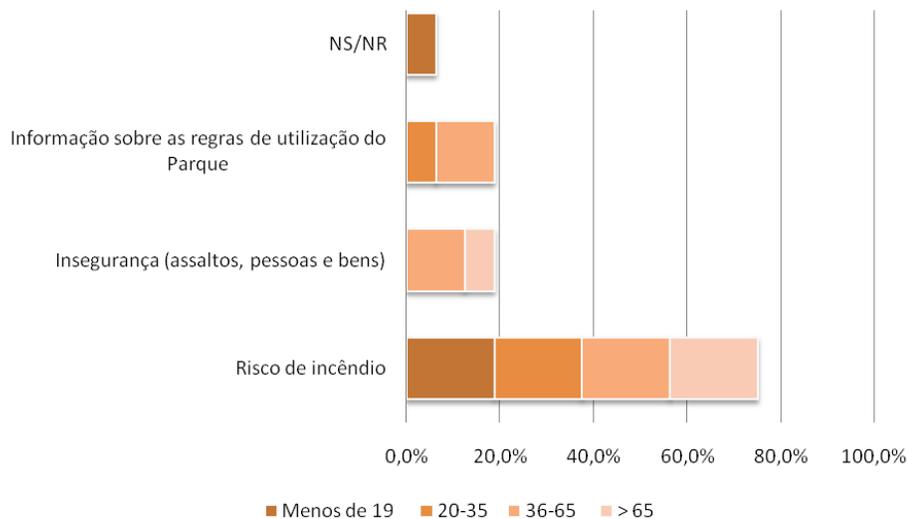


Figura 108 – Principais problemas no Parque Natural Sintra-Cascais
Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

Quando questionados sobre o tipo de desenvolvimento que gostaria de ver implementado a maior parte da população inquirida não responde (43,8%), o que evidencia ausência de propostas e distanciamento à vivência do PNSC. Daqui deverá resultar uma reflexão sobre a necessidade de, por um lado incrementar o envolvimento da população na preservação/usufruto do Parque, e, por outro, de esta “instituição” se aproximar mais da população.

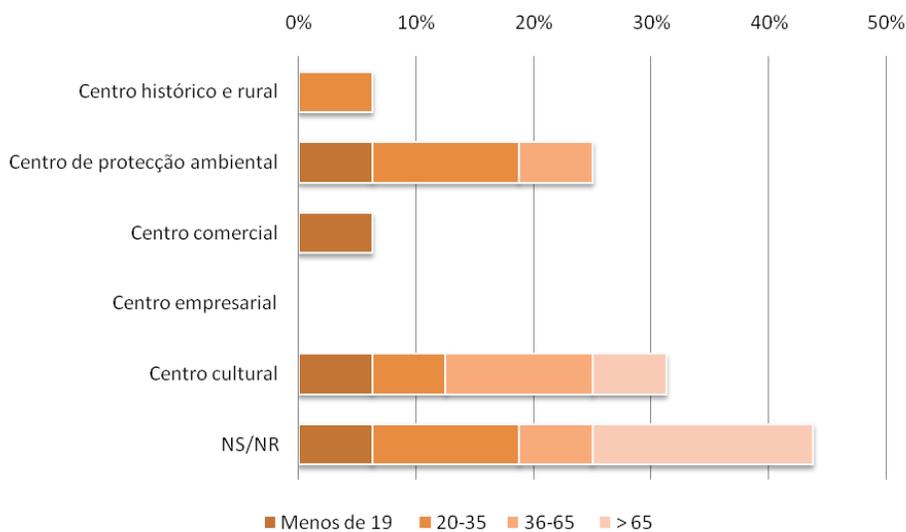


Figura 109 – Tipo de desenvolvimento que gostaria de ver implementado na área
Fonte: Inquérito à População, Maio de 2006

11.2. Audição pública

Para o PP em estudo e decorrente da fase de audição pública – Edital publicado no Diário da Republica nº 122, 2ª série, apêndice nº 58/2006 de 27 de Junho, por um prazo de 30 dias – foram recebidas numerosas contribuições, todas tidas em consideração nas fases seguintes do desenvolvimento dos trabalhos.

Apresenta-se em anexo o resumo das participações da audição pública.

11.3. Sessões públicas com a população

11.3.1. Enquadramento

As sessões públicas realizadas tiveram como objectivo a sensibilização e auscultação da população residente no que respeita aos problemas e oportunidades da localidade, ao apelo à participação activa no desenvolvimento dos trabalhos em conjunto com a equipa encarregue da elaboração dos planos e à determinação da metodologia de intervenção ao longo do processo. Tal metodologia da participação activa possibilita à co-responsabilização da população no processo de decisão.

11.3.2. Sessão pública de apresentação

A sessão pública de apresentação foi realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho e teve como principal objectivo a apresentação pública dos Planos Municipais de Ordenamento do Território inseridos no Parque Natural Sintra-Cascais, anunciando a decisão da Câmara Municipal de Cascais de dar execução ao desenvolvimento das áreas expressas no Regulamento do POPNSC como sujeitas à elaboração de Planos de Pormenor.

Com esta acção pretendeu-se proceder à caracterização, diagnóstico e elaboração de cenários de desenvolvimento para as seguintes áreas de intervenção:

- Biscaia e Figueira do Guincho;
- Malveira da Serra e Janes;
- Zambujeiro e Murches;
- Charneca;
- Alcorvim de Baixo e de Alcorvim de Cima;
- Areia;
- Cabreiro;
- Alcabideche.



Figura 110 – Fotografia da Sessão Pública de Apresentação

A sessão integrou a apresentação dos conteúdos, da abordagem técnica aos Planos de Pormenor e das linhas metodológicas do processo participativo destes planos, realçando o respeito por princípios de sustentabilidade e a utilização de instrumentos definidos na Agenda 21 Local. No espaço de debate, foi solicitado aos participantes que emitissem:

1. Uma mensagem para a equipa do Plano.
2. Identificação dos desafios para cada uma das áreas de intervenção, assim como os aspectos positivos e negativos existentes.

A título de resumo transcrevem-se as notas até à data efectuadas:

1. Mensagem dos participantes na sessão pública, dirigida à equipa:
 - Passem tempo nos diversos locais. Conheçam a identidade própria de cada área. Cada zona tem um ritmo próprio.
 - O parque deve ser visto como uma mais valia a usufruir tanto turisticamente como arquitectonicamente.
 - Manter a grande beleza.
 - Destruição das zonas verdes.
 - Excessiva densidade de construção e ocupação do espaço.
 - Descaracterização Arquitectónica.
 - Preocupação com as ligações verdes e urbanas.
 - Deixar o automóvel e utilizar o espaço a pé.
 - Não pensar apenas na zona do parque, existe uma envolvente fora dos limites do parque.
 - Relação com os espaços exteriores.
 - Melhoria das infra-estruturas.
 - Saneamento básico.
 - Promover arquitectura integrada com a paisagem privilegiada.



- Promover construção ecológica.
- Descaracterização do parque arquitectónico natural.
- Queremos preservar as zonas rurais sem as descaracterizar.
- Saneamento básico. Despoluição e recuperação das ribeiras.
- Promoção e valorização da oferta de transportes públicos. Potenciar o uso do transporte colectivo.
- Relacionar com o Plano Director Municipal.
- Potenciar os vestígios “saloios” ainda existentes.
- Espaço florestal periurbano. Regras para garantir a sua sustentabilidade económica, ambiental e social.
- Estamos fartos de betão.
- Preservar as aldeias
- Não ao aumento dos aglomerados urbanos.
- Atenção à descaracterização da paisagem.
- Abastecimento de água.
- Pressão urbanística ao Parque Natural e a sua defesa.
- Não criar “ilhas” de áreas verdes, mas sim a sua continuidade, de forma a manter o que ainda existe e se possível melhorar.
- Acessos – rede viária.
- Infra-estruturas desportivas – Proximidade versus centralidade. Equipamentos desportivos informais em cada aglomerado. Complexo desportivo que agregue equipamentos desportivos como Campo de Futebol, Pavilhão e Piscina, com outros equipamentos educativos, culturais e sociais.
- Conservação das características urbanas.
- Limitação dos perímetros urbanos.
- Conservação da floresta e preservação do espaço natural.
- Alcabideche – trânsito
- Cabreiro / Murches – Potencialidades turísticas.
- Delimitar a expansão urbanística.
- Enorme potencialidade turística.
- Melhoria das estradas existentes e não à construção de novas estradas.
- Humanizar o Parque Natural e não desertificar em termos de vivência, nem urbanizá-lo.
- Capacidade de carga do território.
- Mobilidade / Acessibilidades.
- Transportes / Espaço público.
- Controlar o índice de construção.
- Chega de condomínios cuja arquitectura e concepção destoa com as aldeias da zona.
- Já chega de habitações no parque natural Sintra-Cascais. Vamos manter a floresta que nos resta.
- Ajuda à decisão integrada.

- Articulação entre o desenvolvimento urbano, a requalificação do existente, a criação de infra-estruturas e equipamentos necessários e a defesa do património cultural e natural.
- Galvanizar a população para o processo participativo de forma pró-activa. Sentir o parque natural como seu; sentir o parque como riqueza.
- Valorização patrimonial.
- Vivificação do Parque e divulgação do seu valor.
- Promover o eco-turismo, educando a população e criando mais valias.
- Criar planeamento habitacional para as “gentes” da zona.
- Impedir a existência de condomínios fechados horizontais, no Parque Natural Sintra/Cascais, tendo por objectivo a preservação da paisagem humana e biofísica.
- Jardinagem / Plantas.
- Como aceder aos terrenos?
- Actividades Alternativas para a parte rural.

Da análise à exaustiva listagem de mensagens da população, é de realçar a preocupação com a preservação e conservação da qualidade ambiental da área do PP enquanto parte integrante do PNSC. Por outro lado a vontade expressa de intenção de participação é evidente pelo número de recomendações efectuadas reveladoras de um bom conhecimento das carências e potencialidades da área. Estes aspectos serão tidos em consideração no ponto da análise e diagnóstico bem como na definição da estratégia de acção futura a referir no Capítulo III deste relatório.

2. Identificação dos desafios da área do PP de Alcabideche:
 - Porquê incluir Alcabideche centro dentro do Parque Natural?
 - Acessibilidades Qualificação do Espaço Público

A apresentação das áreas de PP enquadrou-se numa lógica de desenvolvimento dos trabalhos integrando-os numa metodologia operativa de desenvolvimento sustentável, promovendo a maximização das sinergias e potencialidades, que se obtêm através da participação popular.

Nesta sessão participaram diversas entidades públicas e de representação da população local, para além das equipas técnicas da Câmara Municipal de Cascais e da UNL-FCT, incluindo a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche, Associação de Moradores das Almoinhas Velhas, Associação de Apoio Social N.ª Sr.ª da Assunção – AISA, Associação de Idosos de Santa Iria, Grupo Desportivo da Malveira da Serra, Grupo Ecológico de Cascais, Grupo de Moradores e Amigos da Areia, Junta de Freguesia de Alcabideche, Polícia Municipal, Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Protecção Civil de Cascais e União Recreativa da Charneca.

11.3.3. Sessão pública de trabalho

A sessão de auscultação à população da Alcabideche, organizada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) e pela Câmara Municipal de Cascais (CMC), realizou-se no dia 3 de Junho de 2006, pelas 14h30, no Largo 5 de Outubro.

Esta sessão teve como objectivos a auscultação da população residente no que respeita aos problemas e oportunidades das localidades, e o apelo à sua participação activa no acompanhamento do trabalho em conjunto com a equipa encarregue da elaboração dos planos.

A sessão prevista para Alcabideche não teve lugar em virtude de aí não terem comparecido moradores.

Não obstante a falta de comparência de moradores, a equipa procedeu a uma visita de reconhecimento, para melhor compreender as potencialidades e problemáticas das localidades.

11.3.4. Sessão pública de discussão dos objectivos de referência

Em 27/06/2007, a Câmara Municipal de Cascais, a equipa da FCT, as entidades oficiais, os agentes locais, e a população no geral realizaram uma sessão plenária na qual foram analisados, discutidos e votados os Termos de Referência aprovados pelo executivo camarário para o presente PP.

Esses Termos de referência e os pontos que os compõem foram objecto de votação por parte da população numa base de três níveis de relevância, hierarquizados entre eles, com vista a um melhor conhecimento e clarificação para a sua futura satisfação por parte da equipa de plano no desenvolvimento do estudo.

Os objectivos de referência são os seguintes:

1. Programação estruturada da expansão do aglomerado urbano e contenção do fenómeno de construção dispersa e urbanização difusa.
2. Promoção da edificabilidade no espaço urbano segundo critérios de sustentabilidade, dimensão e conexão com o desenvolvimento definido.
3. Incentivo à reconstrução e à reabilitação de edifícios, em detrimento da construção nova.

4. Desenvolvimento de programas habitacionais orientados para áreas e necessidades específicas nomeadamente a requalificação do espaço público (praças e passeios públicos) e da rede viária.
5. Promoção da qualidade de vida das populações e reforço do ambiente de ruralidade, bem como da requalificação urbanística e patrimonial, em especial no centro histórico.
6. Desenvolvimento de formas integradoras de ocupação e transformação dos espaços construídos que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica, a renovação dos ecossistemas e a expansão dos espaços naturalizados através da sua ligação ao Parque Natural.
7. Desenho urbano indutor de uma maior utilização do espaço público tirando partido dos elementos biofísicos do local.
8. Definição, quantificação e localização das infra-estruturas básicas necessárias ao desenvolvimento futuro, garantindo a equidade no acesso a infra-estruturas e serviços de interesse geral em especial as redes de saneamento básico.
9. Programação e localização dos equipamentos colectivos, em particular os de saúde, educação, desporto, cultura e lazer.
10. Promoção da mobilidade, acessibilidades e estacionamento com base em soluções devidamente suportadas, dando solução aos problemas de acessibilidades e transportes públicos, valorizando também as deslocações a pé e em bicicleta.
11. Desenho inclusivo dos espaços públicos contribuindo para a “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos”

Da votação salientam-se como muito relevantes o ponto 1 e 3; como relevantes os pontos 3 e 9; como pouco relevantes o ponto 10.

Objectivos de referência	Alcabideche			Areia			Alcorvim de Baixo e			Biscaia e Fig. do Guincho			Cabreiro			Malveira da Serra e Janes			Chameca			Zambuieiro e Murches		
	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
1	15	2	1	10		5	6	1	4	6	4		9	2	2	1	2	4	5	5	2	17	2	
2				1												1	1							
3	9	8	1	4	3	2	1	4	4	1	1		3	5	1	4	2		2	2		2	1	
4		1		4	4			1			1			1					2	1				
5	1	1	3	2	3	1	1	4	1	3		1	2	1	1	1	1	2	4		2	4	2	3
6	2	2	1	3	8	1		2		1	3	2	1	6	3		3		1	3	1	3	4	1
7	2				2	2		2	1		1	2		1			1	3					1	
8	6	1		2			9	1	1	2	2		3	1	1	4	4		1	1				2
9	1	7	2		1	6		4	5	1		2			3	14				1	3			2
10	6	1	5		1	1	2	4				2			2		2			1	1	1	1	
11	1	3						2												1				

- Muito Relevante
- Relevante
- Pouco Relevante

Quadro 18 – Resultados da sessão pública de discussão dos objectivos de referência

11.4. Conclusões

Deste capítulo do relatório de caracterização fica a demonstração do interesse e nível de participação da população no desenvolvimento dos trabalhos, bem como o conhecimento real do local, das suas fraquezas e potencialidades.

As conclusões das sessões serão seguramente requeridas no futuro desenvolvimento das fases de elaboração do Plano.

Acrescerá ao desenvolvimento do PP os dados entretanto recebidos referentes às novas acessibilidades ao Novo Hospital de Cascais que, seguramente, irão contribuir para uma possível pressão não controlada sobre a área de Alcabideche, em particular na área do PP.

III. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

1. Síntese da análise

Este ponto assume-se como uma síntese de toda a caracterização atrás efectuada e como base importante para a definição e sustentação das estratégias a propor para a área do PP de Areia.

Revela-se ainda como uma componente de suporte para a definição da estratégia e critérios de intervenção.

Por outro lado, da discussão sobre os problemas, potencialidades e ameaças caracterizadas no aglomerado urbano é esperado que resulta numa obtenção de consensos nas tomadas de decisões entre à CMC, o PNSC, a população e os diferentes interessados, tendo como referência os objectivos do PNSC e do PDM para a área abrangida pelo PP em desenvolvimento.

Neste sentido, importa referir os elementos chave das dinâmicas actuais de desenvolvimento do aglomerado e que passam para uma alteração do modo de vivência mais utilizadora do espaço público. A sua actual parca utilização é resultado da fraca qualificação do mesmo espaço público, em consonância com o reduzido número de espaços na área. É desejável a criação das condições propícias para a definição de estratégias integradas para o futuro do actual aglomerado urbano, capaz de criar um novo e actual tipo de vivência urbana com maior e melhor utilização do espaço público e do aproveitamento dos equipamentos, bem como da possibilidade da aproveitamento de uma complementaridade com toda a área do PNSC e em particular os aglomerados envolventes.

Do trabalho de caracterização da área do PP já desenvolvido ressaltam as seguintes dinâmicas que levarão à definição de uma estratégia que altere o modelo de desenvolvimento urbano seguido e promova a potencialidade criada pela acção em curso da elaboração do presente PP.

Dos pontos e aspectos mais relevantes a ter em consideração como síntese do trabalho desenvolvido ressalta:

- Programação estruturada da expansão do aglomerado urbano e contenção do fenómeno de construção dispersa e urbanização difusa;
- Incentivo à reconstrução e à reabilitação de edifícios, em detrimento da construção nova;
- Definição, quantificação e localização das infra-estruturas básicas necessárias ao desenvolvimento futuro, garantindo a equidade no acesso a infra-estruturas e serviços de interesse geral em especial as redes de saneamento básico;
- Programação e localização dos equipamentos colectivos, em particular os de saúde, educação, desporto, cultura e lazer;
- Promoção da mobilidade, acessibilidades e estacionamento com base em soluções devidamente suportadas, dando solução aos problemas de acessibilidades e transportes públicos, valorizando também as deslocações a pé e em bicicleta;
- Desenho inclusivo dos espaços públicos contribuindo para a “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos”.

Acrescem a estes factores estratégicos a seguir, os pontos abaixo referenciados que irão complementar e enquadrar as acções futuras, tendo em vista o interesse de contribuir para a promoção de um desenvolvimento sustentável no município de Cascais e em particular na área do PP:

- Elevada preocupação com a preservação e conservação de qualidade ambiental;
- Concretização real da participação da população no processo;
- Área de forte imagem de ruralidade a qual deverá ser conservada;
- Reforço da rede de abastecimento de água para consumo;
- Necessidade de um rigoroso controlo do processo de construção;
- Melhoria na recolha e tratamento dos efluentes residuais domésticos;
- Contenção dos perímetros urbanos existentes;
- Elementos reguladores de trânsito e dissuasores de forma a conter o excesso nas velocidades praticadas pelos automobilistas;
- Melhoria do actual desenho dos espaços públicos, de modo a que estes sejam totalmente acessíveis e convidem à uma utilização prolongada;
- Necessidade de promover o acesso aos serviços públicos e equipamentos em deslocação pedonal como forma de desincentivar o uso do automóvel, melhorando a qualidade de vida da população no município, e garantindo um maior uso do espaço público e uma gestão mais eficiente do mesmo;

- Promover a prática de desportos nomeadamente o ciclo turismo e o turismo equestre;
- Melhoria dos revestimentos das vias de comunicação;
- Promoção dos objectivos do POPNSC em particular a defesa das zonas sensíveis e dos valores históricos, culturais e paisagísticos, em articulação com o processo de desenvolvimento.

2. Diagnóstico da base SWOT

O desenvolvimento de um diagnóstico de base SWOT apenas surge como possível em resultado da metodologia adoptada na elaboração do PP. O processo adoptado apoiou-se na auscultação da população residente, facto que resultou numa valia extraordinária e veio a demonstrar de forma clara a vontade de participação de todas as partes.

De forma sistematizada, apresenta-se em quadro o resultado da análise SWOT realizada com a participação da população, entidades locais e autarquia.

Este procedimento torna as conclusões obtidas mais objectivas e indutoras de acções futuras mais sustentáveis.

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Ambiente	<p>Áreas de elevado valor ecológico, paisagístico e ambiental do PNSC</p> <p>Oferta rica e diversificada de recursos paisagísticos</p> <p>Ambiente de ruralidade</p> <p>Qualidade do ar</p>	<p>Deficiente informação sobre as regras do PNSC</p> <p>Risco de incêndio no PNSC</p> <p>Redução de áreas naturais</p> <p>Problemas no sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos</p> <p>Cobertura da rede de saneamento básico</p> <p>Poluição e descaracterização da linha de água</p>	<p>Promoção da biodiversidade</p> <p>Fruição da paisagem natural</p> <p>Reabilitação das linhas de água</p> <p>Integração da arquitectura na paisagem envolvente</p> <p>Proximidade ao mar e à praia</p> <p>Construção ecológica</p>	<p>Risco de descaracterização paisagística</p> <p>Risco de redução de áreas naturais</p> <p>Redução da biodiversidade</p> <p>Aumento da poluição das linhas de água</p>
Social	<p>Forte sentimento de pertença face ao local</p> <p>Boas relações de vizinhança e identificação com o local</p> <p>Tranquilidade do local</p>	<p>Existência de sentimento de insegurança</p> <p>Deficiente gestão dos equipamentos existentes</p> <p>Carência de equipamentos culturais</p> <p>Carência de espaços para estacionamento</p> <p>Carência de habitação para a população jovem</p>	<p>Gestão articulada de equipamentos em toda a área do PNSC</p> <p>Preservação das características do lugar</p> <p>Satisfação das necessidades de equipamentos sentidas</p> <p>Atenuação do sentimento de insegurança</p>	<p>Envelhecimento da população</p> <p>Diminuição das relações sociais</p> <p>Afastamento da população jovem local</p>
Económico	<p>Taxa de desemprego inferior à média nacional</p> <p>Existência de empresas em actividade no local</p>	<p>Carência de espaços para a instalação de actividades económicas</p> <p>Pouca diversidade dos sectores de actividade</p>	<p>Promoção da economia local com geração de postos de trabalho</p> <p>Desenvolvimento da oferta do sector turístico</p> <p>Qualificação da oferta da restauração típica da zona</p> <p>Promoção da agricultura tradicional e biológica</p>	<p>Dificuldade no desenvolvimento de actividades económicas por falta de espaço</p> <p>Manutenção da pouca diversidade dos sectores de actividade</p>
Urbanístico	<p>PROT aprovado, com visão de conjunto orientador no sentido da preservação e valorização ambiental</p> <p>Oferta singular de património natural, histórico e cultural</p> <p>Ligações viárias estruturantes com a AML (rodoviárias, ferroviária e aeroportuária)</p> <p>Aglomerado urbano com características de ruralidade</p> <p>Arquitectura de cariz popular sem regras ou padrão de referência.</p>	<p>Pressão urbanística sobre os espaços expectantes</p> <p>Carência de espaços públicos</p> <p>Problemas de mobilidade (rodoviária e pedonal)</p> <p>Densidade elevada de construção</p> <p>Inexistente desenho urbano inclusivo</p> <p>Mau estado de conservação da rede viária</p> <p>Carências de saneamento básico</p> <p>Descaracterização pontual da malha urbana</p> <p>Ausência generalizada de passeios</p>	<p>Respeito pela capacidade de carga do território</p> <p>Planeamento integrado dos espaços expectantes na malha urbana</p> <p>Aumento do nível de atendimento no saneamento básico</p> <p>Incremento da mobilidade pedonal e dos transportes colectivos</p> <p>Enterramento das redes aéreas de infra-estruturas</p> <p>Reabilitação da rede de espaços públicos</p> <p>Reabilitação do edificado existente, tipologias e materiais tradicionais</p>	<p>Condicionamentos resultantes das preexistências da malha urbana</p> <p>Inexistência de terrenos públicos</p> <p>Forte pressão para a ocupação de áreas naturais</p> <p>Descaracterização da malha urbana</p> <p>Descaracterização arquitectónica</p> <p>Densificação da construção</p>

Quadro 19 – Análise e diagnóstico SWOT

3. Definição de estratégias e critérios de intervenção

Este capítulo do presente relatório visa o estabelecimento da análise entre os objectivos de referência do presente PP, a participação da população e o seu relacionamento com as estratégias e factores de sustentabilidade.

Desta análise desenvolveram-se diferentes critérios de sustentabilidade a implementar na elaboração da intervenção na área do Plano. Pretende-se, deste modo, que a intervenção tenha em consideração os diversos critérios de sustentabilidade das diferentes áreas, tais como: economia, água e energética, preocupações sociais e a gestão eficiente dos recursos naturais, entre outros.

Neste sentido, é proposto um conjunto de bases para um desenvolvimento futuro da fase da proposta do Plano, onde o equilíbrio entre o desenho urbano, as variáveis climáticas, a topografia, a economia e os aspectos sociais sejam tidos em consideração no trabalho em curso.

Este enumerar de critérios e acções é resultado da caracterização, análise e diagnóstico através desenvolvidos e que se sistematiza no seguinte quadro:

Factores	Variáveis	Condicionantes	Influências na proposta
Vento			
Regime mensal de ventos	Dominantes no quadrante N/NW	Orientação da rede viária Exposição dos edifícios Canalização dos ventos dominantes Cobertura do solo Vegetação Topografia	Implantação dos edifícios de modo a canalizar os ventos dominantes protegendo praças e espaços públicos Forma e volume dos edifícios variável, tendo em atenção o dimensionamento das vias e espaço público
Ventos locais	Ventos de montanha e ventos de vale		Diferença de cêrcea nos vários lotes com vista a diminuir a velocidade do vento Protecção dos edifícios face aos ventos húmidos Definição da rede viária em função da localização dos edifícios e dos ventos predominantes Definição da localização e dimensionamento dos espaços públicos e zonas verdes

Radiação Solar			
Temperatura	Máxima entre Julho e Agosto Mínima entre Dezembro e Janeiro	Orientação da rede viária e exposição dos edifícios Orientação dos espaços públicos Forma e volume dos edifícios e perfil dos arruamentos Usos do solo Vegetação Iluminação Topografia Possível variação do microclima	Adaptação da proposta à topografia existente Protecção solar face ao número de horas efectivas de radiação Localização de espaços públicos tendo em consideração o tipo de sombreamento passivo e activo Revestimentos exteriores adaptados à orientação dos lotes face à radiação solar Localização dos edifícios considerando os usos e valências previstas e orientação solar Forma e volumetria dos edifícios adaptadas à orientação solar
Radiação Global	Valores mais elevados nas zonas exposta a S Valores mais baixos nas zonas expostas a N		
Insolação (nº horas de sol descoberto)	Máxima entre Julho e Agosto Mínima em Dezembro		
Nebulosidade	Maior número de dias de céu limpo no Verão Menor número de dias de céu limpo no Inverno		Tipo de iluminação no espaço público
Humidade			
Precipitação	Máxima em Janeiro e Março Mínima em Julho e Agosto	Localização de zonas húmidas e espaços verdes Permeabilidade do solo Acabamento dos revestimentos Recolha de águas pluviais para rega	Localização de zonas verdes e espaços públicos Escolha dos materiais para revestimento exterior Condicionantes ao uso do solo Seleccção do equipamento urbano
Geomorfologia			
Tipo de Solo	Predominância de solos litólicos + afloramentos rochosos, solos litólicos + solos mediterrâneos e solos litólicos	Natureza do solo Tipo de uso Exposição solar	Percentagem de solo impermeabilizado Capacidade de carga das fundações
Sismicidade	Existência da Falha da Guia que apresenta características de uma falha activa provável, ou com elevado potencial para activação	Altura e características dos edifícios Largura dos arruamentos	Técnicas construtivas utilizadas nas fundações Desenho urbano adaptado ao risco sísmico na área, nomeadamente distância entre edifícios e largura de ruas
Relevo	Declives pouco acentuados entre 0-12%	Dimensionamento dos espaços públicos Sistema de recolha de águas pluviais	Usos do solo em função da pendente
Escoamento superficial do solo	Solos de permeabilidade Reduzida a moderada	Espécies arbóreas Arbustivas e vegetais	Seleccção de espécies arbóreas, arbustivas e vegetais Criação de bacias de amortecimento e bolsas de reserva de água para rega
Uso do solo	Ocupação dominante – matos, arvoredos e áreas artificializadas	Áreas impermeabilizadas existentes Manutenção das espécies autóctones	Percentagem de solo impermeabilizado e em estado natural

Vegetação			
Estrato arbóreo	Pinheiro bravo; eucalipto; cipreste; acácia; cana; incenso; mioparo, giesta e carrasco	Características das espécies e sua localização Densidade dos aglomerados Função clorofílica das espécies Sombra projectada Comportamento face ao vento, ruído e qualidade do ar	Criação de barreiras face aos ventos predominantes Criação de rede de espaços verdes Criação de barreiras ao ruído Controlo da radiação solar directa Controlo da humidade relativa do ar Controlo da qualidade do ar através da pela fixação electrostática do pó e da poluição Seleção de espécies autóctones com menores necessidades de água e manutenção Criação de reduzidos fluxos de diferencial de pressão térmica do ar em zonas de maior incidência solar
Biótopos	Matos baixos; vale; vale encaixado; pinhal com matos; ciprestes com matos; eucaliptal; pinhal e mata	Critério de delimitação do biótopo	Promoção da biodiversidade Incentivo à valorização ecológica dos biótopos Possibilidade de aferição entre situação de referência e solução proposta
Fauna			
Mamíferos Herpetofauna Avifauna Valor ecológico	Mais relevantes: Rã comum; Perdigoto; Gaivota-argêntea; Gaivota-de-asa-escura; Gaió-comum;	Dimensão das colónias	Manutenção das condições de habitat para as espécies actuais Criação de zonas protegidas específicas às espécies
Paisagem			
Conjunto	Elevado valor paisagístico da envolvente	Inserção no PNSC Áreas humanizadas	Manutenção ou recuperação das paisagens naturais existentes Condições determinantes do desenho urbano e de localização dos espaços públicos
Valor cénico	Valor endógeno		Criação de diferentes paisagens e espaços verdes Criação de alinhamentos ou percursos
Qualidade do ar			
Focos de poluição	Mobilidade rodoviária Actividades económicas Ruído	Temperatura Nível de humidade Nebulosidade	Orientação das vias aos ventos predominantes Localização de árvores nas laterais dos arruamentos Localização de árvores nos espaços públicos
Circulação rodoviária	Intensidade de tráfego	Conforto, saúde, efeito de ilha de calor	Definição da rede viária face aos ventos predominantes Promoção de uma eficiente mobilidade
Economia			
Sectores de Actividade			
Actividades económicas	Predominância de comércio, serviços e indústrias	Área urbana inserida no PNSC	Incentivos à modernização económica local Promover a introdução de sistemas de energias alternativas nas actividades económicas
Inquérito	Insatisfação face à rede de transportes existente		Satisfação das necessidades e expectativas da população

Mobilidade			
Acessibilidades	Boas ligações viárias a importantes pólos urbanos (Lisboa, Cascais) Boas acessibilidades à área do PP Carreiras de autocarro com ligação a Cascais e Estoril Fracas condições para a mobilidade pedonal	Dimensão das vias Materiais de revestimento das vias da Areia Inserção no PNSC Dispersão urbana	Boas acessibilidades ao local, não prejudicando o PNSC Promover os modos suaves de circulação (pedonais, ciclovias) Possibilitar a utilização de modos de transporte alternativos Articulação da actual rede viária à nova solução de acessibilidade ao futuro hospital de Cascais
Mobilidade	Desenho urbano não inclusivo	Topografia	Criação de condições de mobilidade para pessoas de mobilidade condicionada
Social – Habitabilidade			
Tipo de alojamento	Alojamentos unifamiliares	Localização, dimensão e quantificação de fogos	Criação de variedade de tipologias na oferta de habitação Promoção de soluções de construção sustentável
Equipamentos e serviços	Equipamentos públicos: EB1 com JI Sociedade de Instrução Recreativa Sociedade Familiar e recreativa	Classes de equipamentos e nível de oferta	Criação de uma rede de equipamentos públicos adequada às características e necessidades da população local Criação de incentivos à oferta de novos intercâmbios empresariais, com especial incidência em pequenas e médias empresas
Escolaridade	15% da população não sabe ler nem escrever 30% tem o 1º Ciclo do Ensino Básico 15% tem o 2º Ciclo do Ensino Básico 20% tem o 3º Ciclo do Ensino Básico 11% tem o Ensino Secundário concluído 9% tem um Curso Superior	Localização e nível de ensino da oferta existente Topografia e acessibilidades existentes	Garantia de cobertura das necessidades de toda a população, através da área de influência dos equipamentos escolares
Espaços públicos	Número reduzido	Topografia Características urbanísticas existentes	Criação de um ambiente de comunidade urbana Criação de condições à utilização do espaço público e ao convívio social
Inquérito	Insatisfação face aos equipamentos existentes, nomeadamente JI e creche Cerca de 60% da população considera-se satisfeita com os serviços existentes Insuficiência ao nível de espaços públicos	Pirâmide etária Acessibilidades a Cascais	Satisfação das necessidades e expectativas da população
Servidões e Condicionantes – PDM			
Parâmetros urbanísticos	Altura máxima da fachada Índices de ocupação do solo Índices de construção Índices de utilização Áreas máximas de lotes e das parcelas Número máximo de pisos	Actual uso do solo Exposição solar Ventilação urbana Altura dos edifícios existentes Morfologia urbana Inserção no PNSC	Promoção da contenção urbana evitando a dispersão Promoção da redução de áreas impermeabilizadas Controlo das áreas de implantação dos edifícios
Cedências	Cedências para espaços públicos e equipamentos em que se verificou o carácter de utilidade pública		Aumento das áreas de cedência para espaços públicos, espaços verdes e equipamentos
Estrutura viária	Definição de novas vias estruturantes e secundárias		Criação de vias com separação física do tráfego automóvel do pedonal e ciclovias

Quadro 20 – Critérios de Sustentabilidade com influência na proposta

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A.A.: 1980-1996. Arquivo de Cascais: boletim cultural do município. 1-12. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Amado, M.P.: 2005. Planeamento Urbano Sustentável. Lisboa: Caleidoscópio.
- ANDRADE, Ferreira de: 1964. Cascais, vila da corte: oito séculos de história. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- BAPTISTA, M. A., Miranda, P. M. A., Miranda, J. M. & Victor, L. M.: 1998 - Constraints on the source of the 1755 Lisbon tsunami inferred from numerical modelling of historical data. J. Geodyn., 25, pp. 159-174.
- BOIÇA, J. M. Ferreira; BARROS, M. F. Rombouts de; RAMALHO, M. Magalhães: 2002. As fortificações marítimas da costa de Cascais. Lisboa: Quetzal Editores.
- BOTELHO da Costa, 1952
- CABRAL, J. & Ribeiro, A.: 1989 – Carta neotectónica de Portugal na escala 1/1 000 000. Notícia explicativa, Serv. Geol. de Portugal, Lisboa, 10p.
- CAETANO, P. S.: 2004 – Mineralogia e geoquímica de sequências sedimentares do Jurássico-Cretácico da Bacia Lusitaniana. Tese Doutoramento, Univ. Nova Lisboa, 312 p.
- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João: 2004. Povoamento e Arquitectura Popular na Freguesia de Cascais, Cascais: Junta da Freguesia de Cascais.
- CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José da: 1995. Para uma história da água no Concelho de Cascais, Cascais: SMAS.
- CARDOSO 1965
- CCDRLVT 2007; Lisboa 2020. Uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa.
- CCDRLVT 2000-2010; Plano estratégico da região de Lisboa Oeste Vale do Tejo.
- CCDRLVT 1999; O Horizonte da excelência.
- Câmara Municipal de Cascais, Departamento de Ambiente; 2005. Agenda Local 21 Cascais, Relatório.
- COLAÇO, B. Gonta; ARCHER, Maria: 1943. Memórias da linha de Cascais. Lisboa: A. M. Pereira.
- CORREIA, J. Diogo: 1964. Toponímia do concelho de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- COSTA et al., 1998, Costa et al., 2002
- COSTA et al., 1993

- ENCARNAÇÃO, José da: 2002. Cascais e os seus Cantinhos, Lisboa, Colibri.
- FERREIRA 1999 e MOPTMA 1995
- GRÀCIA, E., Dañobeitia, J., Vergés J. & PARSIFAL Team (2003) - Mapping active faults offshore Portugal (36°N–38°N): Implications for seismic hazard assessment along the southwest Iberian Margin. *Geology*, 31, pp. 83-86.
- KULLBERG, M. C. & Kullberg, J. C.: 2000 – Tectónica da região de Sintra. In *Tectónica das regiões de Sintra e Arrábida*, Mem. Geociências, Museu Nac. Hist. Nat. Univ. Lisboa, nº 2, 1-34.
- MONIZ, C.: 1992 – Análise da fracturação. Exemplos de aplicação nas dunas consolidadas de Oitavos e Praia da Aguda. Departamento de Geologia, F.C.U.L., 171p.
- Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (ICN, 2003)
- RAMALHO, M. M., Rey, J., Zbyszewski, G., Matos Alves, C.A., Palácios, T., Moitinho de Almeida, F., Costa, C. & Kullberg, M. C.: 2001 - Carta Geológica de Portugal, na escala 1/50 000 e Notícia explicativa da folha 34-C (Cascais). Instituto Geológico Mineiro, Lisboa, 104 p.
- REY, J., Graciansky, P.C. de & Jacquin, Th.: 2003 – Les Séquences de Dépot dans le Crétacé Inférieur du Bassin Lusitanien. *Comun. Inst. Geol. Min.*, Lisboa, t. 90, pp. 15-42, 17 fig.
- RIBEIRO, A. & Cabral, J.: 1987 – The neotectonic regime of West-Iberia continental margin: a transition from passive to active? Abstracts, EUG IV, pp. 13-16.
- SILVA, R. Henriques da: 1988. Cascais. Lisboa: Editorial Presença.
- TERRINHA, P., Pinheiro, L. M., Henriet, J.-P., Matias, L., Ivanov, M. K., Monteiro, J. H., Akhmetzhanov, A., Volkonskaya, A., Cunha, T., Shaskin, P., Rovere, M. & the TTR10 Shipboard Scientific Party: 2003 - Tsunamigenic-seismogenic structures, neotectonics, sedimentary processes and slope instability on the southwest Portuguese Margin. *Marine Geology*, 195, pp. 55-73.
- "WORLDWIDE Bioclimatic Classification System" (www.globalbioclimatics.org)

ANEXOS:

- I. Ficha de inquérito (modelo)
- II. Fichas de caracterização (modelos)
- III. Ficha de dados estatísticos (DGOTDU)
- IV. Audição pública
- V. Ortofotomapa com limite de intervenção
- VI. Extracto de Planta do PDM
- VII. Extracto de Planta do Plano de Ordenamento do PNSC

ANEXOS

I. Ficha de inquérito (modelo)

ANEXOS

II. Fichas de caracterização (modelos)

ANEXOS

III. Ficha de dados estatísticos (DGOTDU)

ANEXOS

IV. Audição pública

ANEXOS

V. Ortofotomapa com limite de intervenção

ANEXOS

VI. Extracto de Planta do PDM

ANEXOS

VII. Extracto de Planta do Plano de Ordenamento do PNSC